

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Linha de Pesquisa Cultura e Representações

LUCIO FERNANDES PEDROSO

**MUROS X PONTES: AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS NA CIDADE DE
PORTO ALEGRE COMO PROMOTORAS DOS SENTIMENTOS DE
SEGURANÇA E INSEGURANÇA NO FINAL DO SÉCULO XX.**

Porto Alegre, abril de 2018

LUCIO FERNANDES PEDROSO

**MUROS X PONTES: AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS NA CIDADE DE PORTO
ALEGRE COMO PROMOTORAS DOS SENTIMENTOS DE SEGURANÇA E
INSEGURANÇA NO FINAL DO SÉCULO XX.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História como requisito para obtenção de título de doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Professora Orientadora: Dra. Carla Simone Rodeghero

Porto Alegre, abril de 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

REITOR

Rui Vicente Oppermann

VICE-REITORA

Jane Tutikian

DIRETORA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Cláudia Wasserman

VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Maria Izabel Saraiva Noll

DIRETOR DO INSTITUTO DE LETRAS

Sérgio de Moura Menuzzi

VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE LETRAS

Beatriz Cerisara Gil

CHEFE DA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES

Vladimir Luciano Pinto

CIP - Catalogação na Publicação

Fernandes Pedroso , Lucio
Muros x pontes: as transformações do espaço urbano
na cidade de Porto Alegre como promotoras dos
sentimentos de segurança e insegurança no final do
século XX / Lucio Fernandes Pedroso . -- 2018.
164 f.
Orientador: Carla Simone Rodeghero.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2018.

1. Medo da violência . 2. Transformação do espaço
urbano . 3. História oral. 4. Práticas do espaço
urbano. 5. Segurança pública. I. Simone Rodeghero,
Carla, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LUCIO FERNANDES PEDROSO

**MUROS X PONTES: AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS NA CIDADE DE PORTO
ALEGRE COMO PROMOTORAS DOS SENTIMENTOS DE SEGURANÇA E
INSEGURANÇA NO FINAL DO SÉCULO XX.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História como requisito para obtenção de título de doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 11 de abril de 2018

BANCA EXAMINADORA:

César Augusto Barcellos Guazzelli

Departamento de História

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Hilda Jaqueline Fraga

Departamento de Educação

Univesidade Federal do Pampa

Clarice Gontarski Speranza

Departamento de História

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Tânia Marques Strohaecker

Departamento de geografia

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Agradecimentos

Agradeço especialmente à professora Carla Simone Rodeghero, pela fundamental, atenciosa e lúcida orientação deste trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelas aulas e sugestões.

Ao meus filhos, João e Isabel, pela paciência, apoio e carinho

À Luciana Patella, que muito colaborou com revisão e sugestões.

Aos meus pais, pela contribuição ao longo da vida.

A todos que colaboraram com este trabalho, principalmente ao CAPES, cujo financiamento foi essencial para realização desta pesquisa.

As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas e que todas as coisas escondam uma outra coisa.

Ítalo Calvino, *As cidades invisíveis*

Resumo

A presente tese de doutorado analisa, a partir da percepção dos moradores de bairros selecionados da cidade, como se dá a relação entre as impressões das mudanças urbanísticas e os sentimentos de medo da violência e segurança. Com esse objetivo, este trabalho analisa como diversas formas de transformação do espaço urbano interferiram na relação de segurança ou insegurança em diferentes bairros da cidade de Porto Alegre. Para dar conta desta análise, a presente pesquisa utilizou como fonte entrevistas, realizadas pelo Centro de Pesquisas Históricas de Porto Alegre para o projeto *Memória dos Bairros*, com moradores de cinco bairros da cidade do final da década de 1980 até o começo dos anos 2000. Os bairros escolhidos foram: Restinga, Vila Iapi, Lomba do Pinheiro, Petrópolis, Cristal. A memória trabalhada por essas entrevistas foi tratada nesta pesquisa enquanto uma forma de costurar a identidade em meio a um espaço em mutação. Os espaços sociais, as ruas e as edificações foram articuladoras das lembranças dos habitantes da cidade e referências para as suas práticas sociais. A análise identificou duas formas de lidar com a segurança e o medo da violência na cidade de Porto Alegre no final do século XX. A primeira foi a dos moradores de bairros mais periféricos que contribuíram diretamente para a construção de seu espaço e formação de identidade. Esses afirmavam que se sentiam seguros e confiavam no espaço habitado. A segunda foi a dos moradores que vivenciaram a alteração do seu espaço e aderiram à estratégia de segurança da exclusão e segregação. Nesta segunda forma, a sensação de aumento da violência era provocada pela vivência das transformações do espaço urbano.

Palavras-chave: Medo da violência, segurança, transformações urbanísticas, práticas do espaço urbano.

Abstract

The present doctoral dissertation analyzes, from the perception of the residents of selected neighborhoods of the city, how the relation between the impressions of the urbanistic changes and the feelings of fear of violence and security occurs. With this objective, this paper analyzes how various forms of urban space transformation interfered with the relationship of safety or insecurity in different neighborhoods of the city of Porto Alegre. To account for this analysis, this research used as source interviews conducted by the Porto Alegre Historical Research Center for the Memory of Neighborhoods project, with residents of five neighborhoods in the city from the late 1980s to the early 2000s. The chosen neighborhoods were: Restinga, Vila Iapi, Lomba do Pinheiro, Petrópolis, Cristal. The memory worked by these interviews was treated in this research as a way to sew identity in the midst of a changing space. The social spaces, the streets and the buildings articulated the memories of the inhabitants of the city and references to their social practices. The analysis identified two ways of dealing with security and the fear of violence in the city of Porto Alegre in the late twentieth century. The first was the residents of more peripheral neighborhoods that directly contributed to the construction of their space and identity formation. They stated that they felt safe and trusted the inhabited space. The second was that of residents who experienced the alteration of their space and adhered to the security strategy of exclusion and segregation. In this second form, the sensation of increased violence was caused by the experience of the transformations of the urban space.

Keywords: Fear of violence, security, urbanistic transformations, urban space practices.

Lista de figuras

Figura 1: Plano de investimentos de 1996 para o bairro Centro

Figura 2: Plano de investimentos de 1996 para o bairro Restinga

Figura 3: Totalização das Prioridades Temáticas do Orçamento Participativo

Figura 4: Resumo dos investimentos dos órgãos previstos por microrregiões do Orçamento Participativo de 1991

Figura 5: Entrevista de Carlos Onofre Trainini.

Figura 6: Entrevista de Carlos Dantas e Débora Dantas

Figura 7: Entrevista de Marco Antônio Dilly

Figura 8: Entrevista de Célia Cunha Scarpini

Figura 9: Entrevista ilegível sobre o bairro Petrópolis

Figura 10: Edifícios da Vila IAPI

Figura 11: Fotografia aérea da Vila IAPI, década de 1960.

Figura 12: Projeto de urbanização da Vila do IAPI – Porto Alegre 1940

Figura 13: Fotografia aérea do bairro Restinga em 1975

Figura 14: Edifícios da Restinga construídos na década de 1970.

Figura 15: Fotografia aérea do bairro Lomba do Pinheiro

Figura 16: Fotografia de zona de moradia precária do bairro Lomba do Pinheiro

Figura 17: Fotografia do bairro Petrópolis 1955

Figura 18: Fotografia atual do bairro Petrópolis

Figura 19: Fotografia aérea do bairro Cristal em 1958

Figura 20: Fotografia aérea do bairro Cristal no presente

Lista de gráficos

Gráfico 01: Evolução do índice de homicídio por 100.000 habitantes na RMPA entre 1991 e 1999.

Sumário

1. Introdução , pág. 12

2. Capítulo I - Caminhos da Memória

2.1. A Administração Popular e Orçamento Participativo, pág.33

2.2. Memória dos Bairros, Acervo, Fontes Orais e Memória, pág.53

3. Capítulo II - Pontes da confiança

3.1. IAPI como representante do projeto habitacional trabalhista, pág.70

3.1. Restinga como projeto habitacional excludente, pág.78

3.3. Lomba do Pinheiro como um local de luta popular, pág.90

4. Capítulo III – Muros do medo

4.1. Petrópolis e Bom Fim transformados pela elitização do espaço urbano, pág.106

4.2. Cristal enquanto um bairro heterogêneo e segregado, pág.120

4.3. As transformações urbanas na cidade de Porto Alegre como promotoras dos sentimentos de segurança e insegurança, pág.140

5. Considerações Finais, pág. 149

Referências, pág. 155

1. Introdução

Durante a minha pesquisa para a dissertação de mestrado, *Transgressão do Bom Fim*, foi possível notar na imprensa e entre os moradores do Bairro Bom Fim, em Porto Alegre, um aumento do sentimento de insegurança associado a uma maior ênfase em destacar a violência como uma das principais preocupações cotidianas nas décadas de 1980 e 1990.¹ Notei que, gradativamente, ao longo das duas décadas, a imprensa deu maior ênfase a esse tema e as páginas policiais tiveram mais destaque nos jornais locais. No caso específico do Bom Fim, percebi que esse aumento do medo estava diretamente ligado ao processo de transformação urbanística e a certas mudanças de práticas sociais no bairro. A partir desta análise destaquei o **tema** de pesquisa para o doutorado: as relações entre o medo e segurança e as práticas do espaço urbano. O recorte desta tese, no entanto, é mais circunscrito. Busco compreender as particularidades na forma como esse processo se deu em diferentes bairros da cidade.

Durante as duas últimas décadas do século XX, ocorreram alterações no Plano-Diretor de Porto Alegre que liberaram construções de grande porte em bairros antes ocupados predominantemente por casas.² Grandes avenidas, grandes prédios, grades e muros altos passaram a fazer parte do cenário urbano. Nos palanques, gabinetes e assembleias o tema da segurança pública tornou-se um dos mais importantes. “Narrar a cidade com medo”³ passou a ser uma das formas dos seus habitantes praticarem o espaço público.

Esta tese tem como **objetivo** analisar, a partir de entrevistas de história oral, os sentimentos de segurança e insegurança em Porto Alegre no final do século XX, ou seja, compreender como o medo da violência ou a confiança na cidade são compartilhados, apropriados e alimentados por moradores. Além disso, este trabalho pretende entender como o medo influenciou a prática dos espaços urbanos e como os modificou.

A tese de doutorado busca analisar, a partir da percepção dos moradores de bairros selecionados da cidade, como se dá a relação entre as impressões das mudanças urbanísticas e os sentimentos de medo da violência e de segurança.

¹ Pedrosa, Lucio Fernandes. *Transgressão do Bom Fim. Dissertação* (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2009.

² Id.

³ Eckert, Cornelia. *A cultura do medo e as tensões do viver a cidade: narrativa e trajetória de velhos moradores de porto alegre*. Porto Alegre: Bancos de Imagens e Efeitos Visuais, PPGAS/UFRGS, 2002. Pág. 6

Para desenvolver este trabalho, algumas questões devem ser respondidas, enquanto **problemas** de pesquisa: Como se deram as transformações urbanísticas da cidade durante a segunda metade do século XX? Quais foram as políticas de moradia popular implementadas nesse mesmo período? Os moradores de diferentes bairros da cidade compartilhavam o mesmo medo da violência e a *cultura do medo*? Quais foram as diversas experiências de práticas do espaço público nesses vários locais? Como se deram as relações entre essas experiências, as mudanças urbanísticas de cada bairro e os sentimentos de insegurança e segurança? Resumindo, como as diversas formas de transformação do espaço urbano interferiram na relação de segurança ou insegurança em diferentes bairros da cidade de Porto Alegre?

A presente tese possui **objetos** de pesquisa complexos e fluidos, os sentimentos de segurança e insegurança na cambiante cidade de Porto Alegre no final do século XX. Para cercar esses objetos necessito de diferentes abordagens que balizam a relação com aquilo que está sendo analisado. Para isso, preciso consultar estudos feitos em diferentes áreas do conhecimento. Ao longo deste trabalho, dialogo com obras produzidas nos campos do urbanismo, psicologia, antropologia, sociologia, estatística, história e geografia. Alguns textos fornecem reflexões teóricas que possibilitam o reconhecimento do problema proposto por esta pesquisa, já outros servem de fonte de informações a respeito das transformações ocorridas na cidade no recorte temporal abordado.

Para compreender o conceito de medo, dois trabalhos são fundamentais para meu estudo: *A História do Medo no Ocidente*, de Jean Delumeau⁴, e *O Medo Líquido*, de Zygmunt Bauman.⁵ Em *História do Medo no Ocidente*, Delumeau faz uma análise de longa duração, seguindo o modelo historiográfico da *História das Mentalidades*. O seu trabalho analisa a manifestação social do medo no Ocidente desde o século XIV ao XVIII. Ao longo deste período o autor apresenta diferentes fenômenos que provocavam temor de grupos sociais na Europa. A contribuição desta obra para a presente tese se deve ao fato dela estudar a construção cultural e coletiva do medo. Este estudo demonstra como o terror pode afetar uma sociedade principalmente por causa de acontecimentos e elementos da realidade que ela não consegue controlar e ou compreender. Quanto mais desconhecido e sem domínio aparenta ser um determinado fenômeno, maiores serão a apreensão, a angústia e o horror, em relação a ele, compartilhados e manifestados socialmente.

⁴ Delumeau, Jean. *História do medo no Ocidente. 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁵ Bauman, Zygmunt. *Medo líquido*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2008.

No livro *Medo Líquido*, Bauman também analisa a manifestação social do medo, porém na sociedade contemporânea. Para o autor o medo atual se produz por causa da perda de controle sobre a vida social local promovida pelas transformações das relações sociais. Os novos meios de comunicação e a globalização produzem cada vez mais um aumento da sensação de ansiedade nos humanos diante da impossibilidade de dominar as mudanças na natureza, na economia global e na tecnologia. Para o autor, o enfraquecimento do bem-estar social e as inseguranças promovidas pela instabilidade econômica, crescente desigualdade social e o terrorismo são os combustíveis para o medo manifestado pela sociedade ocidental na atualidade. Nessa obra, mais uma vez o medo é a manifestação da falta de controle e incompreensão da sociedade sobre fenômenos e eventos, agora, globais.

Há muitos trabalhos nas ciências sociais que analisam a percepção do aumento da violência no Brasil no final do século XX. Eles serão brevemente apresentados aqui. Muitos autores do centro do país, como Gilberto Velho, Luis Eduardo Soares, Alba Zaluar, estudam a formação das facções criminosas, a repercussão do avanço da criminalidade através dos meios de comunicação de massa, as políticas e práticas de segurança pública implementadas pelos governos. A respeito do medo da violência especificamente, pode-se selecionar alguns estudos que salientam o aumento do sentimento de insegurança vinculando-o ao surgimento desses grupos criminosos, mas também à manifestação de uma cultura do medo que se reproduz a partir das relações sociais. Os estudos de Alba Zaluar, por exemplo, expandem a reflexão sobre o que deve ser considerado violência. Em um artigo seu intitulado *Oito temas para debate: violência e segurança pública*⁶ a autora faz um balanço de algumas discussões correntes em pesquisas suas e de seus pares. Alguns de seus questionamentos podem servir de base para indicar outras possibilidades de abordagem do mesmo tema à pesquisa proposta nesse trabalho. Enquanto esse trabalho visa entender o medo da violência como um efeito das transformações urbanas, textos como de Zaluar serão úteis para lembrar os traumas e tragédias causadas pelas ações violentas de indivíduos na cidade e os impactos físicos e psicológicos desses atos nas vítimas. Principalmente quando se tem a tentação de culpar os meios de comunicação pela propagação do medo. Segundo Zaluar, referindo-se ao período de aumento da violência e preocupação com ela na década de 1980,

Dizer que o medo aqui é fruto da manipulação da mídia é, portanto, uma afirmação ideológica que tenta negar o que acontece: não apenas a violência institucional, mas sobre tudo a violência que resulta das

⁶ Zaluar, Alba. *Oito temas para debate: violência e segurança pública*. In: Sociologia, problemas e práticas n.º 38, Lisboa: Ed. CIES-IUL/ISCTE/Celta, 2002.

transações selvagens e ilegais dos tráficos no crime negócio. [...] Além dos mortos e feridos que podem ser contabilizados em delegacias e hospitais, há também que se levar em conta os sofrimentos psíquicos e morais. Os primeiros são visíveis e publicitáveis. Os segundos são invisíveis, e deles pouco se fala. As vítimas da violência que sobrevivem não têm apenas as deficiências físicas que decorrem das agressões sofridas. As marcas traumáticas no seu psiquismo são tão ou mais graves, e muitas jamais cicatrizam.⁷

Portanto, é impossível negar as experiências reais de violência, afirmando que existe exagero por parte dos meios de comunicação. Mesmo que haja sensacionalismo no uso que os noticiários fazem ao cobrir crimes, os traumas causados pela vivência de atos violentos são imensuráveis, mesmo que atinjam apenas uma pessoa.

Os trabalhos de pesquisa sobre Porto Alegre não dão ênfase ao crime organizado e buscam destacar as experiências cotidianas e estatísticas sobre criminalidade. Algumas dessas pesquisas serão muito úteis como fonte para consultas de dados sobre violência e segurança pública, como a tese de doutorado em sociologia *Tendências e preditores da criminalidade violenta no Rio Grande do Sul*, de Leticia Maria Schabbach.⁸ Nesse trabalho são evidentes números que demonstram as diferenças entre as grandes e as pequenas cidades do Estado e demonstram que os índices de violência não aumentam constantemente, oscilam muito ao longo dos anos nas décadas de 1980 e 1990.⁹

Um apanhado de estudos bastante significativo é o livro *Violência e Cidadania. Práticas sociológicas e compromissos sociais*, organizado pelo Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania do Departamento de Ciências Sociais da UFRGS.¹⁰ Nessa obra há diferentes abordagens sobre o tema, mas a primeira parte merece ser destacada, pois seus artigos buscam evidenciar as relações entre modernidade, violência e a produção social do medo. Nesses estudos o crescimento do medo e da violência está vinculado à vulnerabilidade social e à crise das instituições, alimentados pela dramatização e pela espetacularização dos meios de comunicação.

⁷ Ibid. Pág. 21 e 22.

⁸ Schabbach, Leticia Maria. *Tendências e preditores da criminalidade violenta no Rio Grande do Sul*. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre, 2007.

⁹ id.

¹⁰ Santos, José Vicente Tavares, Teixeira, Alex Niche E Russo, Maurício. *Violência e Cidadania: Práticas Sociológicas e Compromissos Sociais*. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011.

Dentre eles o que mais se aproxima do presente projeto é o artigo *Medo ao poder e poder do medo na construção de um território de violência* de Margarita Rosa Gavéria. Nesse artigo a autora analisa os efeitos sociais causados pelos diferentes tipos de medo sofridos por moradores de uma região onde há tráfico de drogas e experiências violentas cotidianas. Esse trabalho é importante por mostrar que nesse espaço o medo é usado como forma de controle social, tanto pelo Estado quanto pelos criminosos. Além disso, o medo estabelece-se como uma experiência espacial na criação dos territórios da violência. De acordo com a Gavéria, “As manifestações de medo denotam a construção de fronteiras de um território, fundamentadas, paradoxalmente, em relações de alteridade e identidade com a violência.”¹¹ O trabalho apresenta, dessa maneira, um exemplo de estudo, em um local específico da cidade, sobre um dos diversos usos do medo que a tese buscará compreender.

Seguindo a mesma busca pelo mapeamento dos usos do medo, a antropóloga Cornelia Eckert desenvolveu o trabalho *A cultura do medo e as tensões do viver a cidade: narrativa e trajetória de velhos moradores de Porto Alegre*.¹² O trabalho também tem proximidade com este projeto, pois identifica que o medo da violência nos antigos moradores está intrinsecamente ligado a uma experiência de percepção da passagem do tempo e à inadequação das lembranças dos idosos às transformações urbanísticas. Segundo Eckert,

Ao refletirem sobre a crise dos tempos na cidade, ressituem sua própria identidade de ser cidadão neste contexto, configurando a construção de sua identidade cidadina como um processo de crise de identidade. [...] Este processo está associado à tendência de qualificar todos os fenômenos que conotam violência a um mesmo e único processo, cuja matriz, simbolicamente compartilhada, seria a decadência da cidade, a degradação dos valores éticos, que geraria a crise da civilização urbana.¹³

Da mesma antropóloga destaco também o livro feito em coautoria com Ana Luíza Carvalho da Rocha *Antropologia da e na cidade*.¹⁴ Dois capítulos desse livro são fundamentais para a construção do meu problema de pesquisa e para a análise das fontes orais: “*A cidade com qualidade*”, estudo de memória e esquecimento sobre o medo e crise na

¹¹ Gavéria, Margarita Rosa. *Medo ao poder e poder do medo na construção de um território de violência*. In: Santos, José Vicente Tavares, Teixeira, Alex Niche, Russo, Maurício (Orgs.). *Violência e Cidadania. Práticas sociológicas e compromissos sociais*. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2011. Pág. 72.

¹² Eckert, Cornelia. Op. cit.

¹³ Ibid. Págs. 4, 24 e 25.

¹⁴ Eckert, Cornelia. ROCHA, Ana Luíza Carvalho da. *Antropologia da e da Cidade: interpretações sobre as formas de vida urbana*. Porto Alegre: Marcavisual, 2013.

cidade de Porto Alegre e Cidade sitiada, o medo como intriga. Nesses dois textos, as autoras abordam como o aumento da presença de equipamentos de segurança transformam a vida cotidiana da cidade, ampliando o sentimento de insegurança e diminuindo a qualidade de vida em Porto Alegre. Além disso, as pesquisadoras demonstram as mudanças de comportamento provocadas por causa do medo da violência e como a imprensa e o poder público reforçam essa cultura do medo.

Visto que as transformações urbanas interferem intensamente nos sentimentos de segurança e insegurança manifestados pela sociedade, muitos estudos de urbanismo e planejamento urbano são importantes para a presente pesquisa. A obra central para este trabalho e para os estudos urbanos voltados para a compreensão do entremetimento do planejamento urbano na qualidade de vida dos habitantes da cidade é o livro *Morte e vida de grandes cidades* de Jane Jacobs.¹⁵ Neste trabalho, a autora estuda como a diversidade arquitetônica, de usos e experiências no e do espaço urbano promovem a segurança na cidade. Jacobs acusa o planejamento urbanístico que promove a segmentação de usos e a segregação de serem culpados pela decadência da qualidade de vida nos grandes centros urbanos. Segundo ela, a escolha por condomínios e centros comerciais fechados e a desvalorização do uso das ruas e dos espaços públicos promovem angústia e insegurança para os usuários da cidade.

No mesmo sentido, Zygmunt Bauman defende que a arquitetura defensiva adotada pelas cidades contemporâneas não promoverem segurança, mas, pelo contrário, estimula o medo. Em seu livro *Confiança e medo na cidade*¹⁶, o autor compreende que a cidade com qualidade de vida e promotora de confiança é aquela que valoriza a diversidade e o compartilhamento de experiências diversas. Apesar disso, denuncia Bauman, as grandes cidades contemporâneas optam por uma estratégia oposta: mixofóbica, segregando grupos sociais, isolando a elite e excluindo os menos favorecidos. Em vez de incentivarem uma interação comunitária, os centros urbanos favorecem o fechamento de parte da sociedade em espaços privados e a segurança privada.

Outra importante obra de estudo e planejamento urbano que critica a segregação do espaço é o livro *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*, de Teresa

¹⁵ Jacobs, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

¹⁶ Bauman, Zygmunt. *Medo e confiança na cidade*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2009.

Pires do Rio Caldeira.¹⁷ Neste estudo, a autora salienta como o problema da violência na sociedade brasileira representa a dificuldade do estabelecimento de uma democracia plena no país. Em sua pesquisa, Caldeira evidencia que a falência da segurança pública no Brasil promove como contrapartida a discriminação social, a segregação espacial, a violência policial, a privatização da segurança, a fragmentação do espaço público, o desrespeito aos direitos dos cidadãos e o incentivo ao preconceito com diferentes grupos sociais.

Também sobre a relação entre planejamento urbano e insegurança em Porto Alegre, o livro *Espaço da cidade, segurança urbana e participação popular*¹⁸, de Paul Dieter Nygaard é uma excelente fonte de informações de como esse assunto foi tratado pela administração pública na cidade. Nygaard é arquiteto e urbanista e atuou com planejamento urbano na Fundação estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN/RS), de 1971 a 1995, e na Prefeitura Municipal de Porto Alegre, de 1999 a 2000. Neste livro, o autor defende que a ordenação da cidade e sua estruturação alterou a segurança e a qualidade de vida dos habitantes de Porto Alegre. Nygaard critica a forma como tem sido organizado o espaço social na cidade. A capital do Rio Grande do Sul adotou a segregação e a criação de partes homogêneas. Ele descreve como ao longo do tempo foi adotado um planejamento urbano baseado em zonas para cada tipo de uso e como ocorreu um processo de deterioração do espaço público. O autor afirma que houve avanços, porém não completamente suficientes, para a integração dos moradores e valorização dos espaços públicos durante os sucessivos governos da Administração Popular, quando o Partido dos Trabalhadores assumiu o poder executivo do município de Porto Alegre. Para Nygaard, o principal motivo dessa melhoria foi a adoção da participação popular nas decisões públicas através do orçamento participativo.

Um conjunto de pesquisas fundamentais para a presente tese é a série de livros publicados pelo Observatório das Metrôpoles. Esses trabalhos fazem um apanhado de fenômenos que caracterizam e transformam os espaços urbanos nas regiões metropolitanas. Segundo Luciano Fedozzi e Paulo Roberto Rodrigues Soares,

O Observatório das Metrôpoles é um programa pluri-institucional e pluridisciplinar constituído hoje por um grupo que funciona em rede reunindo instituições e pesquisadores dos campos universitário, governamental e não governamental que trabalham sobre os impactos

¹⁷ Caldeira, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000

¹⁸ Nygaard, Paul Dieter. *Espaço da Cidade, segurança urbana e participação*. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2010.

metropolitanos no bojo das transformações mundiais e dos modelos de desenvolvimento adotados nas últimas três décadas no país. Reúne para este fim mais de 150 pesquisadores (dos quais 97 principais) e 59 instituições universitárias (programas de pós-graduação), governamental (fundações estaduais e prefeitura) e não-governamental, sob a coordenação geral do IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.¹⁹

Por abordarem as mudanças econômicas e urbanas nas regiões metropolitanas nas últimas três décadas, de 1980 a 2010, esses estudos são muito úteis para esta tese, pois abrangem o recorte temporal definido pelo presente trabalho. Além disso apresentam dados estatísticos importantes sobre o desenvolvimento dos grandes centros urbanos brasileiros. Dentre os vários trabalhos, o que será mais utilizado por mim é o livro *Porto Alegre: transformações na ordem urbana*,²⁰ organizado por Luciano Fedozzi e Paulo Roberto Rodrigues Soares, porque trata das mudanças urbanísticas de Porto Alegre no final do século XX.

Selecionei para essa apresentação inicial alguns trabalhos mais relevantes, mas muitos outros serão inseridos ao longo da tese. Essa revisão bibliográfica não tem a função de descartar trabalhos passados, mas sim somar as diferentes contribuições deles, visto que este projeto busca analisar os usos da violência a partir de uma variedade de abordagens e fontes, pois consideramos ser única forma de fazê-lo.

Nas páginas seguintes, buscarei especificamente, a partir da bibliografia em parte apresentada acima, uma definição de medo enquanto um fenômeno cultural. O passo seguinte é definir o conceito de *medo da violência* e buscar na literatura sobre o assunto as possíveis relações entre este sentimento e as práticas do espaço e o fenômeno urbano, assim como poder compreender como se forma o sentimento oposto, de confiança na cidade.

A violência e o medo são experiências inerentes à humanidade e fazem parte de todas as sociedades ao longo da História. O singular na cidade de Porto Alegre no final do século XX, como sugerem os contatos que tive com a questão, foi o modo como esses temas foram tratados pela mídia e por moradores de bairros de classe média e alta: como uma novidade, como uma entidade viva que crescia e tomava conta da cidade, como um “monstro”. A antropóloga Cornélia Eckert classificou esse fenômeno como *cultura do medo*, uma definição

¹⁹ Fedozzi, Luciano Joel e Soares, Paulo Roberto Rodrigues (orgs.). *Porto Alegre : transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles, 2015. Pág. 18

²⁰ Ibid.

que salienta a construção social do sentimento de medo e historiciza esse processo, imbricado em meio às transformações políticas, sociais, econômicas e urbanísticas dos grandes centros urbanos.²¹

É importante enfatizar que esse tipo de medo não pode ser tratado como uma cultura específica e isolada dentro da sociedade. O que a antropóloga Alba Zaluar define em relação à noção de *cultura da violência* pode ser aplicado ao conceito de *cultura do medo*.

Segundo essa assertiva, uma cultura específica encapsularia a violência em certas sociedades ou civilizações. Mas a violência não se refere aos critérios de tal ou qual civilização, nem às regras de uma sociedade dada, nem mesmo de um tempo histórico determinado. Ela é imanente ou presente, mesmo que limitada ou relativamente controlada, em todas as culturas, assim como a cultura da paz.²²

Ou seja, o medo assim como a violência são fenômenos imanentes à humanidade. A relação com e o controle da violência estão intrinsecamente vinculados ao sentimento do medo. Dessa forma, o medo pode ser considerado não apenas uma reação biológica ao perigo imediato, mas também um fenômeno sociocultural. Um famoso exemplo histórico desse fenômeno foi o caso das ondas de ataques camponeses da Revolução Francesa, que ficaram conhecidas como o Grande Medo. As motivações do medo podem ser provocadas por manifestações físicas e psicológicas individuais, mas também motivadas por um conjunto de fatores sociais e culturais que desencadeiam um compartilhamento do medo. Isso ocorre, por exemplo, quando a televisão divulga acontecimentos violentos isolados que na edição da reportagem dão a impressão de que são eventos ligados, como atentados, massacres, acidentes aéreos. O mesmo acontece nas práticas cotidianas dos espaços públicos, frente a relatos, experiências de atos violentos e a sensação de insegurança causada pela falta de identidade com esses espaços. O historiador Jean Delumeau, ao desenvolver seu estudo de história das mentalidades, abarcando um período de longa duração, a respeito do medo no Ocidente, assim definiu esse complexo sentimento:

O medo (individual) é uma emoção-choque, frequentemente precedida de surpresa, provocada pela tomada de consciência de perigo presente e urgente que ameaça, cremos nós, nossa conservação. Colocado em estado de alerta, o hipotálamo reage mediante mobilização global do organismo, que desencadeia diversos tipos de comportamentos somáticos e provoca sobretudo modificações endócrinas.²³

²¹ Eckert, Cornelia. Op. cit. Págs. 4, 24 e 25

²² Zaluar, Alba. Op. cit. Pág 21

O medo individual causa efeitos diversos, em situações e em indivíduos diferentes como sudorese, taquicardia, aperto na garganta, enfraquecimento das pernas, tremor. Já o medo coletivo pode ser conceituado como uma angústia. Ainda segundo Delumeau, enquanto o medo individual é caracterizado pelo conhecimento do perigo, o coletivo é vivido “como uma espera dolorosa diante de um perigo tanto mais temível quanto menos claramente identificado: é um sentimento global de insegurança”.²⁴ O medo coletivo “recobre uma gama de emoções que vai do temor e da apreensão aos mais vivos terrores. O medo aqui é o hábito que se tem, em um grupo humano, perante tal ou tal ameaça (real ou imaginária)”.²⁵

De acordo com a perspectiva de Delumeau, a imaginação e a cultura são terrenos férteis que transformam o medo em um sentimento compartilhado, em um evento social. Seguindo essa ideia podemos considerar alguns exemplos: filmes de terror, lendas, contos de fada tendem a semear medos que são compartilhados e acabam sendo usados para diferentes fins; as canções de ninar ameaçam as crianças insones com o bicho-papão e o boi da cara preta; os padres e pastores ameaçam os fiéis com o inferno e o satanás, para que eles mantenham a conduta cristã e a fé; os medos do comunismo e do terrorismo foram e são ferramentas importantíssimas na imposição do poder político, econômico e militar norte-americano.²⁶ O medo e a violência são fenômenos básicos da natureza humana significados pela cultura a fim de serem controlados e servirem a diversos interesses da sociedade.

O medo enquanto um fenômeno cultural não é um objeto dotado de uma essência evidente e, dessa forma, não existe como um objeto que pode ser isolado. Existe apenas quando mobilizado pelos usos que dele são feitos, inclusive por pesquisas acadêmicas. Apesar de algumas utilizações terem interesses políticos, sociais e econômicos, a sua manifestação cotidiana é cultural e só pode ser entendida a partir da compreensão das apropriações dos indivíduos. Na pesquisa de mestrado deparei-me com depoimentos de moradores do bairro Bom Fim que afirmavam ter medo da violência. No entanto, o que era considerado violência divergia de pessoa para pessoa. Algumas delas consideravam violência a forma como as pessoas se portavam na rua, outros os assaltos, outros as pichações e depredações. Muitas

²³ Delumeau, Jean. *História do medo no Ocidente*. 1300-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. pág. 30.

²⁴ Ibid. pág. 33

²⁵ Ibid. pág. 32

²⁶ Rodeghero, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História. UFRGS. Porto Alegre: 1996.

delas tinham sido alertadas para essa situação a partir da imprensa. No momento da entrevista não sentiam o medo, mas falavam dele como se fosse um elemento da sociedade, sempre em comparação a tempos mais tranquilos.

A principal fonte de angústia contemporânea, conforme afirmam diversos autores, está na relação dos indivíduos com o espaço e nas relações sociais e econômicas estabelecidas na cidade no decorrer do processo de transformação e crescimento urbano. Ocorre na parte ocidental do mundo, nas últimas décadas, a perda da coesão social e a *deslocalização* nas práticas do espaço. De acordo com o urbanista francês François Ascher, este é um fenômeno comum à maioria das cidades americanas e europeias no tempo presente:

Os novos meios de transporte e de armazenamento de pessoas, de informações e de bens que a sociedade desenvolve e põe à disposição das organizações e dos indivíduos permitem que estes se emancipem em parte dos condicionalismos espaciais e temporais. Por um lado, a co-presença ou a proximidade já não são necessárias para um certo número de trocas e de práticas sociais porque é possível telecomunicar ou deslocar-se cada vez mais depressa. [...] É cada vez mais possível escolher individualmente os lugares e os momentos da sua comunicação e das suas trocas. [...] um sentimento de ubiquidade e de multitemporalidade acompanha assim um duplo processo de “deslocalização” e de “desinstantaneização”. A deslocalização traduz-se concretamente pelo enfraquecimento progressivo das comunidades locais. Evidentemente, isto não significa o desaparecimento de toda a vida local, das relações sociais de proximidade, das escolhas sociais; contudo, o local já não é o lugar obrigatório da maior parte das práticas sociais nos diversos campos de trabalho, da família, dos lazeres, da política, da religião, etc.²⁷

As mudanças analisadas por Ascher se intensificaram ao longo das últimas décadas e geraram problemas de coesão social. Para o autor quando a natureza e a tradição perdem as suas influências sobre os indivíduos, e esses devem avaliar as situações por si mesmos, é gerada uma incerteza e o risco se faz presente.²⁸ As novas formas de relacionamento criaram novas formas de segregação. Foi priorizado, por exemplo, cada vez mais, o transporte individual. Muitos bairros perderam a sua característica residencial e passaram a abrigar estabelecimentos comerciais, bancos e a serem cortados por grandes avenidas. Houve um aumento populacional e um adensamento da população. Muitos prédios, centros comerciais fechados e condomínios foram construídos. Muitas grades, muros e cercas elétricas erguidas. A ruptura do privado com o público e a perda do sentimento de pertencimento e propriedade

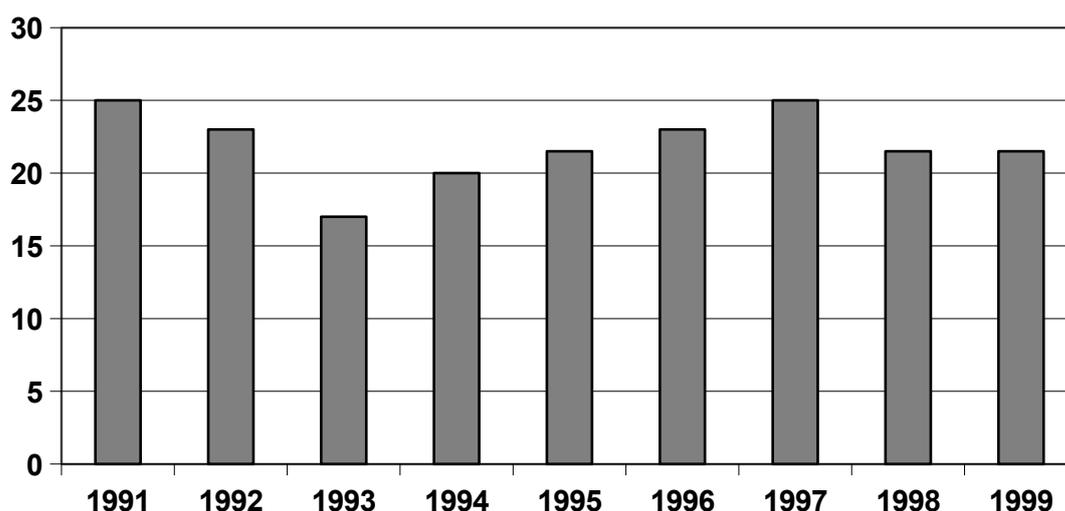
²⁷ Ascher, François. *Novos princípios do urbanismo*. São Paulo: Romano Guerra, 2010. pág. 38.

²⁸ Id. 37.

em relação ao espaço público intensificaram a sensação de que aquilo que não era a propriedade privada era inseguro. Conforme veremos a seguir, Porto Alegre acompanhou o mesmo caminho das cidades ocidentais contemporâneas no tocante aos aspectos mencionados acima.

Quando pesquisei sobre a inquietação dos moradores em relação à sensação de aumento da violência no bairro Bom Fim no final da década de 1980 e começo da de 1990, concluí que o crescimento do medo não estava diretamente vinculado ao aumento estatístico de atos e crimes violentos. Na década de 1990 as estatísticas indicavam, por exemplo, estabilidade e diminuição de homicídios:

Evolução do índice de homicídio por 100.000 habitantes na Região Metropolitana de Porto Alegre entre 1991 e 1999



Fonte dos dados brutos: IPEADATA

A tabela demonstra que o número de homicídios praticados na Região Metropolitana de Porto Alegre foi oscilante durante toda a década de 1990. Em alguns momentos, como entre 1991 e 1993 chegou a ser declinante. Porém, nas entrevistas com moradores de bairros como Petrópolis e Bom Fim realizadas nesse mesmo período e nos jornais da época, os assassinatos são apresentados como algo cada vez mais recorrentes e a violência é considerada como um fenômeno sempre crescente.

De acordo com o neurocientista Steven Pinker,

Nossas faculdades cognitivas nos predispõem a acreditar que vivemos em uma época violenta, especialmente porque são alimentadas pela

mídia, que segue o lema “se tem sangue, dá audiência”. A mente humana tende a estimar a probabilidade de um evento com base na facilidade com que consegue recordar exemplos, e é mais provável que cenas de carnificina, e não imagens de pessoas morrendo de velhice, sejam transmitidas para as nossas casas e fiquem gravadas em nossa memória. Por menor que possa ser a porcentagem de mortes violentas, em números absolutos elas sempre serão bastante para encher o noticiário à noite, e com isso as impressões das pessoas sobre a violência serão desvinculadas das verdadeiras proporções.²⁹

Na década de 1990 a imprensa e muitos moradores alimentavam o sentimento de medo, acreditando que os atos desse tipo eram cada vez mais constantes. Seguindo o raciocínio de Steven Pinker, podemos compreender como nesse período o medo da violência se estabeleceu enquanto uma das principais características da cidade. A percepção de que a violência aumentou e a maior publicidade dada a esse tema auxiliaram na instauração do sentimento de insegurança na cidade.

Portanto, para compreender o motivo do estabelecimento deste medo, é importante definir o que é violência, tarefa nada fácil, como podemos ver na definição do filósofo Yves Michaud:

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.³⁰

Segundo o autor, a violência se cristaliza e é dependente de uma situação social que a instaura e não pode ser isolada desse contexto. O que é chamado de violência é uma coleção de atos considerados violentos. De acordo com Hannah Arendt, “a violência é por natureza instrumental; como todos os meios, ela sempre depende da orientação e da justificação pelo fim que almeja.” O que pode ser violento para algumas pessoas pode não ser para outras.³¹ A violência é algo que existe em todas as sociedades, o seu significado, classificação, utilidade social e função muda de acordo com a cultura. A natureza instrumental da violência, ressaltada por Arendt, pode ser utilizada para definir também o medo, pois ele só é evidente quando significado em meio às relações sociais.

²⁹ Pinker, Steven. *Os anjos bons da nossa natureza. Por que a violência diminuiu*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. Pág. 20

³⁰ Michaud, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989. pág. 11

³¹ Arendt, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. pág. 41

O antropólogo Luiz Eduardo Soares ao analisar a *cultura do medo* afirma que:

Por vezes, tal sensação de insegurança não tem relação direta com a incidência real de manifestações de violência e crime no meio em que as pessoas vivem, estando associada à tendência da mídia em cobrir fatos contingentes e isolados, suprimindo a sua temporalidade, e assim influenciando a construção de uma realidade específica. [...] Além disso, a referida dimensão subjetiva da violência é engrandecida pelos discursos dramáticos da mídia, configurando-se uma “cultura do medo”.³²

No entanto, o medo da violência não é uma ilusão, ou uma invenção da mídia. A imprensa dramatiza situações reais, mas não se pode culpá-la pelo crescimento do medo da violência. Essa sensação está vinculada a aspectos culturais das comunidades e fatos específicos que incitam debates sobre o tema nos espaços públicos. Assim defende o antropólogo Gilberto Velho:

É perigoso tentar estabelecer relações de causalidade linear entre o que se passa na TV e o comportamento dos indivíduos. A vida social e cultural é bem mais complexa. Todos os agentes sociais se movem em múltiplos mundos e domínios, interagindo com indivíduos e situações diferentes. São herdeiros de tradições e costumes, foram socializados de modos específicos, compartilham uma memória e apresentam uma identidade social complexa, cheia de matizes e meios-tons, ambiguidades e contradições. Portanto, não são folhas em branco, aguardando a impressão de imagens televisivas.³³

Por isso, não se pode determinar se houve um aumento real de violência porque havia mais notícias sobre o assunto e não se pode supor que o medo da violência aumentou por causa dos jornais. A recepção destas notícias valoriza alguns aspectos em detrimento de outros de acordo com os interesses e valores dos receptores. Devemos procurar as causas do aumento do medo da violência em outros fenômenos, mais amplos e mais cotidianos. Como já indiquei anteriormente, o medo da violência em Porto Alegre é indissociável das maneiras de praticar o espaço público, ele vai ser maior ou de menor de acordo com as formas como as pessoas vivem os lugares que habitam.

O conjunto desses fenômenos, e não apenas os crimes divulgados na imprensa, estimularam o sentimento de medo da violência na população. A sensação de aumento da violência pode estar ligada às mudanças no espaço urbano. As ruas e edificações eram

³² Soares, Luiz Eduardo apud SCHABBACH, Leticia Maria. *Tendências e preditores da criminalidade violenta no Rio Grande do Sul*. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre, 2007. pág. 35

³³ Velho, Gilberto. *Mudança, crise e violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. pág. 65

articuladoras das lembranças dos habitantes da cidade e referências para suas práticas sociais. No momento em que elas deram lugar a viadutos, avenidas largas de grande movimento, a condomínios e prédios fortificados, gradualmente a população dos bairros que sofreram essas alterações foi sendo contaminada por uma incerteza em relação ao espaço habitado. Essa incerteza pode ter sido o combustível do medo tão relatado, divulgado e estimulado pela imprensa, explorado comercial e politicamente.

Portanto, uma questão a ser investigada por esse trabalho é se o sentimento de medo foi mobilizado pela falta de organização na expansão e modificação urbana em Porto Alegre. Porque a falta de controle sempre foi fonte do medo. Assim afirma o sociólogo Zygmunt Bauman:

O medo é mais assustador quando difuso, disperso, indistinto, desvinculado, desancorado, flutuante, sem endereço nem motivo claros; quando nos assombra sem que haja uma explicação visível, quando a ameaça que devemos temer pode ser vislumbrada em toda parte, mas em lugar algum se pode vê-la. “Medo” é o nome que damos a nossa *incerteza*: nossa *ignorância* da ameaça e do que deve ser *feito* – do que pode e do que não podem – para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance.³⁴

Desta forma, o medo social é a manifestação da percepção da falta de controle sobre um fenômeno. Sendo assim, a experiência de morar em um espaço urbano cambiante cuja mudança não se pode controlar gera incerteza e medo. A perda do “chão” pode gerar o medo. A falta de planejamento urbano e a sensação de perder a propriedade do espaço público transformam a cidade em um espaço do outro, suscetível a toda sorte de perigos desconhecidos e incontroláveis. Mendigos, sujeira, meninos de ruas, drogados, delinquentes, criminosos, traficantes, assassinos se proliferam na imagem que os moradores têm das ruas. Diferentes práticas são modeladas em estereótipos, na distinção entre o “cidadão de bem” e os outros: “vagabundos”, “marginalizados”, etc.

A memória é uma tentativa de costurar uma identidade em meio a um espaço em mutação no mesmo momento em que as transformações da cidade trazem insegurança. Porém, a significação dos indícios do passado não se torna uma volta no tempo, mas uma forma de praticar a cidade. A memória é uma ação que se dá no presente, como defende o filósofo Maurice Merleau-Ponty:

³⁴ Bauman, Zygmunt. *Medo líquido*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2008. pág. 8

Esta mesa traz traços de minha vida passada, inscrevi nela as minhas iniciais, nela fiz manchas de tinta. Mas por si mesmos estes traços não remetem ao passado: eles são presentes; e, se encontro ali signos de algum acontecimento "anterior", é porque tenho, por outras vias, o sentido do passado, é porque trago em mim essa significação.³⁵

Sendo assim, a cidade não é um acúmulo de tempos, mas sim formada por referências utilizadas de modos diversos, tanto por novos usuários do espaço, quanto por antigos. A memória dos antigos moradores não é um retorno ao passado, mas sim uma interferência no presente e mais uma das práticas e apropriações dos espaços públicos. As memórias mesclam vivências pessoais, escolhas afetivas, influências de memórias construídas socialmente, que são recrutadas como ferramentas úteis para estabelecer uma relação com a realidade urbana presente. Elas podem ser ativadas pelas edificações antigas ou pela ausência delas. A memória é uma tentativa de costurar uma identidade em meio a um espaço em mutação. Segundo o sociólogo Michael Pollak,

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra [...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes. É acionada como articuladora de experiências passadas a fim de dar uma resposta à situação presente e inventariar as possibilidades de ação.³⁶

Podemos utilizar esse conceito de memória de Pollak para compreender o trabalho dos moradores de alguns bairros de Porto Alegre na construção da sua identidade em relação ao passado de um espaço que não era mais como fora anteriormente. Tanto a questão da oposição entre a insegurança presente e a segurança do passado quanto o inverso podem ser trabalhadas, portanto, nesse desnível proporcionado pela experiência mnemônica urbana. Esta memória age como uma forma de apropriação do espaço. A historiadora Danièle Voldman, analisando este tipo de trabalho da memória, questiona:

Por que o presente costuma ser pintado em cores mais sombrias do que um passado difícil e que se torna quase cintilante na palavra-fonte? [E responde] nos mecanismos complexos de reconstrução do passado, a nostalgia dos anos dourados da juventude é tão frequente quanto a confusão entre a visão do tempo e a apologia deste último.³⁷

³⁵ Merleau-Ponty, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. pág. 553

³⁶ Pollak, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: *Revista Estudos históricos*, RJ, vol. 2, nº. 3, 1989. pág. 10.

³⁷ Voldman, Danièle. *Definições e Usos*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & Abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. pág. 38

Enquanto os habitantes se agarram às memórias dos anos dourados, como afirma Voldman, que se apresentam a eles como constantes, há a espaço que se transforma constantemente. Portanto, as memórias dos moradores da cidade não são apenas fontes para conhecermos as mudanças no tempo, mas são agentes e modificadoras da cidade impondo a ideia de serem aparentemente imutáveis sobre um espaço que se altera.

No final da década de 1980 e ao longo da década de 1990, a prefeitura de Porto Alegre pôs em prática um projeto de história oral dos bairros denominado *Memória dos Bairros*, no qual realizou diversas entrevistas com moradores de diferentes lugares da cidade. A intenção desse projeto era narrar a história de alguns bairros do município a partir da memória de seus habitantes. Nessas entrevistas foram contemplados vários assuntos, como as transformações destes locais, educação, saúde, religiosidade e violência. Padres, professores, policiais, comerciantes e um grande número de moradores, considerados representativos para cada comunidade, deram depoimentos falando sobre o passado e o presente do espaço que viveram e viviam. Essas entrevistas, agora integrantes do acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre, são usadas como fontes nessa tese de doutorado.

O trabalho de pesquisa utiliza fontes diversas a fim de construir uma análise que dê conta da complexidade do objeto de pesquisa e dos problemas propostos. Segue abaixo a lista delas:

- Entrevistas realizadas com moradores de dezesseis bairros da cidade a partir de 1990 pelo Centro de Pesquisas Históricas de Porto Alegre para o projeto *Memória dos bairros*. Os bairros contemplados foram: Restinga, Vila Iapi, Lomba do Pinheiro, Petrópolis, Cristal.
- Periódicos de grande circulação na cidade como os jornais *Zero Hora* e *Correio do Povo*.
- Imagens de fotografias, representações cartográficas e obras arquitetônicas que demonstrem as transformações e as características do espaço urbano e das edificações no recorte temporal escolhido para estudo.
- Estatísticas sobre Porto Alegre no recorte temporal escolhido para estudo, principalmente, as organizadas pela Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul e pelo Observatório das Metrôpoles.

- Textos políticos, documentos oficiais do poder executivo municipal, atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre no recorte temporal escolhido para estudo.

Em um primeiro momento, busquei nessas fontes a existência da generalização do sentimento de aumento da insegurança. Porém, percebi que moradores de bairros variados se relacionavam com esses fenômenos de formas diversas. Portanto, ao invés de buscar uma padronização, considerei mais importante destacar como, especificamente, os sentimentos de segurança e insegurança interagem com as transformações urbanas e as formas como elas foram experimentadas por moradores de cada localidade. Isso permitirá mostrar a diversidade nas formas de praticar e vivenciar o espaço urbano. Selecionei alguns bairros com características heterogêneas para contrastar e comparar.

Para realizar esta pesquisa, as fontes orais ocupam uma posição de destaque. Mas, para utilizá-las, deve-se levar em conta suas peculiaridades e ter claras as **estratégias metodológicas**. Buscarei em meu trabalho, o uso metódico desta fonte baseado em um *estilo de análise complexo*.³⁸ Segundo ele, além de analisar, interpretar e situar historicamente os depoimentos e as evidências orais, é necessário casar a análise das fontes orais com fontes documentais tradicionais do trabalho historiográfico, como jornais, documentos oficiais, obras de arte, estatísticas, mapas, discursos, sempre levando em conta suas especificidades enquanto fontes. Meu trabalho será de mediação dos depoimentos, relacionando-os uns com os outros, com as outras fontes, com o contexto mais amplo dos momentos nos quais as experiências relatadas ocorreram e com as teorias produzidas pelo lugar de produção do conhecimento histórico.

Sendo assim, é importante para o presente trabalho relacionar os depoimentos e as fotos que demonstrem as mudanças das casas, dos bairros, das paisagens; relacioná-los às estatísticas e outros documentos. Isso possibilita vislumbrar o meio que se abre para o desenvolvimento do sentimento de insegurança em contraste com outros tempos considerados seguros.

No entanto, cada experiência espacial era singular e articulava sua leitura específica da vivência daquele espaço. Sendo assim, a discordância e a contradição são-tão importantes quanto a coerência e a repetição. Como se poderá ver no decorrer do presente texto, na busca

³⁸ Lozano, Jorge Eduardo. *Práticas e estilo de pesquisa na História Oral contemporânea*. In: FERREIRA, Marieta Moraes e Amado, Janaína. *Usos & Abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2005

pelo sentimento de medo da violência generalizado no final do século XX em Porto Alegre, encontraram-se depoimentos em muitos bairros afirmando o contrário. Isto, ao invés de minar a argumentação, a corrobora, pois oferece uma diferenciação que delinea as características das experiências urbanas do medo.

Pela experiência adquirida durante a pesquisa e escrita da dissertação de mestrado *A Transgressão do Bom Fim*, posso afirmar que os indícios das práticas sociais e das apropriações cotidianas do espaço urbano não estão apenas nas fontes orais, nos mapas, nos documentos oficiais, nos ideais, nos acontecimentos, nos jornais, nos prédios, nas grades, nos discursos políticos, nas estatísticas, nos relatórios. Eles estão nas relações entre esses diversos fatores, nos interstícios, e apenas podem ser visualizados quando estes elementos são comparados, contrastados, justapostos entre si e entre eles e à teoria e ao saber produzido pela História. São cravadas, assim, estacas que balizam o território por onde se pode circular.

No contraste, na comparação, nas contradições que é possível analisar as marcas dos usos do medo no espaço urbano, aderidos aos constructos da memória, da descrição, do relato. O medo da violência tem muitas caras e causas e está diretamente ligado ao sentimento de ameaça à construção da identidade do indivíduo para si e para os outros dentro da experiência urbana.

Sendo a experiência do medo da violência em Porto Alegre no final do século XX uma experiência que se dá na interação entre práticas espaciais dos indivíduos e os limites impostos pela transformação e ampliação da urbanização, temos um objeto de pesquisa difuso. Os relatos sobre as diferentes percepções da cidade, em relação aos diferentes momentos de Porto Alegre, devem ser analisados em conjunto com as evidências das transformações urbanísticas desse espaço. A própria cidade como um todo é uma fonte de conhecimento sobre as mudanças ocorridas. Como defende Paul Ricoeur:

Cada novo edifício inscreve-se no espaço urbano como uma narrativa em um meio de intertextualidade. A narratividade impregna mais diretamente ainda o ato arquitetural na medida em que este se determina em relação com uma tradição estabelecida e se arrisca a fazer com que se alternem renovação e repetição. É na escala do urbanismo que melhor se percebe o trabalho do tempo no espaço. Uma cidade confronta no mesmo espaço épocas diferentes, oferecendo ao olhar uma história sedimentada dos gostos e das formas culturais. A cidade se dá ao mesmo tempo a ver e a ler. O tempo

narrado e o espaço habitado estão nela mais estreitamente associados do que o edifício isolado.³⁹

Essa passagem oferece uma perspectiva de análise histórica do espaço, assinala uma metodologia. Do cruzamento das narrativas do espaço e do espaço enquanto narrativa é que se desenha o objeto de estudo sobre o fenômeno urbano para o historiador cultural da cidade. Tendo em vista esta ideia de Ricoeur, o presente trabalho analisará diferentes bairros enquanto diferentes experiências urbanísticas.

Para estudar sentimentos de moradores das cidades em meio as várias camadas de interferências e mudanças é necessário estar atento aos fenômenos de diversas naturezas que influenciam a vivência e a representação do espaço urbano. De acordo com autores como Michel de Certeau e Zygmunt Bauman, as cidades contemporâneas não são lugares estáveis orientados por estruturas sociais estáticas, mas um espaço de disputa, sonhos, decepções, identificação, transgressão, invenção ou anomia.⁴⁰ Para Bauman,

As cidades contemporâneas são campos de batalha nos quais poderes globais e os sentidos de identidades tenazmente locais se encontram, se confrontam e lutam, tentando chegar a uma solução satisfatória, ou pelo menos aceitável, para esse conflito: um modo de convivência que – espera-se- possa equivaler a uma paz duradoura, mas que em geral se revela antes um armistício, uma trégua útil para reparar as defesas abatidas e reorganizar as unidades de combate. É esse confronto geral, e não algum fator particular, que aciona e orienta a dinâmica da cidade na modernidade líquida.⁴¹

Portanto, não posso explicar as características da experiência urbana dos moradores a partir de fatores estabilizados. Devo entender a relação dos habitantes com o fenômeno urbano enquanto um trabalho de constante reorganização em meio às transformações, embates e tensões impostas pela vida em uma cidade instável.

Tento isto em vista, no primeiro capítulo será estudado o contexto de produção das fontes utilizadas por esta tese, será caracterizado o Orçamento Participativo e será explicado o projeto *Memória dos Bairros*. Aproveitarei esse momento para compor um panorama das mudanças políticas ocorridas na virada da década de 1980 para a década de 1990 e aprofundar a exposição das estratégias metodológicas no trato com o acervo de História Oral.

³⁹ Ricoeur, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2010. pá. 159

⁴⁰ Certeau, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

⁴¹ Bauman, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade Rio de Janeiro*: Ed. Zahar, 2009. Pág. 35.

A relação entre as transformações do espaço urbano e os sentimentos de segurança serão analisados em cinco bairros distintos escolhidos: IAPI, Restinga, Lomba do Pinheiro, Petrópolis e Cristal. Cada bairro está assentado em um ponto da cidade e representa um período diferente da história das transformações urbanas de Porto Alegre desde meados do século XX. Além disso, cada um, por causa das peculiaridades e história, apresenta uma relação específica com as questões de segurança e medo da violência, divergente uma da outra. No segundo capítulo, serão estudados bairros populares de menor renda que não sofreram uma desintegração da paisagem, mas apresentam histórias e características diferentes: IAPI, Restinga, Lomba do Pinheiro.

No terceiro capítulo, apreciarei os bairros de maior renda ou compostos em parte por classe média. Esses bairros sofreram profundas alterações nas características urbanísticas e paisagísticas: Petrópolis, avaliando um pouco o Bom Fim em anexo, e o bairro Cristal.

Serão, em um primeiro momento, analisadas as políticas urbanísticas e habitacionais que transformaram a cidade em cada período, depois serão analisadas as características específicas de cada bairro, a partir do ponto de vista dos moradores, e, finalmente, estudar-se-ão as relações entre as transformações urbanas, a experiência dos moradores e os sentimentos de segurança ou insegurança em relação à violência. Além disso, serão contrastadas as diferenças e comparadas as semelhanças entre os bairros.

2. Capítulo I – Caminhos da Memória

2.1 Administração Popular e Orçamento Participativo

O presente capítulo visa discutir a utilização de acervos de História Oral a partir da experiência do autor em sua pesquisa. Para isso, será descrito e caracterizado o acervo referente ao projeto *Memória dos Bairros*, realizado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre entre 1989 e 2004 e que entrevistou centenas de moradores de dezenas de bairros da capital. O projeto foi implementado pela Administração Popular, concomitantemente ao Orçamento Participativo. Eu uso essas fontes para analisar, nesta tese de doutorado, as relações entre segurança, insegurança e as práticas do espaço urbano na cidade no final do século XX. Será exposto, no presente capítulo, como o projeto foi implantado, como as entrevistas foram realizadas, como foram feitas as transcrições e como o material foi arquivado. Além disso, tendo em conta os debates sobre os usos da História Oral, serão avaliadas as melhores formas de utilizar o acervo para a pesquisa doutoral do autor. Ao longo

desta pesquisa será levada em consideração a importância da Administração Popular e do Orçamento Participativo na realização do projeto *Memória dos Bairros*. O primeiro passo, no entanto, será situá-lo nas gestões do Partido dos Trabalhadores frente à Prefeitura de Porto Alegre. Inclusive para mostrar o contexto político que vivia a cidade no momento no qual as fontes foram produzidas e que compõe parte significativa do período analisado por essa tese.

Quando o Partido dos Trabalhadores foi eleito para governar Porto Alegre em 1989, liderando uma coligação de partidos de esquerda, batizou esse mandato, assim como os seguintes, de Administração Popular. O nome faz jus a postura assumida pela prefeitura na busca de resolver a crise de governabilidade deixada pela gestão anterior. De acordo com o economista Luiz Augusto Estrella Faria:

Assim, a autonomia inserida de corte popular, como é o caso de Porto Alegre, se caracterizaria pela consolidação de um mecanismo de identificação e incorporação dos interesses e demandas da sociedade que recebem um tratamento e adaptação por parte dos agentes da administração pública e são incorporados aos objetivos perseguidos pelo planejamento. Seus pressupostos são a construção de mecanismos de identificação das demandas (como o Orçamento Participativo), o que faz parte da construção da governabilidade, e o desenvolvimento da capacidade de executar políticas públicas que contemplem a atenção das demandas e sejam capazes de incorporá-las a uma agenda coerente, cuja factibilidade depende das condições de governança alcançadas.⁴²

No começo dos anos 1990, Porto Alegre passava por um novo ciclo político que imprimia uma nova relação entre a administração municipal e as comunidades mais pobres da cidade. O Orçamento Participativo foi um modelo de poder público mais horizontal. Ao mesmo tempo em que a cidade cada vez mais era transformada pelo mercado imobiliário, havia o retorno de programas habitacionais. No entanto, esses programas não seguiam mais os modelos aplicados na década de 1980, autoritários e excludentes. Os novos conjuntos habitacionais erguidos pela Administração Popular mantinham os moradores mais pobres nas suas regiões de origem, ao invés de mandá-los para áreas afastadas, como ocorria anteriormente. Alguns exemplos são as Vilas Planetário, na Avenida Ipiranga, e a Vila dos Papeleiros, na Avenida Voluntários da Pátria, que ofereceram residências de qualidade em regiões centrais. Para José Eduardo Utzig:

⁴² Faria, Luiz Augusto Estrella. *A Administração Popular em Porto Alegre: uma experiência alternativa de reforma do Estado na América Latina*. In: *Revista Economia contemporânea* v.6. Rio de Janeiro, 2002. pág. 61

O conceito de esfera pública não estatal é chave na concepção política do governo de Porto Alegre. Desde o primeiro governo foi feito um grande esforço de constituição de uma esfera com essas características, e esse é, seguramente, um elemento central para explicar o bom desempenho obtido até o momento, além de ser um dos fatores fundamentais da intensa renovação da vida política da cidade, renovação essa que continua em curso. Tomando como ponto de partida a existência de um sem-número de organizações as mais diversas, desde as associações de moradores e de bairro e os conselhos populares por região até as não governamentais vinculadas às questões ecológicas, de gênero, de raça etc., passando por entidades civis, de direitos humanos, de luta cultural, por melhoria na saúde, educação, pela moradia etc., foram sendo criados uma série de mecanismos e canais de participação da cidadania para discutir e interferir na formulação e no controle das políticas do governo municipal.⁴³

De acordo com essa citação, o Partido dos Trabalhadores estabeleceu na prefeitura uma postura de governança mais horizontal, participativa e descentralizada que amenizou a segregação social, buscando integrar bairros de periferia. O próprio projeto *Memória dos Bairros* foi um exemplo desse modelo adotado pela administração popular.

Além das novas vilas, algumas das demandas das comunidades mais pobres mais antigas, por causa do Orçamento Participativo, foram atendidas. Bairros populares lutavam por melhorias a partir das associações de moradores e enfrentavam o desinteresse da prefeitura. Alguns serviços básicos já haviam sido atendidos, mas a partir do OP, muitas obras foram feitas em bairros menos favorecidos. Essa mudança de abordagem fazia parte do projeto de integração dos bairros carentes e/ou periféricos ao conjunto da cidade. O discurso da prefeitura salientava essa coesão. Havia mais visibilidade e atenção para zonas antes excluídas. Uma das estratégias características da administração do Partido dos Trabalhadores nos primeiros anos de governo foi o estímulo ao trabalho colaborativo entre as secretarias, *Memória dos Bairros* surgiu a partir desta prática. Havia a concatenação dessa pesquisa de História Oral dos bairros com o trabalho de implementação do Orçamento Participativo. Por isso, inclusive, foram entrevistados muitos moradores ligados ao OP.⁴⁴

A vitória de Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores nas eleições de 1988 se explica pelo papel do partido, principalmente na cidade, na conturbada década de 1980.

⁴³ Utzig, José Eduardo. *Notas sobre o governo do PT em Porto Alegre*. In: *Novos Estudos*, nº 45. São Paulo: CEBRAP, 1996. pag. 214

⁴⁴ Fedozzi, Luciano; Furtado, Adriana; Bassani, Valéria Dozolina Sartori; Macedo, Carlos Eduardo Gomes; Parenza, Cidriana Teresa; Cruz, Milton. *Orçamento participativo de Porto Alegre / Perfil, avaliação e percepções do público participante*. Porto Alegre: Gráfica e Editora Hartmann, 2013.

Durante o lento processo de abertura política após a ditadura militar, os movimentos sociais voltaram a se articular. Setores tradicionais como o movimento estudantil e o sindical voltaram à ativa e outros, anteriormente menos expressivos, ganharam mais força, como as organizações comunitárias de bairro e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. A conjuntura política, social e econômica do Brasil na passagem da década de 1970 para a de 1980 apresentava um país mais desigual, com maior concentração de renda. O êxodo rural despejava sobre a cidade muitas pessoas em habitações precárias, terrenos invadidos, sem assistência alguma do governo no acesso aos serviços básicos de energia elétrica, água, saneamento, educação, transporte. Na região metropolitana de Porto Alegre, os migrantes se acumulavam em áreas afastadas das regiões centrais. Portanto, as principais lutas das populações mais carentes eram por terra nas áreas rurais e por melhores condições de vida nas cidades.⁴⁵

Ocorria, nesse período, uma remodelação partidária no país. Grandes partidos proscritos e permitidos durante a ditadura ressurgem fragmentados e se rearticulando em novas legendas. Desta mistura, e dentro do processo de abertura política, surge o Partido dos Trabalhadores que, assim como o PDT, pretendia fornecer novos rumos para esquerda brasileira representando, principalmente, os movimentos sociais que estavam se fortalecendo naquele momento. O Partido dos Trabalhadores aliou os movimentos tradicionais aos movimentos emergentes do período de redemocratização.⁴⁶

O país vivia um período politicamente e economicamente difícil. A redemocratização andava a passos lentos e trôpegos. Embora o movimento das Diretas Já tenha mobilizado todos os partidos do espectro político de centro à esquerda, o Congresso não aprovou as eleições diretas, elegendo Tancredo Neves à presidência por eleições indiretas. Mesmo assim, nem Tancredo, que representava uma oposição aos setores vinculados ao governo militar, conseguiu assumir. Em 1985 o presidente eleito faleceu, deixando o cargo para o vice José Sarney. O governo de Sarney foi marcado por sucessivas crises econômicas e tentativas de solucioná-las. A inflação crescia descontroladamente e as medidas tomadas pelo governo, de congelamento de preços e salários e reformas monetárias através do Plano Cruzado I e II, fracassaram, gerando recessão.⁴⁷

⁴⁵ Utzig, José Eduardo. Op, cit.

⁴⁶ Id.

⁴⁷ Giambiagi, Fábio. Hermann, Jeniffer et al. *Economia Brasileira Contemporânea: 1945/2004*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Em 1988, o Brasil vivia ainda uma amarga situação na esfera econômica e política. O povo não se sentia representado politicamente e a hiperinflação e a crise de abastecimento de mercadorias castigavam as finanças dos trabalhadores. A Constituição de 1988 acenou com possibilidades de mudanças políticas, e nas eleições municipais de Porto Alegre a Frente Popular, formada pelo PT e outros partidos de esquerda, apresentava um candidato que poderia atender às reivindicações das populações carentes por obras e serviços. Olívio Dutra surgia como uma alternativa em relação ao desastre político que representava o governo federal.

As ações tomadas pelo primeiro governo do PT em Porto Alegre demonstraram, desde o princípio, que o projeto de desenvolvimento econômico estava atrelado ao processo de descentralização e de diminuição das desigualdades sociais. Essa tendência está declarada nos Planos de Investimentos que foram lançados pela prefeitura de 1991 até 2002. Esses documentos fazem um balanço das medidas adotadas, mostram como o orçamento foi investido nos anos anteriores e projetam as intenções de gastos para o ano vigente de cada publicação. Portanto, esses textos eram tanto planos quanto relatórios.

Embora houvesse pequenas diferenças, os 16 anos consecutivos de governos liderados pela Frente Popular foram caracterizados em sua essência por uma forma de gestão integradora que buscava estabelecer articulação com os cidadãos, moldada pela participação popular nas decisões.

A inversão dos princípios que regiam os gastos públicos municipais se deu, em um primeiro momento, como saída para a crise que o governo do prefeito Olívio Dutra herdou da gestão anterior. De acordo com o Plano de Investimentos de 1991, havia a demanda por serviços por parte da população e 98% da receita estava sendo usada para pagar o funcionalismo público. A arrecadação diminuiu um terço durante a década de 1980, o valor IPTU recolhido no ano de 1989 correspondia a um quinto do que o município recebeu por ano na década de 1970. Além disso, fora reduzido o percentual de participação da cidade no retorno do ICMS. Ao longo da década de 1980, enquanto o país passava por sucessivas crises e o absurdo aumento da inflação, a população aumentou significativamente, assim como os gastos do município com a folha de pagamento.⁴⁸

⁴⁸ Porto Alegre, Prefeitura Municipal. *Plano de Investimentos de 1991*. Administração popular.

Para resolver pendências e precariedades herdadas, a Administração Popular criou o programa *S.O.S Porto Alegre*. Este programa tinha a finalidade de executar obras e prestar serviços emergenciais. Projetos como o *S.O.S. Porto Alegre* buscavam resolver os problemas financeiros da prefeitura e ao mesmo tempo estimular uma participação cidadã nas decisões e responsabilidades assumidas em relação ao planejamento da cidade. Uma das primeiras ações foi modificar a cobrança do IPTU, estabelecendo o pagamento do tributo de forma progressiva. Em relação ao comércio, a Administração Popular desenvolveu vários projetos com os mesmos objetivos, gerando maior distribuição de renda e descentralização econômica. Entre eles, esteve a valorização das áreas comerciais em cada bairro, os chamados *Centros de Bairros*; a criação de *Feiras-Modelo* em diferentes regiões da cidade; e a realização de licitações públicas de pequenas e médias empresas.⁴⁹

Já o subprograma *Uma estratégia de Ação Urbanística* tinha como objetivo principal proporcionar uma base física de operações para oportunizar o desencadeamento da política de descentralização regional, com a participação dos diversos segmentos da coletividade na discussão e tomada de decisão com relação à implementação dos planos e projetos localizados.

Outra ação da Administração Popular foi a modificação do organograma administrativo do poder executivo municipal. O mesmo fez em relação ao orçamento, descentralizando as decisões e integrando projetos. Neste período, a prefeitura de Porto Alegre estava passando por um momento de mudança. Em 1989, o plano de ação de Governo trouxe como importante característica a integração das secretarias. Um exemplo disto foi o *Projeto Cidade*, que visava construir canais de comunicação entre as diversas pastas, mantendo bancos de dados e promovendo pesquisas sobre economia, cultura, desenvolvimento social.⁵⁰

Vários projetos, programas e subprogramas tiveram a incumbência de mapear as demandas da população e estabelecer as bases para a elaboração do Orçamento Participativo (OP). O OP teve início no ano de 1989, como o principal eixo de ação da primeira gestão da Administração Popular. Ele previa um desenvolvimento horizontal, participativo e representativo. Ao convidar as comunidades que estavam, até então, excluídas do poder e das

⁴⁹ Porto Alegre, Prefeitura Municipal. *Plano de Investimentos de 1991*. Administração popular.

⁵⁰ Porto Alegre. SMIC. *Projeto Cidade. Boletim informativo n°1. Julho de 1989*. e Porto Alegre. SMIC. *Projeto Cidade. Boletim informativo n°2. Julho de 1989*.

ações dos agentes públicos para participar do planejamento da cidade proporcionou a consolidação de laços de identidade e o sentimento de representatividade com o governo municipal.

Para gerir um planejamento urbano voltado ao desenvolvimento social da cidade a Secretaria de Planejamento usou como inspiração o modelo de planejamento estratégico de Carlos Matus, posto em prática pelo governo de Salvador Allende no Chile entre 1970 e 1973.⁵¹ De acordo do Fedozzi, esse modelo compartilha a responsabilidade do planejamento com os cidadãos, que iram vivenciar as transformações decorrentes dele. Além disso, o planejamento estratégico prioriza o desenvolvimento social e os interesses estratégicos políticos sobre os interesses econômicos. O Orçamento Participativo foi a base para o modelo de planejamento estratégico de desenvolvimento urbano posto em prática pela Administração Popular.⁵²

A divisão da cidade em 16 regiões, a eleição dos Conselhos Municipais e a criação de instâncias mediadoras entre o poder público e as organizações de bairro foram os primeiros passos para estreitar os laços entre os interesses locais e os planos estratégicos, técnicos e globais da Administração Popular. Na avaliação de Olinto de Rossi, houve a valorização dos movimentos populares e das associações de bairros. Esse processo promoveu um efeito pedagógico que ofereceu conhecimento e ferramentas políticas para que a comunidade adquirisse as competências necessárias para atuar no Orçamento Participativo quando ele foi implantado. Até em sua instauração, o OP contou com a ação direta da comunidade auxiliando na construção dos parâmetros que deram fundamento para sua realização. Este instrumento político moldado com a participação de moradores de toda a cidade formou uma cidadania qualificada que não apenas tomava decisões, mas tinha mais meios de fiscalização e de controle sobre o governo. Em troca, a Administração Popular adquiria o apoio do povo e a credibilidade para colocar em prática suas políticas públicas.⁵³

Em 1993, no segundo governo da Administração Popular, na gestão do prefeito Tarso Genro, ocorreu o aprimoramento do Orçamento Participativo e foram criadas as Plenárias

⁵¹ Silva, Débora Bernardo da. *O Planejamento e a Administração Popular de Porto Alegre: Discursos e Práticas*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional. UFRGS. Porto Alegre: 2004

⁵² Fedozzi, Luciano. *Orçamento Participativo - reflexões sobre a experiência de Porto Alegre*. 1. ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1997

⁵³ Rossi, Olinto de. *Orçamento Participativo e a formação para a cidadania*. Dissertação apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da FGV. Rio de Janeiro, 2002)

Temáticas: Saúde e Assistência Social, Educação, Cultura e Lazer, Transporte e Circulação, Desenvolvimento Econômico e Tributação, Organização da Cidade e Desenvolvimento Urbano. A população passou a discutir também as políticas setoriais e de serviços e as obras globais da cidade. Assim, quase todo o orçamento era definido pela comunidade. A partir do governo de Raul Pont, terceira gestão da Administração Popular, iniciado em 1997, passou-se a discutir o Plano Plurianual. O Orçamento Participativo começou a ter a incumbência de definir as metas e diretrizes dos quatro anos de mandato de cada prefeito.⁵⁴

Ao longo dos governos de Olívio Dutra – de 1989 a 1992 –, de Tarso Genro – de 1993 a 1996-, de Raul Pont - de 1997 a 2000 - ocorreu um processo de descentralização e democratização da administração municipal. Além disso, havia uma preocupação em desenvolver socialmente a cidade e em melhorar as condições de vida dos moradores menos assistidos. O planejamento participativo do orçamento criou uma articulação entre o povo e o poder executivo para definir como seriam feitos os investimentos urbanos.⁵⁵

Com ele, inaugurou-se uma nova modalidade de governo, onde a participação foi a base da gestão, rompendo com o modelo tradicional de decisões tomadas por técnicos em gabinetes, sem contemplar as necessidades da população ou, ainda, por vereadores que favoreciam somente os seus redutos eleitorais. É fundamental compreender que o surgimento do OP foi possível apenas no contexto político e social, devido principalmente aos estreitos laços estabelecidos entre o Partido dos Trabalhadores e as organizações comunitárias dos bairros.

A implementação do novo processo de gestão e seus posteriores desenvolvimentos levaram à atual divisão geográfica do município em 16 regiões político-administrativas, consequência dos debates entre o Conselho do Orçamento Participativo, os Conselhos Populares, União de Vilas e foros das Entidades de Porto Alegre, instâncias de reorganização popular criadas neste contexto. Para os participantes, em especial para os conselheiros, de acordo com Olinto de Rossi, o somatório das informações recebidas, das disputas e articulações do OP resultaram na aquisição de saberes e no questionamento das verdadeiras competências municipais. A política mudou após a instauração do Orçamento Participativo. O Legislativo continuou a cumprir suas incumbências, como a de fazer emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias e acompanhar, votar e fiscalizar a execução das obras e de serviços,

⁵⁴ Porto Alegre, Prefeitura Municipal. *Plano de Investimentos de 1997*. Administração popular.

⁵⁵ Porto Alegre, Prefeitura Municipal. *Plano de Investimentos de 2000*. Administração popular.

nada impedindo que participassem da totalidade do processo, se assim quisesse.⁵⁶ Para a cientista política Gabriela Soares Balestero,

Os Orçamentos Participativos romperam com os paradigmas clássicos da Administração Pública e proporcionaram a integração da sociedade no processo de tomada de decisão sobre a alocação de recursos públicos, passando a incorporar uma dimensão deliberativa que abrange a construção do consenso, considerando peculiaridades e diferenças sociais.⁵⁷

Para a autora, o Orçamento Participativo alça a população a instâncias deliberativas, possibilitando que a comunidade participe das decisões do Poder Público Municipal. Por causa desta promoção dos cidadãos ao poder político, foram feitas as principais críticas ao OP. De acordo com a pesquisa de Rossi, questionava-se se o OP se sobrepunha ao Poder Legislativo e, estando os representantes e fiscais ideologicamente atrelados ao Poder Executivo, as decisões seriam tomadas apenas por um dos poderes. Porém, na prática, o papel de Estado assumido pela Administração Popular foi o de um grande articulador, capaz de mediar as demandas populares advindas do OP aos projetos das secretarias municipais, articulando as vontades políticas (populares e do governo) com as necessidades técnicas do município. Para investimentos considerados estratégicos e globais a prefeitura usava o Orçamento Participativo como instância deliberativa e legitimadora, influenciando certas decisões a partir da atuação dos técnicos e representantes das secretarias envolvidas. Havia nos conselhos sempre membros do Gabinete de Planejamento (Gaplan). Sendo assim, a prefeitura usou o OP para fazer, por exemplo, o planejamento urbanístico de uma maneira não muito diferente da elaboração de planos urbanísticos implantados anteriormente. Traçados e decididos por interesses técnicos e estratégicos, além de políticos e econômicos. No entanto, esses investimentos na cidade eram negociados com as comunidades. Como foi o caso da 3ª Perimetral, por exemplo.⁵⁸

Certamente, o Orçamento apresentou imperfeições como a possibilidade de aparelhamento pelo partido que governa o município e o fato de muitas demandas não terem sido atendidas. Em nenhum momento resolveu todos os problemas de Porto Alegre, mas

⁵⁶ Rossi, Olinto de. *Orçamento Participativo e a formação para a cidadania*. Dissertação apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da FGV. Rio de Janeiro, 2002

⁵⁷ Balestero, Gabriela Soares. *Prismas: Dir., Pol. Publ. e Mundial.*, Brasília, v. 8, n. 1, p. 45-76, jan./jun. 2011

⁵⁸ Rossi, Olinto de. *Orçamento Participativo e a formação para a cidadania*. Dissertação apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da FGV. Rio de Janeiro, 2002.

avaliamos que foi um instrumento de ampliação da consciência política e da participação cidadã. Ampliou a democracia permitindo que as comunidades com menor aporte econômico estivessem politicamente representadas. Portanto, ao longo dos 16 anos do Orçamento Participativo - nos moldes da Administração Popular - foi possível perceber uma maior conexão entre o Executivo e a população. O OP foi, ainda, um importante instrumento de redistribuição de recursos e poder decisório. Ao analisarmos os investimentos nas regiões ao longo da década de 1990, é muito maior o valor do destinado a áreas de menor renda e muito menor para áreas de maior renda. A maior parte das demandas da população é referente a habitação, pavimentação e saneamento. Conforme é possível ver nos Planos de Investimentos dos anos 1991 a 2000 demonstrados por alguns exemplos abaixo:

Figura 1: Plano de investimentos de 1996 para o bairro Centro

16

CENTRO

ÓRGÃO	DEMANDA	DESCRIÇÃO	RECURSO ORÇAMENTÁRIO (R\$)
SANEAMENTO BÁSICO			
DEP	960210	Troca de esgoto na Av. Bagé até Rua Montenegro	140.000,00
DEP	961460	Implantação rede pluvial no complexo Rua 24 Horas (Trav. Eng. Acelino Carvalho)	70.000,00
DMAE	960208	Esgoto cloacal no Terminal Azenha - 400 m (condicionada à definição fundiária)	20.000,00
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA			
DEMHAB	960211	Produção de cinquenta unidades habitacionais para vilas contempladas em 92, 93 e 94	550.000,00
PAVIMENTAÇÃO			
SMOV	960216	Av. Jordão entre Ruas Prof. Cristiano Fischer e São Matheus - 80 m	42.400,00
SMOV	960889	Rua Quatro Jacos - 30 m	15.900,00
Total de metros de pavimentação na região: 110m			
TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO			
SMT	960775	Sinalização de segurança nas imediações do Colégio Vera Cruz e Imperatriz Leopoldina	1.500,00
SMT	960878	Abrigo duplo na Rua Avaí nº 39	800,00
SMT	960879	Colocar uma parada de ônibus, com abrigo duplo, em frente ao SBT	800,00
SMT	960880	Placas de sinalização na Rua Corrêa Lima esquina com Rua Mutualidade	500,00
SMT	960881	Colocação de placas de ônibus na Rua Silveiro nº 181	500,00
ORGANIZAÇÃO DA CIDADE			
SME	960235	Construção de uma quadra de esportes no Parque Ramiro Souto	16.000,00
SME	961685	Reforma de uma quadra de esportes - Parque Tamandaré	8.000,00
SME	961686	Reforma de uma quadra de esportes - Parque Ramiro Souto	8.000,00
SME	961687	Reforma da pista de patinação - Parque Marinha do Brasil	8.000,00
SME	961718	Construção de um muro - Parque Tenístico	20.000,00
SMOV	960226	Ampliação de iluminação do Parque Araribóia	0
SMOV	960228	Iluminação do Beco de Servidão na Vila Renascença I	0
SMOV	960229	Ampliação de postes de iluminação na Pç. Augusto Cesar Sandino	0
SMOV	960883	Instalação de 3 holofotes nos postes em frente à Escola Cândido Portinari na rua Múcio Teixeira	0
SMOV	960884	Iluminação na Rua Múcio Teixeira eq. Av. Aureliano de Figueiredo Pinto	0
SMOV	960885	Iluminação na Pç. TVS	0
SMOV	960886	Iluminação na Rua TVS	0
SMOV	960928	Proteção nas luminárias da Pç. Argentina	0
SMOV	960932	Revisão nas luminárias da Praça Estado de Santa Catarina	0
SMOV	961666	Revisão nas luminárias da Pç. Argentina	0
SMOV	961667	Instalação de uma luminária na Praça Gen Braga Pinheiro	0
SMOV	961668	Instalação de 4 pontos de luz com proteção na Praça Engenheiro Guilherme Gaudenzi	0

Fonte: Plano de Investimentos do Orçamento Participativo de 1996

Figura 2: Plano de investimentos de 1996 para o bairro Restinga

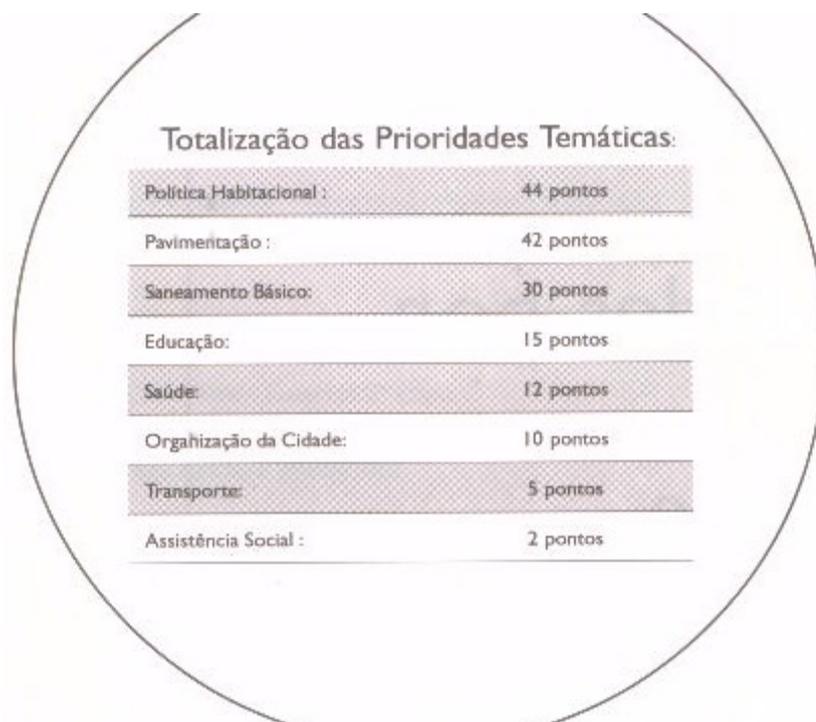
8

RESTINGA

ÓRGÃO	DEMANDA	DESCRIÇÃO	RECURSO ORÇAMENTÁRIO (R\$)
SANEAMENTO BÁSICO			
DMAE	960522	Abastecimento água Estrada Jorge Pereira Nunes a partir da Estr. Gedeon Leite - 600 m	36.000,00
DMAE	960523	Esgoto cloacal em toda a Vila Chácara do Banco - 3000 m	150.000,00
PAVIMENTAÇÃO			
SMOV	960537	Rua Schneider a partir da Estrada Gedeon Leite - 500 m	265.000,00
SMOV	960538	Rua "B" da 5ª unidade - da Rua 12 até esquina Rua 1,2 e 4 - 400 m (condicionada à remoção de cercas e muros)	212.000,00
SMOV	960540	Rua Abolição entre Av. 7109 e Av. 7103 - 100m (quadra da Escola Pessoa de Brum)	53.000,00
SMOV	960542	Estrada Chácara do Banco a partir do trecho pavimentado até 200 m	106.000,00
<i>Total de metros de pavimentação na região: 1.200m</i>			
TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO			
SMT	960548	Segurança para pedestres na Estrada João Antônio da Silveira com Rua B, nº 12 - 5ª unidade - Quadra E	1.500,00
SMT	960549	Segurança para pedestres na esquina Av. Edgar Pires de Castro com Estrada Gedeon Leite	1.500,00
SMT	960552	Sinalização na Estrada João Antônio da Silveira com Rua C (próximo ao terminal da Av. do Trabalhador)	1.500,00
ORGANIZAÇÃO DA CIDADE			
SMOV	960574	Colocação de dois pontos de iluminação na Rua C da 5ª unidade	0

Fonte: Plano de Investimentos do Orçamento Participativo de 1996

Figura 3: Totalização das Prioridades Temáticas do Orçamento Participativo



Totalização das Prioridades Temáticas:	
Política Habitacional :	44 pontos
Pavimentação :	42 pontos
Saneamento Básico:	30 pontos
Educação:	15 pontos
Saúde:	12 pontos
Organização da Cidade:	10 pontos
Transporte:	5 pontos
Assistência Social :	2 pontos

Fonte: Plano de Investimentos do Orçamento Participativo de 1999

Figura 4: Resumo dos investimentos dos órgãos previstos por microrregiões do Orçamento Participativo de 1991

**RESUMO DEMONSTRATIVO INVESTIMENTOS DOS ÓRGÃOS PREVISTOS POR MICRORREGIÃO
(PREÇOS ABRIL/91)**

REG./ÓRGÃO	SMISS	SHAAH	DEP	DMAE	SMOV	DEMHAB	SPM	DMLU	SMR	SMC	SMED	SMIC	OUTROS	Totem O/E	TOTAL
Cruzinoia	O 94.733	10.744	0	185.159	248.850	0	0	0	0	0	200.770	0	0	740.206	901.031
	E 55.134	0	0	0	0	105.691	0	0	0	0	0	0	0	160.825	0
Norte	O 73.377	38.280	71.150	770.198	33.950	29.412	0	0	7.000	0	229.460	0	0	1.252.827	2.037.525
	E 0	0	267.750	0	49.750	467.198	0	0	0	0	0	0	0	784.698	0
Leste	O 55.813	11.175	14.500	222.900	278.950	0	0	0	5.600	0	272.016	0	0	860.954	1.198.266
	E 130.000	0	0	25.900	181.412	0	0	0	0	0	0	0	0	337.312	0
Pertinon	O 12.354	41.082	98.000	191.055	156.400	0	0	0	3.200	8.000	28.600	0	0	538.691	566.691
	E 11.880	29.323	0	236.488	154.800	0	0	0	0	0	0	0	0	28.000	0
Lomba	O 11.880	29.323	0	236.488	154.800	0	0	0	0	0	156.624	12.000	0	601.115	606.115
Pinhal	O 0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5.000	0	5.000	0
Sul	O 0	0	3.000	4.081	116.480	0	0	0	0	0	0	0	0	123.511	123.511
	E 0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Restinga	O 36.825	17.706	5.000	0	0	7.611	0	0	0	0	55.120	84.000	0	206.262	206.262
	E 60.000	0	0	0	0	611.020	0	0	0	0	0	0	0	671.020	877.282
Centro	O 17.501	17.102	0	16.124	231.130	0	0	0	9.200	0	23.920	0	0	314.977	314.977
	E 0	0	0	0	51.450	0	0	0	0	0	0	0	0	51.450	0
Extremo	O 7.400	2.500	5.000	958.848	61.000	0	0	0	0	0	130.720	0	0	1.165.468	1.165.468
	E 0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	O 12.156	84.880	0	20.475	0	0	0	0	0	0	41.060	0	0	158.991	158.991
	E 0	0	0	0	20.475	0	0	0	0	0	0	0	0	20.475	179.066
Gloria	O 0	5.526	0	68.527	177.100	0	0	0	1.400	0	0	0	0	252.553	252.553
	E 0	0	0	0	7.000	12.493	0	0	0	0	0	0	0	19.493	272.046
Elco	O 0	0	28.650	0	81.300	0	0	0	1.500	0	148.720	0	0	260.170	260.170
Belteazar	O 0	0	162.350	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	162.350	162.350
	E 0	2.980	0	10.749	0	0	0	0	0	0	33.280	0	0	46.699	46.699
Ilheus	O 0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	E 0	0	6.000	8.062	0	0	0	0	900	0	32.640	0	0	47.602	47.602
Cristal	O 0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	E 0	0	0	18.812	800	0	0	0	0	0	0	0	0	19.612	19.612
Humaitá	O 0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	E 0	34.527	15.000	69.065	14.140	0	13.878	14.400	7.600	65.437	0	21.025	0	255.072	255.072
Centro	O 0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	E 372.748	265.425	0	2.182.540	392.248	0	98.268	483.104	0	0	167.450	30.000	0	3.646.378	269.572
Toda Cidade	O 602.500	0	0	0	0	0	180.000	0	0	0	0	79.500	0	863.000	4.599.378
Equip. e Mat.Perm.	O 0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.018.004	2.018.004	2.018.004
	E 0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	O 694.787	265.425	246.300	4.942.558	1.967.623	37.023	112.166	417.504	36.400	73.437	1.520.350	147.025	2.018.004	12.598.602	15.036.725
	E 848.634	0	430.100	0	182.575	1.377.814	180.000	0	0	0	0	99.000	0	3.118.123	15.036.725
G	1.543.421	265.425	676.400	4.942.558	2.150.198	1.414.837	292.166	417.504	36.400	73.437	1.520.350	246.025	2.018.004	15.626.725	15.626.725

O = Orçamento E = Extra-orçamentário G = Geral

Fonte: Plano de Investimentos do Orçamento Participativo de 1992

Pode-se perceber que nos Planos de Investimentos de diversos anos as demandas do Orçamento Participativo priorizavam a alocação de recursos para a regularização fundiária, pavimentação, moradia e o saneamento. No gráfico de previsão de investimentos de 1991 (Figura 4), é possível visualizar que a maior parte dos recursos são destinados às secretárias que prestam esses serviços.

Analisando as projeções de investimentos de 1996 (Figuras 1 e 2) arroladas acima para o Centro e Restinga percebemos que a cidade passava por uma profunda transformação, visto

os volumosos investimentos em melhorias estruturais. Tanto o Centro quanto a Restinga recebiam a mesma atenção. Os valores aplicados na construção de moradias populares, saneamento foram prioridade, principalmente nos bairros de menor renda. De acordo com Sérgio Baierle, isto permitiu que o mercado imobiliário e as incorporadoras investissem, também, em empreendimentos de grande porte.⁵⁹ É possível perceber nas imagens dos Planos de Investimentos expostas acima, que bairros que antes sofriam com o déficit habitacional, como a Restinga, onde seus moradores ocupavam há anos terrenos irregulares, ao longo da década de 1990 receberam vultosos investimentos em habitação, regulamentação fundiária e pavimentação de vias, demandas que tinham maior atenção nas plenárias do Orçamento Participativo. Populações que não tinham acesso a uma moradia digna passaram a decidir, a partir de um instrumento de democracia direta, que a maior parte do orçamento da cidade fosse aplicada na melhoria da infraestrutura habitacional. As Prioridades Temáticas eram os resultados das votações dos cidadãos que participavam do OP. A tabela de Totalização de Prioridade de 1999 (Figura 3), por exemplo, apresenta a política habitacional com mais pontos nas escolhas feitas para toda a cidade. O impacto que essas transformações provocaram no aumento do sentimento de pertencimento à cidade deve ser levado em consideração por este trabalho. É uma experiência relevante na história dessas comunidades e na história da administração pública.

Para entender melhor as entrevistas que foram utilizadas como fonte na presente tese, é importante conhecer as características gerais da gestão da Administração Popular e também as políticas públicas para a cultura. O Orçamento Participativo também foi utilizado para decidir por pesquisas como a do Centro de Pesquisa Histórica (CPH). Portanto, é impossível dissociar o projeto *Memória dos Bairros* do contexto de mudanças urbanísticas e políticas que a cidade estava experienciando, entre os anos de 1989 e 2000 e da implementação do OP.

De acordo com Simone Graciela Deroso, a Secretária Municipal de Cultura de Porto Alegre (SMC) foi desmembrada da Secretária Municipal de Educação (SMEC) em 1988.⁶⁰ No ano seguinte, sob o governo de Olívio Dutra, a SMC criou o Centro de Pesquisa Histórica (CPH). A função deste centro era documentar e pesquisar práticas sociais diversas, visando o resgate e a preservação da memória social da cidade. O CPH foi oficializado apenas em 2003

⁵⁹ Baierle, Sérgio. Lutas em Porto Alegre: entre a revolução política e o transformismo. Porto Alegre: Cidade, Centro de Assessoria e Estudos Urbanos, 2007.

⁶⁰ Deroso, Simone Graciela. Memória dos bairros: um projeto de política pública para porto alegre. Monografia de especialização do PPG Psicologia Social e Institucional da UFRGS. Porto Alegre, 2014

pelo Decreto nº 14.413. Até o ano de 2003, o trabalho desenvolvido baseava-se no método da História Oral, a partir das demandas do Orçamento Participativo definidas por comunidades que priorizavam o registro de suas memórias nos bairros.⁶¹

Conforme apresenta a descrição do Projeto *Memória dos Bairros*, feita em 1994 pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, o trabalho do CPH baseava-se em três vetores:

1 – Democratizar a produção de informação e conhecimento. Desta forma, tendia a expor as diferenças sociais, as discordâncias e os conflitos.

2 – O CPH utilizava este trabalho de democratização para promover a inclusão das sociedades periféricas. Ele tinha a intenção de aumentar a autoestima dos moradores de bairros pobres e fazê-los sentirem-se pertencentes à cidade. Além disso, o Centro gerava importantes informações que poderiam, e ainda podem, ser usadas pelo poder público para gerir o planejamento urbano, compreender as demandas das comunidades mais carentes e produzir um veículo para organização de iniciativas legítimas.

3 – Os trabalhos do tipo realizado pela História Oral aproximava o pesquisador da comunidade. Eles estabeleceram uma via de duas mãos entre a sociedade e o governo municipal. Demandas levantadas pelas pesquisas acabavam tornando-se pautas no Orçamento Participativo.

De acordo com o mesmo documento, o trabalho de pesquisa de História Oral desempenhado pelo CPH seguia 24 passos:

- Determinação do Grupo de Trabalho que, conforme a delimitação física da região a ser abrangida, podia variar de 1 a 2 historiadores, mais os estagiários designados pelo Centro de Pesquisa Histórica;
- O contato da equipe com vários segmentos populares organizados para explanação e apresentação do projeto e de sua metodologia;
- Delimitação e mapeamento da área a ser pesquisada, confecção de mapas necessários para distribuição amostral do trabalho;
- Catalogação e fichamento dos dados oficiais retirados dos documentos levantados;

⁶¹

Id.

- Entrevistas com os moradores indicados pelos movimentos organizados da comunidade e considerados os mais antigos na região;
- Entrevistas com as instituições da comunidade – igrejas, clubes de mães, associações comunitárias, clubes recreativos, casas de religião, entidades carnavalescas, escolas, etc...;
- Entrevistas com moradores mais recentes;
- Entrevistas com lideranças comunitárias.
- Transcrição manual de todas as fitas gravadas – que poderiam variar entre 50 e 130, conforme a extensão do universo delimitado;
- Conferência e reconferência de todas as entrevistas – processo obrigatório visando preencher as possíveis lacunas nas mesmas;
- Digitação das entrevistas;
- Organização e catalogação do material recolhido na comunidade – fotos, panfletos, jornais de bairro, informativos de associações por temas, utilizado em auxílio ao processo de confecção do texto da publicação;
- Levantamento da bibliografia especializada por temas, utilizada em auxílio ao processo de confecção do texto da publicação;
- Sistematização do material das entrevistas por cortes temáticos;
- Redação preliminar;
- Redação final;
- Digitação da redação final;
- Convite ao prefaciador;
- Organização da bibliografia;
- Planejamento da exposição fotográfica;
- Contratação e acompanhamento do serviço fotográfico;
- Seleção de fotos para a publicação, para a exposição e suas devidas legendas;
- Plastificação da exposição de fotos – serviço especializado
- Acompanhamento e revisão do processo de editoração.⁶²

É importante destacar destes passos alguns pontos. Entre eles, a escolha dos entrevistados. Eram selecionados moradores antigos e novos. Também buscava-se a participação de representantes de instituições representativas dos bairros, como “Igrejas,

⁶² Porto Alegre, Prefeitura Municipal. *Descrição do Projeto Memória dos Bairros*. Administração Popular. 1994

clubes de mães, associações comunitárias, clubes recreativos, casas de religião, entidades carnavalescas, escolas, etc...;”. Essa heterogeneidade de moradores entrevistados possibilitaria falas diversas que representam interesses diferentes e evitaria que os relatos fossem engessados dentro de uma única narrativa ou por um discurso imposto. De acordo com os passos, além das fontes orais também foram consultadas outras formas de fontes históricas, como fotografias, jornais, etc. Alguns dos passos previstos não foram seguidos, como a digitação de todas as entrevista, conforme será analisado a seguir.

O Centro de Pesquisa Histórica da Coordenação da Memória Cultural desenvolveu o projeto *Memória dos Bairros* como uma das primeiras pesquisas a serem realizadas seguindo essas diretrizes. O projeto de cultura da Administração Popular era abrangente e integrava as comunidades de menor renda. Produzindo 16 publicações, o projeto *Memória dos Bairros* buscava descentralizar, democratizar e articular a cultura da cidade, abrangendo bairros que até então não eram valorizados. Como todo o projeto de memória organizado por um governo este também era político, no entanto, por estar atrelado ao Orçamento Participativo, ele apresenta o status de gestão coletiva. Por isso, alguns dos moradores escolhidos estavam ligados a estrutura do OP. No entanto, de acordo com Zita Possamai, a comunidade apontava pessoas que eram consideradas bastiões da memória local.⁶³ Além disso, a diversidade de falas explicitaram as contradições da sociedade e deram voz a comunidades que não tinham espaço para manifestar suas opiniões e contar as suas histórias.

Também, conforme afirma Possamai, a escolha das regiões que seriam contempladas com uma pesquisa para o projeto *Memória dos Bairros* era feita a partir de demanda da comunidade pelo Orçamento Participativo. Havia uma preparação tanto do CPH quanto da comunidade escolhendo os entrevistados e traçando os roteiros das entrevistas. Mas havia um padrão geral para os temas tratados em todos os bairros. O projeto pretendia mapear identidades sociais, mas tinha em conta a heterogeneidade de cada bairro. Buscava compreender formas de organicidade diversas.⁶⁴

Conforme aponta o projeto descrito pela Administração Popular, os principais objetivos do *Memórias dos Bairros* eram:

⁶³ Possamai, Zita (org.) *A Memória cultural numa cidade democrática*. Porto Alegre. Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2001.

⁶⁴ Id.

- 1º- Resgatar a memória da cidade de Porto Alegre através do trabalho de pesquisa desenvolvido bairro a bairro;
- 2º- Reconstruir o passado sob novos aspectos e novas abordagens, dando condições para o exercício pleno de cidadania transformando o cidadão de objeto em sujeito da ação social;
- 3º- Organizar um acervo de História Oral da cidade de Porto Alegre para consulta do público em geral, tendo, também, a disposição os exemplares publicados deste projeto.⁶⁵

Ao longo da década de 1990 a Prefeitura de Porto Alegre manteve o compromisso de dar continuidade ao projeto *Memória dos Bairros*. Os trabalhos publicados são as provas mais concretas deste resgate da cidadania e cumprem o papel inédito de contar a História da cidade a partir de bairros que ainda não tinham o seu passado registrado, pesquisado e conhecido pela sociedade em geral e tendo como principais agentes deste resgate da memória os próprios moradores. Desta forma, a importância da pesquisa e das publicações deste projeto emergiu do grande interesse que as comunidades demonstraram em se apropriar da história e do espaço que habitavam. Além disso, o projeto contribuiu para a organização das comunidades em órgãos associativos da sociedade civil, capazes de ampliar a participação popular nas exigências de melhor qualificação de vida.

Quando surgiu o projeto *Memória dos Bairros*, a pesquisa em História Oral, embora já fosse feita no meio acadêmico, ainda era pouco conhecida e divulgada. Alguns projetos semelhantes estavam sendo implementados. Em Porto Alegre, o Instituto Judaico Marc Chagall desenvolveu o projeto de preservação da memória judaica, com a publicação de catálogos de depoimentos, intitulado “Histórias de Vida / Life Stories”, cujo primeiro tomo foi publicado em 1989.⁶⁶

Além do *Memória dos Bairros*, a Administração Popular realizou outros projetos voltados para o resgate da memória e/ou utilizando fontes orais como a coleção *Palavras de Trabalhador*. Este livro foi organizado por Celina Cabrales e publicado em 1991, com o apoio da Câmara Riograndense do Livro. A obra reúne textos de um projeto de educação de jovens e adultos de Porto Alegre, numa proposta de escola pública para trabalhadores. Trata-se do

⁶⁵ Porto Alegre, Prefeitura Municipal. Projeto Memória dos Bairros. Administração Popular. 1994

⁶⁶ Histórias de vida: *Life Stories. Imigração judaica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto cultural Judaico Marc chagall, 1989

registro de muitos depoimentos cuja essência é a memória de cada participante, uma fonte de pesquisa em História Oral.⁶⁷

No intuito de realizar pesquisas que estimulassem a preservação do patrimônio cultural, da memória e da identidade de Porto Alegre foi destacada a importância da história dos bairros de Porto Alegre, a partir dos estudos desenvolvidos pelo Centro de Pesquisa Histórica, da Coordenação da Memória Cultural. O projeto *Memória dos Bairros* foi realizado no seio do programa de descentralização das atividades da Secretaria da Cultura. Em 1990, foi publicado o volume *Restinga*; em 1991, o volume *Vila do IAPI*; em 1993, *Grande Santa Rosa*; em 1994, houve a publicação de *Belém Velho* e *Grande Glória*; dentre outras publicações dos demais projetos de pesquisa que serão listados a seguir.

Em todos os volumes, a linha de pesquisa enfatiza a análise histórica a partir dos moradores de cada bairro analisado. Cada livro é criado visando a ser uma peça didática de fácil consumo pela comunidade, na qual são enfatizadas as características históricas que acompanham o surgimento do bairro e sua evolução.

Desta forma, o que caracteriza o projeto *Memória dos Bairros* pode ser resumido, a partir do que foi afirmado no projeto descrito pela Prefeitura de Porto Alegre em 1994, no que segue: tratou-se de uma pesquisa baseada em depoimentos de História Oral, com caráter local; a pesquisa enfatizou a história de Porto Alegre, no campo da evolução da sua memória social; o produto final foi um estudo em que o depoimento oral foi analisado, contextualizado à luz da interpretação histórica; apesar de basear-se em depoimentos individuais, o trabalho visou o resgate da construção da memória coletiva de cada bairro; tratou-se de um produto de memória social que abrangeu a emergência das diferentes identidades sociais da capital e não apenas de parcela da população; todo o processo de trabalho foi socializado com a comunidade de origem, inclusive a publicação final, resultante da pesquisa.⁶⁸

O projeto envolveu uma extensa pesquisa de história local, na qual através de depoimentos foram resgatados não apenas a história de cada bairro, mas a memória das vivências marcantes para a memória coletiva. Através de um trabalho de pesquisa qualitativa, os depoimentos foram analisados, bem como assinaladas as características sociais e econômicas de cada local, assim como sua vinculação com a vivência da sociabilidade nas diferentes comunidades.

⁶⁷ Porto Alegre, Prefeitura Municipal. *Projeto Memória dos Bairros*. Administração Popular. 1994

⁶⁸ Id.

A partir do que foi proposto pelo projeto, podemos concluir que os princípios do Centro de Pesquisa Histórica buscavam democratizar a produção de conhecimento e informação. Parte da sociedade, na melhor das hipóteses, apenas consome informações produzidas por uma minoria. O trabalho do CPH possibilitou que uma vasta camada da população pudesse contribuir para a reflexão sobre a sua própria sociedade. Reconstituir a identidade social de grupos, que compartilham o mesmo espaço, a partir de seus anseios, lutas e outras formas de organização social, são as bases para a caracterização da cultura de um bairro.

O projeto não apenas tentava resgatar e mapear a cultura específica de cada bairro, como ajudava a costurar novas identidades dentro do projeto de integração da cidade proposto pela Administração Popular. Os moradores não somente estavam participando ativamente da reflexão sobre a história do espaço que habitavam, mas estavam também discutindo junto ao poder público a imagem que queriam passar sobre o lugar onde moravam. Encontrava-se um novo modelo de gestão com a História Oral convergindo metodologicamente ao criar um produto cultural que servia de instrumento para a integração social e equalização das desigualdades simbólicas e também para a reflexão coletiva sobre o passado. A reflexão coletiva produzia e era produzida pela caracterização da história e identidade das comunidades. Os próprios moradores foram os primeiros a contarem a história de seus bairros.⁶⁹

Os volumes publicados a partir das pesquisas buscavam uma linguagem simples e acessível. É uma peça didática que pode ser usada em escolas do nível básico. Esta foi a principal restituição promovida pelo projeto, muito mais do que os acervos criados. As entrevistas geraram uma publicação construída com a participação dos próprios moradores que conta a história da cidade. Os lançamentos das publicações foram sempre realizados na comunidade-alvo da pesquisa, acompanhados por exposições de fotos que retratavam a vida cotidiana. O produto final foi um estudo no qual o depoimento oral é analisado e contextualizado à luz da interpretação dialética da História. O resultado deste estudo com quase 14 anos de pesquisa foi a publicações de 11 livros aprovadas pelas comunidades de origem.

A série *Memória dos Bairros* foi formada, segundo Possamai, pelos livros referentes aos seguintes bairros: Restinga, Vila IAPI, Vila Nova, Grande Santa Rosa, Grande Glória,

⁶⁹ Id.

Belém Velho, Arquipélago, Morro Santana, Bom Jesus, Chácara da Fumaça e Lomba do Pinheiro.⁷⁰

Ainda segundo Possamai, o projeto deixou, como legado, um acervo de depoimentos com aproximadamente 800 entrevistas, perfazendo um total de 8.640 páginas transcritas e digitadas em linguagem coloquial, à disposição do público interessado no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, e um acervo de aproximadamente 603 fitas cassetes gravadas com depoimentos.⁷¹

Portanto, o projeto *Memória dos Bairros* foi uma pesquisa que não se limitou a considerar apenas as fontes oficiais como suporte de acesso ao conhecimento. A aplicação da metodologia da História Oral permitiu acesso a uma fonte de informação privilegiada visto que o cidadão local era convidado a contar sua história e participação no desenvolvimento do processo histórico-social. Além disso, foi um trabalho focado na memória coletiva da cidade de Porto Alegre e buscou fortalecer a cidadania e o sentimento de pertencimento a cidade. O *Memória dos Bairros* retratou e estimulou as experiências vivas de empreendimentos coletivos que geraram a sociabilidade popular.

2.2. Acervo, fontes orais e memória

Nesta tese, em um primeiro momento, havia a intenção de utilizar as fontes orais como um entre os outros vários tipos de fontes. Porém, ao ser reconhecida a importância do acervo de História Oral pesquisado para este trabalho, escolhi dar maior ênfase para este tipo de documento histórico. Por necessidades impostas pelas próprias fontes utilizadas, se fez preciso um melhor detalhamento delas, uma especificação mais atenta da metodologia e uma discussão teórica a respeito de seu uso. Algo que deveria ser cobrado da mesma forma de estudos que usam fontes escritas. Mas, como afirma Portelli, muitos estudos que utilizam a palavra escrita como fonte dispensam estes procedimentos por haver maior confiança na palavra escrita.⁷² Um texto escrito e um gráfico tem muito mais valor de prova do que a análise subjetiva da fala de uma pessoa entrevistada. Mesmo que o gráfico seja a sistematização de inúmeras entrevistas.

⁷⁰ Possamai, Zita (org.) *A Memória cultural numa cidade democrática*. Porto Alegre. Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2001.

⁷¹ Id.

⁷² Portelli, Alessandro. *O que faz a História Oral diferente?*. In: *Projeto História*. São Paulo, vol. 14, 1997. Pág. 26

Desde o seu princípio, a História Oral busca legitimar-se em um campo dominado pelo estudo quantitativo e pela palavra grafada. Por isso, a História Oral gasta mais páginas explicando minuciosamente seus procedimentos. O relatório detalhado de como foram coletadas as entrevistas e o constante debate teórico definem o poder analítico e a qualidade documental da fonte oral.

Este trabalho não conta com entrevistas feitas pelo próprio autor. Mesmo assim, ou por isso mesmo, deve dispensar algumas páginas demonstrando como as entrevistas foram produzidas, transcritas e arquivadas. Esta parte do trabalho irá expor a operação historiográfica empenhada na pesquisa e análise das fontes. Além disso, discutirá as relações entre escrita e oralidade, entre história e memória e entre subjetividade, interpretação e ética.

Como tratado nos subcapítulos anteriores, os relatos orais aqui estudados foram realizados em um período de profundas transformações políticas e estruturais na história da cidade, transformações que caracterizam o contexto do período considerado pelo presente trabalho. As entrevistas utilizadas fazem parte de um processo de modificação da forma de integrar comunidades que antes da Administração Popular encontravam-se excluídas.

O interesse pelo *Memória dos Bairros* e pelas fontes orais surgiu durante minha graduação, período no qual estagiei no Arquivo Histórico Municipal Moysés Vellinho. Esta coleção de documentos, fitas cassetes e transcrições estava sendo organizada no começo do século XXI. Havia e ainda há, fitas não transcritas e transcrições feitas à mão. Trabalhei na transcrição de algumas entrevistas do acervo de História Oral que havia sido enviado para o arquivo pelo Centro de Pesquisas Históricas (CPH) da Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre. Foi o primeiro contato que tive com esse tipo de fonte e desde o princípio, mesmo ainda sem a expertise, eu conseguia vislumbrar as potencialidades desta documentação, principalmente o material referente ao projeto *Memória dos Bairros*. A abrangência de temas, a quantidade de bairros contemplados e a quantidade de entrevistados por localidade possibilita um estudo sobre diferentes assuntos, a partir da fala de pessoas que não teriam suas histórias contadas de outra maneira. Apesar de terem sido produzidas a partir de 1989, as entrevistas tratam de um período que volta até cinquenta anos no passado ou mais, abarcando uma época no qual a cidade estava adquirindo as feições de grande metrópole.

Essas fontes possuem informações sobre uma amostra significativa da população durante uma década, a respeito de diversos temas. É possível fazer o trabalho de pesquisa de

vida de um morador, mas também um estudo quantitativo a respeito de muitos assuntos. As perguntas tratam das mudanças do espaço urbano, lutas das associações de bairro, violência, educação, religiosidade, comércio, lazer, entre muitas outras temáticas. É possível acessar uma perspectiva cultural da vivência cotidiana, assim como observar a cristalização de representações sociais de questões políticas mais abrangentes. A riqueza dessas fontes orais não tem sido explorada devidamente até agora. Funcionários do arquivo me relataram que elas não foram utilizadas por pesquisadores, apenas pelos membros do CPH. É necessária a digitalização desse material para melhorar o acesso às informações. Tanto do que há transcrito quanto em áudio.

Esta tese tem como uma de suas intenções colaterais o aproveitamento e a divulgação deste acervo e de suas potencialidades para a pesquisa da história recente da cidade de Porto Alegre, a partir do ponto de vista de moradores.

Para realizar a difícil tarefa de transcrever estas fitas cassetes, durante o meu estágio no Arquivo Histórico Municipal Moyses Vellinho, tive que ler alguns poucos textos sobre História Oral, publicados pela Fundação Getúlio Vargas, que me disponibilizaram. A orientação passada era de seguir o sistema adotado pelo CPH e transcrever os relatos de maneira idêntica à que os entrevistados falavam, com os erros de ortografia, mantendo a pronúncia e a coloquialidade das falas. Todas expressões como “né”, frases incompletas e repetições deviam ser mantidas. A impressão que eu tinha na época, e ainda tenho hoje, é que esse estilo de transcrição dificulta a leitura. Então “rápido” deveria ser “rapidu”. Creio que isso se devia ao fato de muitos entrevistados serem pessoas pobres e caso o acervo fosse composto por entrevistas feitas com políticos ou empresários estes “erros” não seriam mantidos.

No entanto, é importante compreender que toda forma de transcrição é apenas uma versão da fala. Como Portelli afirma: “A transcrição transforma objetos auditivos em visuais. O que inevitavelmente implica mudanças e interpretação. A transcrição transforma o texto”.⁷³ A transcrição reinventa o texto, funciona de forma semelhante a uma tradução. A oralidade fornece informações que não podem ser transcritas para a entrevista, segundo Portelli. Pausas ou uma fala acelerada demonstram sentimentos a respeito do que é narrado, desconforto, por exemplo.⁷⁴

⁷³ Ibid, pág. 27.

⁷⁴ Ibid, pág. 28.

No caso do acervo do *Memória dos Bairros*, há uma variedade de estilos de transcrição. Quando reproduzo trechos das entrevistas no presente trabalho, eu busco corrigir algumas das pronúncias e dos erros ortográficos transcritos, além de suprimir repetições e expressões, com a finalidade de manter a fluidez do texto e facilitar a leitura. Além das diferentes formas de transcrever, o acervo se apresenta em pequena parte digitada, estando sua maior parte escrita à mão. Como é possível notar nas amostras a seguir:

Figura 5: entrevista de Carlos Onofre Trainini.

Entrevistado: Carlos Onofre Trainini.

Entrevistadora: Daurília Oliveira da Silva.

Data: 26.10.90

Local: Rua Santiago, 158

Fita: 011 LADO A

D.O.S. - O seu nome?

C.O.T. - Carlos Onofre Trainini.

D.O.S. - A sua idade?

C.O.T. - Setenta anos.

D.O.S. - Qual é o seu endereço aqui?

C.O.T. - Rua Santiago, um, cinco, oito.

D.O.S. - Qual é a sua profissão?

C.O.T. - Eletricista.

D.O.S. - Aposentado?

C.O.T. - Aposentado.

D.O.S. - O senhor é aposentado há quanto tempo?

C.O.T. - Eu me aposentei em mil oitocen..., mil novecentos e oitenta e um, mil novecentos e oitenta e cinco.

D.O.S. - Há quanto tempo o senhor mora no IAPI?

C.O.T. - Quarenta e quatro anos.

D.O.S. - Como foi que o senhor veio pra cá?

C.O.T. - Eu vim, eu tinha terminado o serviço militar, tava trabalhando / em Porto Alegre como eletricista e aqui na vila faltava alguém / que, alguns eletricistas. Então eu fui, eu fui chamado pra vim (tosse), trabalhá na vila como empreiteiro e, e fiquei fazendo a parte elétrica, que tinha noventa e nove casas praticamente prontas sem a instalação elétrica, então eu vim pra fazê com urgência essas noventa e nove casas e depois fiquei fazendo o resto da vila, né.

D.O.S. - O senhor lembra o..a data que o senhor veio?

C.O.T. - Não, mas era, era em quarenta e, novecentos e quarenta e seis.

Fonte: Entrevista cedida por Carlos Onofre Trainini, eletricista aposentado, com 70 anos na época, em 26 de outubro de 1990, Projeto Memória dos Bairros IAPI.

O acervo referente ao bairro IAPI é o mais antigo. Todas as entrevistas estão datilografadas. Neste trecho selecionado como exemplo na Figura 5, a transcrição corrige a ortografia e a maior parte da pronúncia, apenas algumas palavras como “trabalhá” e “fazê” e

outras supressões do erre no final de verbos são transcritas. Alguns outros sons como tosse e pausas são descritas, frases incompletas são mantidas. Isso acontece em menor número que em comparação às outras transcrições. Esta parte do acervo está guardada sem clipes e grampos. Não mantenho este tipo de supressão quando reescrevo as transcrições nesta tese, substituindo “trabalhá” por “trabalhar” e “fazê” por “fazer”.

O exemplo da Figura 6 demonstra como a transcrição exageradamente fiel à forma como as palavras foram pronunciadas torna a leitura desagradável. Em parte do trecho selecionado onde está escrito “Eli trabalhava di noiti. Depois eu não dormia di noiti. Um pavor... um medu... um medu.” eu opto por reescrever “Ele trabalhava de noite. Depois eu não dormia de noite. Um pavor... um medo... um medo.”. A alteração da pronúncia do “o” e do “e” no final das palavras não modifica o sentido do texto e o torna mais agradável, já as repetições da palavra “medo” são mantidas pois expressam a vontade do entrevistado em enfatizar o sentimento. Como afirma Portelli, a repetição no texto escrito é uma escolha, na fala é uma necessidade.⁷⁵

Figura 6: Entrevista de Carlos Dantas e Débora Dantas

⁷⁵ Portelli, Alessandro. *Ensaio de História Oral*. São Paulo: Letra e voz, 2010. Pág. 236

02

CD - ALI NU PARTENON, ALI NA VILA JOÃO PESSOA, PERTU DA...DA IGREJA SÃO JUDAS TADEU.

FI - TÃ...O SINHOR FALOU QUI CHEGOU AQUI EM SETENTA I OITO, E COMU É QUI ERA O LOCAL, QUANDU U SINHOR CHEGOU, DÃ UMA ESPECIFICADA.

CD - AH...ERA DISBRAVA NĒ, ERA UM QUARTEIRÃO. A MINHA CASA AQUI É A SIGUNDA DU QUARTEIRÃO AQUI, NÃO TINHA ÁGUA NEM LUZ NĒ. FUI DESBRAVÃ NĒ, FOI UMA AVENTURA QUI A GENTI VAI ASSIM PORQUI PRICISA NĒ, PRICISA MUITO PORQUI A GENTI TEM QUI I NĒ_____, TALVEZ PELA, PELA IDADI DI SĒ MAIS JOVEM A GEN TE NÃO TEM MEDU VAI DESBRAVANDU NĒ, MAIS, MAS AS VEIZ EU PENSU, SERÃ QUI SE FOSSE HOJI EU FARIA ISSU, EU ACHU QUI NÃO ...EU NÃO SEI, QUI É MUITU' TRABALHU, UM TRABALHU...

FI - MAS ERA TUDU MATU ASSIM?

CD - TUDU MATU COMPLETAMENTI, MATU, MATU, MATU. SÔ TINHA UM PROJETO DAS RUA, AS RUA AQUI ELE ABRIU UMAS RUAS AQUI I DEIXOU NĒ, U RESTU ERA TUDU MATU.

FI - I...VOCĒS VIERAM JUNTUS PRÃ CÃ?

CD - JUNTOS.

DD - SIM NOSSUS FILHUS PIQUENU, A MAGALI JÃ TINHA NOVI ANUS, A MAGALI TINHA NOVI ANU, A DIFICULDADI MAIOR FUI LEVÃ ELA ATĒ A FAIXA POR NUM ÔNIBUS I I ESTUDÃ NU PARTENON. DALĪ DI NOITI, DI TARDI EU BOTAVA ELA NUM ÔNIBUS, DE NOITI EU IA LÃ. OUTRA PARADA ONZI PORQUI DAQUI NÃO TINHA, ERA SÔ UM TUNEL ISCURO, ERA UM HORROR GURI, INTÃO EU IA PUR AQUI, PASSAVA NUMA PONTIZINHA CUM US OUTRUS DOIS FILHU PIQUENU, PEGAVA ELA LÃ NU ÔNIBUS NA ESCADARIA NĒ, NA PARADA ONZI E TRAZIA PRÃ CASA, ELI TRABALHAVA DI NOITI, DEPOIS EU NÃO DORMIA DI NOITI, UM PAVOR...UM MEDU...UM MEDU, QUI EU ACHA VA QUI TUDU QUI ERA BICHU HORRĪVEL VIVIA NU MATU, PORQUI ERA UM VÃZIU, UMA ISCURIDÃO, SÔ AS ESTRELA. AQUI A MINHA COMPAERINHA, AQUI ERA UMA CORUJINHA, QUE POUSAVA NUMA ÁRVORE E EU PEDIA PRÃ ELA LEVÃ U MEDU PRÃ LONGI, ERA UM MEDU...MEDU...MEDU QUI EU ACABEI FICANDU DUENTI DUS NERVU NĒ.

FI - I...SEU CARLOS I SINHOR FALOU ASSIM, QUI NÃO TINHA ÁGUA, NEM ISGOTO, QUI CONTA ASSIM COMO QUI VOCĒS FAZIAM DAĪ, E COMO QUI CHEGOU A ÁGUA, COMO É QUI FOI O PROCESSO PARA VOCĒS TEREM A ÁGUA AQUI?

CD - É...A...BOM A ÁGUA TINHA UM, A QUESTÃO DI UNS CINQUENTA METRUS DAQUI DESSI LOCAL, TINHA UM POÇU COMUNITÁRIU, ERA UM POÇU ASSIM MEIU...ABANDONADU, NÃO ERA PORQUI TAVAM USANDU ERA DALI QUI TINHA QUI USÃ A ÁGUA, INTÃO A ÁGUA, TODA ÁGUA DI CUNSUMU DA VILA ELES TIRAVAM ALI DAQUILI POÇU

Fonte: Entrevista cedida por Carlos Dantas e Débora Dantas, metalúrgico e costureira, 52 e 54 anos, respectivamente, em 24 de novembro de 1997 ao Projeto Memória dos Bairros Lomba do Pinheiro. Página 2.

Figura 7: Entrevista de Marco Antônio Dilly

PROJETO MEMÓRIA DOS BAIRRO
BAIRRO CRISTAL.

Entrevistado: Marco Antônio Dilly
Idade:
Escolaridade:
Profissão: policial
Endereço:
Local:
Data: 20/08/2001
Fitas: 12 e 13
Ficha: 12
Entrevistador: Cassius Cruz e Melissa Belló
Transcrição: Ângelo Funck
Conferência: Ana Deisi
Digitação: Ana Deisi

Cassius: Hoje é dia vinte de agosto de dois mil e um e nós estamos aqui com o Marco Antônio Dilly da vila Icarai II para mais uma entrevista do Projeto Memória dos Bairro Cristal, tudo bom Marco Antônio Dilly, Dilly, há quando tempo tu mora na região aqui?

Marco: O tempo exato eu não, mas, mais ou menos uns cinco anos.

Cassius: Onde é que tu morava antes de vir?

Marco: Antes de vim aqui morava na vila Cruzeiro e antes da vila Cruzeiro, morava na Auxiliadora em um apartamento.

Cassius: E qual foi o motivo assim que te trouxe para cá pra essa área?

Marco: Na vila Cruzeiro eu morava de favor, na casa de um colega meu de trabalho. E ele pediu para eu sair e tive que me retirar dali e vim, não sabia onde é que eu ia mora e aí o presidente da vila Icarai II mostrou uma casa desabitada tinha morado ninguém e uma semana depois eu e minha esposa entramos para dentro um barracinho quebramos o cadeado que tinha, entramos para dentro e ficamos lá a partir daí eu fui atrás, peguei um jornal vi casas pré-fabricadas compramos, fui atrás compramos um casa dois e setenta por cinco e quarenta, não tinha banheiro não tinha nada e começamos a nossa vida, naquela, na vila morando um barraco, comprando uns casinha e depois a gente foi construindo conforme o tempo.

Cassius: Em que época foi isso aí mais ou menos?

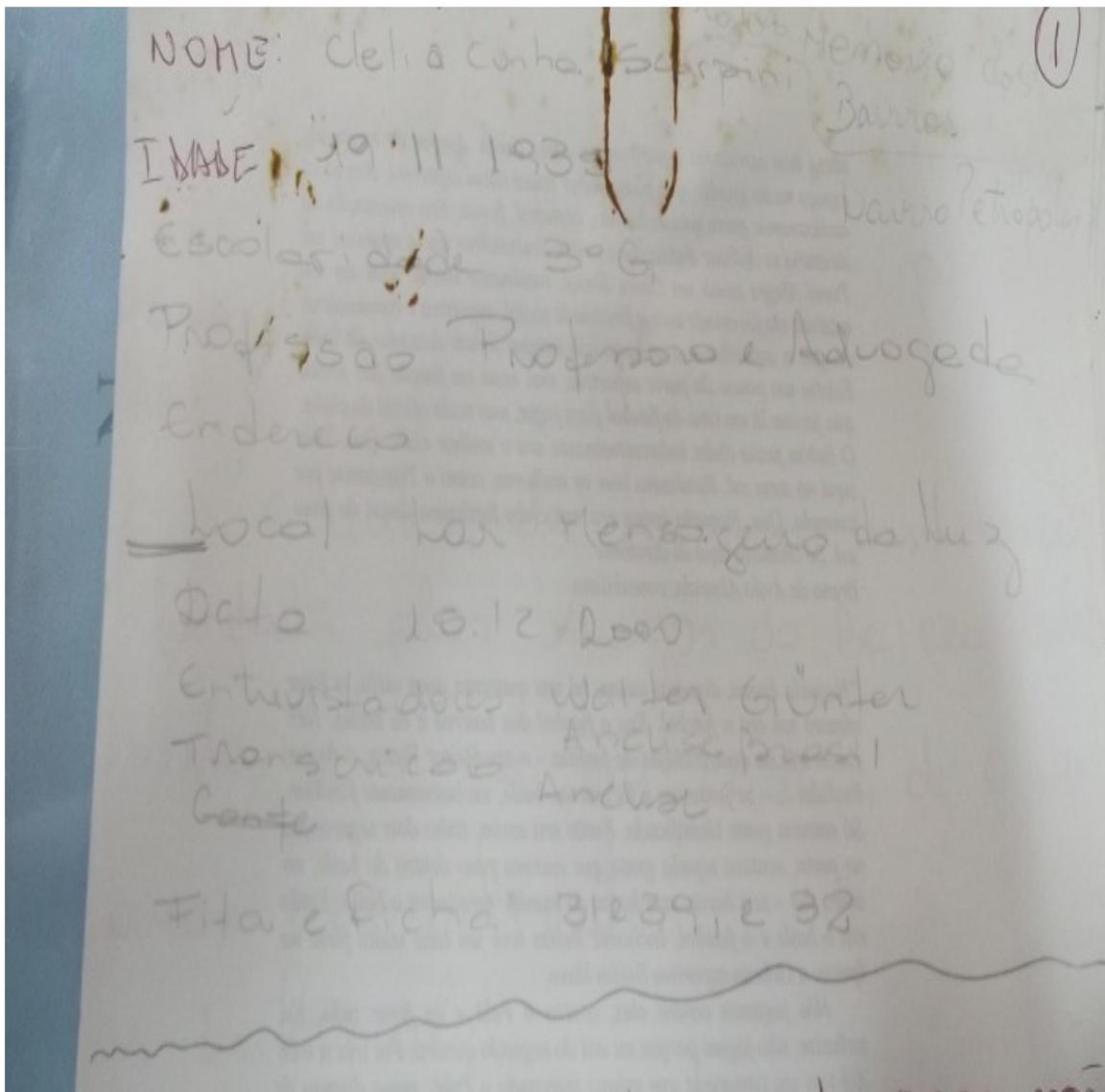
Marco: Olha acredito que foi em noventa e...noventa e seis... noventa e seis, noventa e sete por aí, noventa e sete, noventa e oito e naquela época, depois a gente começou a mora lá, a

1

Fonte: Entrevista cedida por Marco Antônio Dilly, policial, em 20 de agosto de 2001 ao Projeto Memória do Bairros Bairro Cristal.

A figura 7 é uma das entrevistas⁰ e transcrições mais recentes. Nela já pode ser notado o abandono da transcrição literal, optando ortografia correta das palavras em acordo com as regras gramaticais.

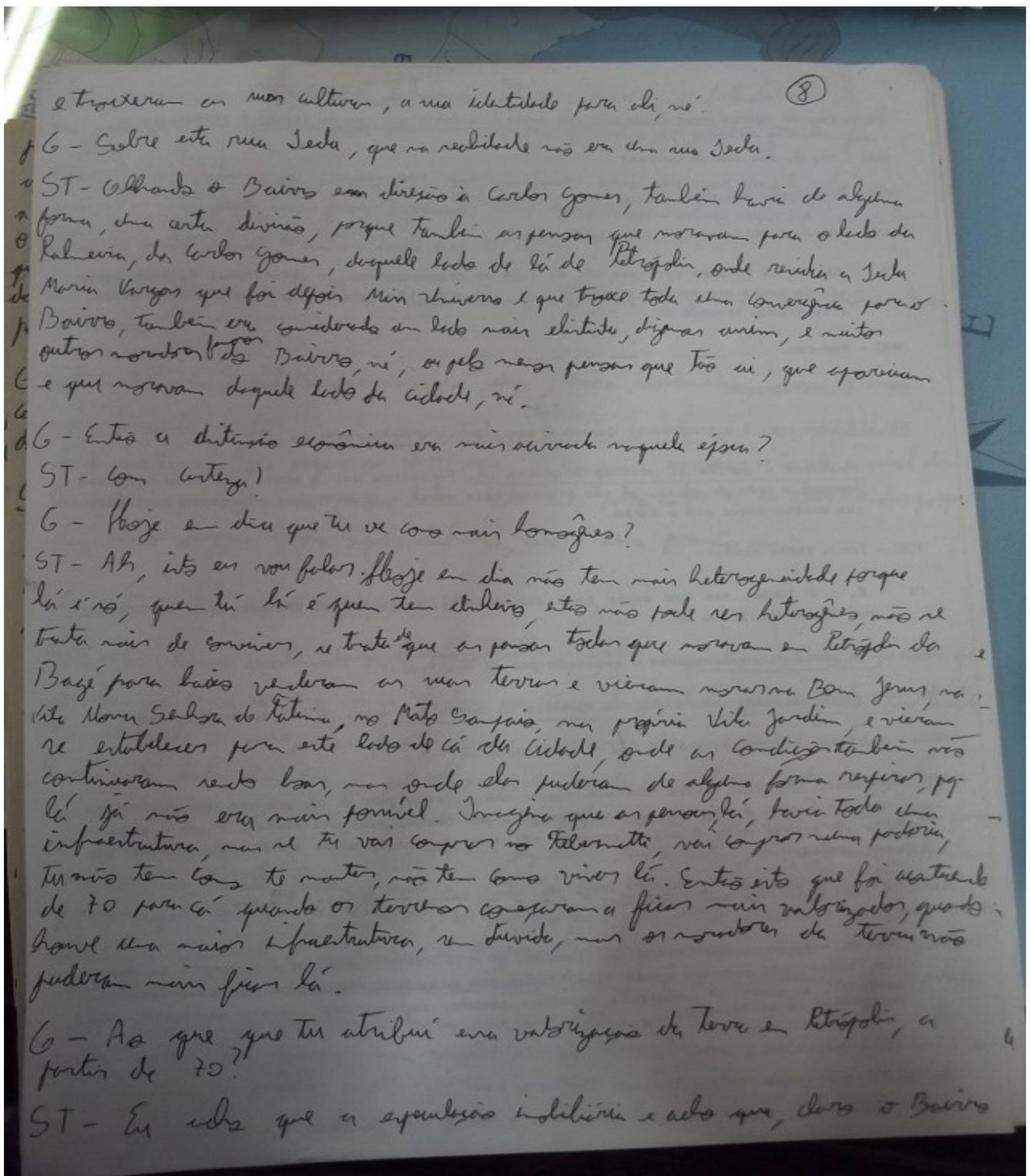
Figura 8: Entrevista de Célia Cunha Scarpini



Fonte: Entrevista cedida por Célia Cunha Scarpini, professor e advogado, em 15 de dezembro de 2000, para ao Projeto Memória dos Bairros Petrópolis.

A Figura 8 também é uma das entrevistas realizadas mais recentemente. Quase todo o acervo referente à pesquisa do bairro Petrópolis está transcrito a mão e, algumas partes, a lápis. Além disso, as folhas estiveram guardadas com cliques durante longo tempo.

Figura 9: Entrevista ilegível sobre o bairro petrópolis



Fonte: acervo de entrevistas do projeto Memória dos Bairros Petrópolis.

A Figura 8 é um exemplo de como parte do acervo está transcrito com uma caligrafia quase ilegível.

No que diz respeito à interpretação e análise do que está apresentado pela fonte oral muitos questionamentos éticos emergem sobre a influência do pesquisador durante o trabalho de História Oral. Na minha experiência anterior com esse misto de método, fonte e técnica,⁷⁶ sempre me perguntei, por exemplo, o quanto deveria revelar de minhas intenções e estratégias aos entrevistados. Acreditava que se revelasse muito poderia estar conduzindo demais as entrevistas. Não poderia jamais tomar partido. Como afirma Portelli, não é a melhor forma de agir dizer que o depoente sempre tem razão. “Nas entrevistas, e também nas conversas bem-educadas, não há mal nenhum em fazer perguntas como: ‘Você tem certeza?’, ‘Não sei muito bem se concordo com você’.”⁷⁷ Contudo, não podemos o tempo todo considerar a fala uma farsa ou apenas uma invenção. Mesmo não realizando as entrevistas, como é o caso do presente trabalho, deve-se ter estes cuidados. Não posso o tempo todo duvidar ou acreditar piamente no que relatam os moradores e também não é correto tomar partido e tratar as falas como verdades absolutas. A melhor saída é trabalhar com as opiniões e versões divergentes dos moradores como possibilidades, às quais deveriam ser dadas a mesma importância e ser compreendidas enquanto diferentes posições que influenciaram os acontecimentos. Ainda conforme Portelli,

Fontes orais são aceitáveis mas com uma credibilidade diferente. A importância do testemunho oral pode situar não em sua aderência ao fato, mas de preferência em seu afastamento dele, como imaginação, simbolismo e desejo de emergir.⁷⁸

Não podemos tomar o testemunho como errado, se ele defende uma interpretação que não está de acordo com a que outras fontes, orais ou não, tornam possível desenvolver. Os “erros”, irregularidades cronológicas, distorções de fatos, etc, não devem ser vistos como empecilhos para a compreensão de um acontecimento, mas como elementos constituintes da memória. Alessandro Portelli considera como relevante não apenas se os fatos narrados realmente ocorreram, mas por que, com o passar do tempo, alguns aspectos dos fatos são destacados e outros omitidos. Por que, por exemplo, a resistência passou a ser responsabilizada pelo massacre de Civitella Val di Chiana, mais do que os alemães? Ou seja, como se construiu a memória da cidade a respeito desse evento traumático do passado? É assim que ele lida com as histórias míticas de moradores da cidade. Segundo ao autor,

⁷⁶ Alberti, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. Pág. 17

⁷⁷ Portelli, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre ética na História Oral*. In: *Ética e História Oral*. Projeto História. São Paulo, vol. 15, 1997. Pág 23.

⁷⁸ Portelli, Alessandro. *O que faz a História Oral diferente?*. In: Projeto História. São Paulo, vol. 14, 1997.

Não há por que questionar a credibilidade desses episódios para identificar sua dimensão mítica: um mito não é necessariamente uma história falsa ou inventada; é, isso sim, uma história que se torna significativa na medida em que amplia o significado de um acontecimento individual (factual ou não), transformando-o na formalização simbólica e narrativa das autorrepresentações partilhadas por uma cultura.⁷⁹

Portanto, não podemos considerar os relatos como falsos, mesmo que não concordemos com eles ou pareçam absurdos, muito menos devemos tratar o entrevistado como tolo. Principalmente, porque, como Michael Pollak afirma, as histórias de vida devem ser vistas como instrumentos de reconstrução da identidade e não apenas relatos factuais, limitados a uma função informativa.⁸⁰ Devemos, então, respeitar essa subjetividade na fonte oral e entender a memória como um processo e não como um banco de dados. A memória não é somente um “depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações”.⁸¹

Este esforço é social, pois no momento o qual o entrevistado narra, ele está preocupado com o que ele quer passar para o entrevistador e a finalidade da pesquisa. Ele pode estar preocupado com a identidade do grupo a que pertence e com a verossimilhança da história em relação ao que comumente seus pares falam sobre os temas questionados.

Trabalhamos com a interação do social com o individual, trabalhamos com a interação da narrativa, da imaginação e da subjetividade, por um lado e, por outro, com fatos razoavelmente comprovados.⁸²

No caso do *Memória dos Bairros*, os entrevistados estavam falando sobre onde moravam para entrevistadores a serviço da Prefeitura Municipal em um período de instalação do Orçamento Participativo (OP). O projeto de História Oral estava vinculado a esse instrumento de gestão pública. Portanto, as entrevistas estavam engajadas em uma ação social e política. No tocante à questão da violência, este tema era a manifestação de um sentimento compartilhado por diversos moradores. Cada depoimento deve ser valorizado e representa

⁷⁹ Portelli, Alessandro. *O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito, política, luta e senso comum*. In: FERREIRA, Marieta Moraes e AMADO, Janaína. *Usos & Abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, 120-1.

⁸⁰ Pollak, Michael e HEINICH, Natálie. *El testimonio*. In: POLLAK, Michael, *Memória, olvido, silencio: La producción social de identidades frente a situaciones limite*. La Plata/Buenos Aires: Al Margem, 2006. Pág. 37.

⁸¹ Id.

⁸² Portelli, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre ética na História Oral*. In: *Projeto História*. São Paulo, vol. 15, 1997.

uma fonte de potenciais e possibilidades. Como afirmava Portelli, “cada entrevista é importante por ser *diferente* das outras”⁸³. A força da história oral, todos sabemos, é dar voz àqueles que normalmente não a têm.⁸⁴ No caso do *Memória dos Bairros* estamos ouvindo aqueles que nunca foram ouvidos. Portanto, temos a obrigação ética de respeitar a contribuição das interpretações oferecidas pelos depoentes. Ainda, de acordo com Portelli, “aquilo que criamos é um texto dialógico de múltiplas vozes e múltiplas interpretações: as muitas interpretações dos entrevistados, nossas interpretações e as interpretações dos leitores”.⁸⁵ Desta forma, o trabalho do historiador oral ocupa a função de mediação entre o conhecimento produzido por quem faz o relato.

Seguindo essa ideia, é importante respeitar a individualidade desse processo, nessa colcha de retalhos composta pela História Oral, onde as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas, sendo cada entrevistado relevante na construção do conhecimento. A História Oral possibilita o conhecimento da História de grupos iletrados ou que não têm sua história registrada de outra maneira. Além disso, dada a carga de subjetividade do relato, não é certo o historiador considerar suas conclusões as únicas corretas, visto que “o historiador que ouve a palavra-fonte expressa uma dúvida sobre a dúvida, pois duas subjetividades imediatas se conjugam”⁸⁶. Por isso, o entrevistado não pode ser visto como incapaz de fazer suas próprias interpretações. Como defende Janaína Amado, é importante ser fiel às palavras e ao sentido global dos relatos dado pelos entrevistados, não expondo apenas aquilo que nos interessa, fora do contexto geral da fala, e não distorcendo as palavras do depoente.⁸⁷

Nesse sentido, é preciso entender que o momento da entrevista é uma negociação entre desiguais, na qual deve ser um pouco diminuída a relação hierarquizada estabelecida. O historiador deve buscar um distanciamento formal entre entrevistador e entrevistado. Uma forma polida de fazê-lo é assumir a postura “estou tentando aprender um pouquinho”,

⁸³ Ibid, pág. 17. (grifo meu)

⁸⁴ Joutard, Philippe. *Desafios à história oral do século XXI*. In: Alberti, Verena; Fernandes, Tânia & Ferreira, Marieta de Moraes (orgs.) *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. pág. 33

⁸⁵ Portelli, Alessandro. Op. cit. Pág. 27.

⁸⁶ Voldman, Danièle. *Definições e Usos*. In: Ferreira, Marieta de Moraes e Amado, Janaína (orgs.). *Usos & Abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Pág. 37

⁸⁷ Amado, Janaína. *A culpa nossa de cada dia: Ética e História Oral*. In: *Projeto História*. São Paulo, vol. 15, 1997. Pág. 149.

recomendada por Portelli, que empodera a pessoa que está dando o relato.⁸⁸ Além disso, as entrevistas devem ser disponibilizadas para possíveis análises posteriores de outros historiadores, e, concluindo, como forma de restituição, devem se esclarecer os usos pretendidos para a entrevista. Todo este protocolo foi seguido pelo projeto *Memória dos Bairros*. O fato de o acervo estar disponível ao público em um arquivo garante que o que esta tese enxerga e seleciona nos relatos possa ser verificado ou reinterpretado por outros historiadores. Para isso, é fundamental deixar claras as escolhas feitas.

Em um primeiro momento, busquei nessas fontes a existência da generalização do sentimento de aumento da insegurança. Em minhas pesquisas têm sido possível notar, tanto nos jornais, como nas entrevistas feitas com antigos moradores de Porto Alegre, um aumento do sentimento de insegurança associado a uma grande ênfase na violência como uma das principais preocupações a partir da década de 1980. Porém, ao analisar as entrevistas, percebi que moradores de bairros variados se relacionavam com esses fenômenos de formas diversas.

As histórias de vida são instrumentos de reconstrução da identidade e não apenas relatos factuais. A subjetividade da rememoração e do relato oral não deve ser tratada como empecilho. Segundo Portelli,

A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso. Excluir ou exorcizar a subjetividade como se fosse somente uma fastidiosa interferência na objetividade factual do testemunho quer dizer, em última instância, torcer o significado próprio dos fatos narrados. [...] Nossa tarefa não é, pois, a de exorcizá-la, mas (sobretudo quando constitui o argumento e a própria substância de nossas fontes) a de distinguir as regras e os procedimentos que nos permitam em alguma medida compreendê-la e utilizá-la. Se formos capazes, a subjetividade se revelará mais do que uma interferência; será a maior riqueza, a maior contribuição cognitiva que chega a nós das memórias e das fontes orais.⁸⁹

Portanto, essa subjetividade deve um dos principais focos a serem percebidos e analisados nas fontes orais e não apenas as informações factuais possibilitadas por elas. Uma das principais críticas à História Oral é referente a sua melhor qualidade. De que a memória dos entrevistados é influenciada pelas versões coletivas e retrospectivas do passado. Porém,

⁸⁸ Portelli, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre ética na História Oral*. In: *Projeto História*. São Paulo, vol. 15, 1997.

⁸⁹ Portelli, Alessandro. *A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*. In: *Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996. Págs.60-62.

esse é o principal objeto de estudo da História Oral: a forma como grupos representam coletivamente o seu passado. No caso da presente tese este ponto é fundamental, pois busca-se esta construção coletiva da representação do processo de transformação do espaço habitado. De acordo com Portelli, “A memória pessoal e histórica dos indivíduos e de sua geração deveria ser posta no centro do palco como objeto e não apenas método da História Oral.”⁹⁰ Compreender como opera e se constrói a memória é, portanto, essencial para realizar um trabalho de História Oral. Como afirma Portelli,

A memória pode existir em elaborações socialmente estruturadas, mas apenas os seres humanos são capazes de guardarem lembranças. [...] A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados.⁹¹

É importante estar atento em como os antigos moradores lembravam-se do passado em relação ao presente. Como percebem o espaço urbano cambiante em relação ao que recordam? Em meio às transformações da cidade, como eles visualizam o passado? Segundo Henri Bergson, o ato concreto pelo qual reavemos o passado no presente é o reconhecimento. Reconhecer seria associar a uma percepção presente as *imagens-lembranças* dadas outrora em contiguidade com ela.⁹² É uma ação consciente. Creio os moradores de Porto Alegre que presenciaram intensas modificações urbanísticas no final do século XX tenham dificuldade em recorrer a uma *imagem-lembrança* que garanta o reconhecimento do espaço presente. Nesse contexto, a memória agia como tentativa de costurar uma identidade em meio a um espaço em mutação. Retomando uma ideia de Michael Pollak, já citada na introdução desta tese,

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra [...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes.⁹³

⁹⁰ Portelli, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre ética na História Oral*. In: *Ética e História Oral*. Projeto História. São Paulo, vol. 15, 1997. Pág. 16.

⁹¹ Id.

⁹² Bergson, Henri. *Matéria e Memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. Págs. 98 e 99.

⁹³ Pollak, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: *Revista Estudos históricos*, RJ, Vol. 2, n.º 3, 1989. Pág. 10.

Ela é acionada como articuladora de experiências passadas a fim de dar uma resposta à situação presente e inventariar as possibilidades de ação. Dessa forma, a memória dos moradores é uma interferência do e no presente e mais uma das práticas dos espaços públicos. Ela é subjetiva, criativa, seletiva e cambiante e não um mecanismo de gravação. As memórias mesclam vivências pessoais, escolhas afetivas que são recrutadas como ferramentas úteis para estabelecer uma relação com a realidade urbana presente. Elas podem ser ativadas pelas edificações antigas ou pela ausência delas.

A questão da oposição entre presente e passado pode ser trabalhada, portanto, nesse desnível proporcionado pela experiência mnemônica urbana. Os habitantes se agarram às memórias que se apresentam a eles como constantes, há a inadequação delas à multiplicidade cambiante do espaço urbano em expansão e adensamento.

A minha primeira intenção era considerar as memórias dos moradores da cidade de Porto Alegre como forma de ação *tática* no espaço, seguindo a teoria das práticas sociais no espaço urbano de Michel de Certeau.⁹⁴ Diferente das práticas do Estado, dos políticos, dos agentes de segurança, dos criminosos. Esses agiriam de forma *estratégica*.⁹⁵ Porém, a partir das discussões a respeito da memória, mudei a minha atitude em relação à História Oral, tanto quanto à abordagem das fontes e procedimentos de pesquisa, quanto à delimitação do objeto e orientação teórica da análise. As memórias dos moradores não são apenas fontes para conhecermos as mudanças no tempo, mas são agentes modificadoras da cidade. Essa ação e a construção da memória de um passado frente ao presente são recorrentes e compartilhadas e devem ser consideradas *estratégicas*. Entretanto, a memória dos moradores da cidade não deve ser ponderada de forma estanque, não representa uma *estrutura estruturada*, como nos estudos sobre coesão social de Emile Durkheim ou sobre os quadros sociais de Maurice Halbwachs. Trabalha mais como a *estrutura estruturante* no conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu ou no enquadramento da memória de Michael Pollak.

A memória é um esforço individual e coletivo de se imprimir coerência, continuidade e identidade na vida urbana cotidiana. É um trabalho de organização social. Os moradores da cidade agem nos limites do coletivo e do individual. Essa postura torna possível constatar o

⁹⁴ Certeau, Michel de. *A invenção do cotidiano. V. 1. artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994. Pág. 100. Calculada, mas determinada pela ausência de um próprio, sem nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia, jogando no lugar do outro, que lhe é imposto.

⁹⁵ Ibid. Pág. 99. Planejam suas ações, postulam “um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade.”

trabalho de enquadramento de uma sociedade englobante. Não como um poder controlador, mas como um trabalho individual articulado dentro de uma experiência compartilhada coletivamente. Segundo Michael Pollak:

Se a análise do trabalho de enquadramento de seus agentes e seus traços materiais é uma chave para estudar, de cima para baixo, como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas, o procedimento inverso, aquele que, com os instrumentos da história oral, parte das memórias individuais, faz aparecerem os limites desse trabalho de enquadramento e ao mesmo tempo, revela um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais.⁹⁶

Segundo Pollak, no nível individual, o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida. Ela é partilhada e negociada socialmente. Mas tudo ocorre como se coerência e continuidade fossem comumente admitidas como sinais distintivos de uma memória crível e de uma identidade sólida. Portelli defende o uso do conceito de *memória dividida* para explicar esse fenômeno.

No caso no *Memória dos Bairros* devemos considerar a participação do Estado na construção da memória coletiva da cidade levando em conta as práticas políticas da Administração Popular, como foi feito no começo deste capítulo. Desta forma podemos entender como se deu a realização da pesquisa e o tratamento e guarda das fontes. Se entendermos o CPH e o Arquivo enquanto lugares de memória, devemos pensar esta memória enquanto uma seleção com intenções. Uma memória construída. Então, além de considerar o enquadramento social da memória produzido pelo resultado das relações e laços sociais, políticos, econômicos e culturais entre os moradores de bairro, devemos somar a interferência dos pesquisadores e do governo municipal ao fazer as entrevistas para o *Memória dos Bairros* e também a manipulação posterior, como a transcrição e organização do material, assim como a conexão dele com a produção de publicações. É importante também levar em conta a formação do acervo e os processos implicados neste procedimento. Os lugares da memória impõem o seu poder ao acervo e às pesquisas produzidas a partir dele.

⁹⁶ Pollak, Michael. Op. cit. Pág. 12.

3. Capítulo II – Pontes da confiança

3. 1. IAPI como representante do projeto habitacional trabalhista

As experiências com as transformações do espaço da cidade narradas pelos moradores dos bairros selecionados para análise no presente trabalho interagem com as mudanças urbanísticas ocorridas em Porto Alegre nas três últimas décadas do século XX. Essas alterações foram afetadas pelo planejamento urbano, pelas práticas políticas e pelas conjunturas econômicas e sociais do período na cidade e no País. Além disso, trazem marcas e cicatrizes de configurações anteriores. Desta forma, para poder entender as vivências espaciais dos bairros, é necessário compreender como se deu a ordenação e expansão do espaço urbano porto-alegrense ao longo do século passado.

Até a década de 1940 o crescimento da cidade de Porto Alegre se deu de forma eclética e horizontal. No começo do século XX, obras monumentais foram implementadas pelo governo do estado, sob forte influência positivista. Mas, no geral, as construções apresentavam estilos arquitetônicos distintos e a organização das áreas não seguia um Plano Diretor englobante. As primeiras tentativas de disciplinamento mais amplo do espaço ocorreram entre as décadas de 1930 e 1940, mas provocaram apenas mais contradição na paisagem urbana. Entre elas, destaca-se a do arquiteto Arnaldo Gladosch.⁹⁷ Enquanto eram erguidos grandes prédios no centro e a ordenação da expansão seguia a partir da abertura e estruturação de grandes avenidas, vários bairros e loteamentos de construção recentes apresentavam aspecto horizontal e uma forma de adaptação da ideia de cidade-jardim. A partir da década de 1930, a arquitetura e o urbanismo da cidade começaram a receber influência do urbanismo modernista que, segundo o arquiteto e urbanista Helton Estivalet Bello,

Postulava uma cidade de caráter inovador, assumindo uma atitude vanguardista e antagônica ante o ecletismo arquitetônico e os modelos urbanísticos anteriores. A indústria foi o tema gerador de outra visão da cidade voltada completamente para o futuro, segundo a aspiração de uma nova vida social a partir das possibilidades ilimitadas da evolução tecnológica.⁹⁸

⁹⁷ Nyggard, Paul Dieter. *Espaço da Cidade, segurança urbana e participação*. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2010.

⁹⁸ Bello, Helton Estivalet. *Arquitetura e planejamento urbano em Porto Alegre dos anos 30 aos anos 70*. In: Krawczyk, Flávio, *Da necessidade do moderno: o futuro da Porto Alegre do século passado*. Porto Alegre, UE/SMC, 2002. pág. 101

Esse estilo influenciou a modelação e o planejamento do espaço urbano de Porto Alegre até o final do século XX, pelo menos. Durante a redemocratização, após o fim do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial, a industrialização atraiu cada vez mais trabalhadores das zonas rurais para as cidades. O êxodo rural intensificou-se ao longo da década de 1950 e o desenvolvimentismo do governo de Juscelino Kubitschek mesclou a abertura da economia para o capital estrangeiro com um discurso nacionalista. O crescimento urbano obrigou a cidade de Porto Alegre a organizar o espaço que era cada vez mais ocupado por residências, indústrias e comércio. O município promulgou o seu primeiro Plano Diretor oficial em 1959, elaborado pelo urbanista Edvaldo Paiva. Ele estava baseado em princípios do urbanismo *modernista* e sofreu modificações na década de 1960. O Plano instituiu zonas de uso de solo que separam áreas para habitação, indústria, comércio e agricultura, racionalizou a ocupação do lote, recuos e estipulou o Zoneamento das Alturas que regulava as alturas das construções. Seguiu a intenção, que já havia anteriormente, de construir uma cidade horizontal, mas com poucas áreas verticalizadas. De acordo com a revisão do Plano Diretor de 1964:

O Plano procura organizar as áreas residenciais em unidades de habitação, limitadas pelas vias de tráfego geral, no interior das quais se possibilitará o sossego e tranquilidade indispensáveis, além de dotá-las pelo menos de uma unidade escolar, áreas adequadas à recreação infantil áreas verdes de uso público.⁹⁹

No entanto, nos anos seguintes, essas indicações propostas pelo Plano diretor de 1964 não foram seguidas. Para entender esse processo de transformação espacial da cidade no final do século XX é necessário compreender como se deram as políticas habitacionais no Brasil ao longo da segunda metade do século XX. Ocorreu no começo deste período uma proposta de moradia popular enquanto um movimento do Estado no sentido da inclusão da classe trabalhadora às áreas do espaço urbano compartilhado pela classe média e pelos mais abastados. Pode se entender a implementação desse modelo habitacional como parte do processo do “pacto trabalhista” em curso entre 1945 e 1964. Esse conceito procura compreender a relação desequilibrada entre os atores sociais, mas sem considerar o Estado como um “todo-poderoso” e nem os trabalhadores como uma “classe passiva”. A definição de “pacto trabalhista” se contrapunha “a uma forte interpretação que explicava o sucesso populista como o resultado de um cálculo utilitário em que ganhos materiais eram trocados

⁹⁹ Porto Alegre, Prefeitura Municipal. *Plano Diretor*. Porto Alegre, 1964, p. 17.

por obediência política, claramente referida à dimensão da manipulação”.¹⁰⁰ Portanto, ambas as partes envolvidas nessa relação são beneficiadas por ela, apesar da predominância do Estado. Para a historiadora política Ângela de Castro Gomes, especialista no tema:

O pacto trabalhista, pensado ao longo do tempo, tem nele, de modo integrado mas não redutível, tanto a palavra e a ação do Estado (que, sem dúvida, teve o privilégio de desencadeá-lo), quanto a palavra e a ação da classe trabalhadora, ressaltando-se que nenhum dos dois atores é uma totalidade harmônica, mantendo-se num processo de permanente reconstrução.¹⁰¹

O tipo de morada oferecido na Vila do IAPI, apesar de suas limitações e abrangência, pode ser interpretado como uma ação de valorização e integração ao resto da sociedade da classe operária.

A Vila do IAPI está localizada no bairro Passo d’Areia, na zona norte da cidade, próximo à Avenida Assis Brasil. O Passo d’Areia foi criado pela Lei Municipal nº 2022 em 1959. Este bairro é vizinho aos bairros São João, Higienópolis, ao sul, e Cristo Redentor. A densa ocupação desta região da cidade ocorreu quando houve a expansão industrial nesta área em meados do século XX. O nome do bairro se deve à Estrada do Passo d’ Areia, que atualmente é chamada de Assis Brasil. A Vila do IAPI é um bairro planejado para trabalhadores construído sobre uma área de 67 hectares de terra e que sofreu poucas mudanças físicas ao longo das décadas.¹⁰²

A vila começou a ser construída no ano de 1946 com recursos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, de onde surgiu a sigla que nomeia o bairro, e foi entregue aos trabalhadores em 1954. O projeto foi fruto do Estado Novo, mas finalizado em 1953, durante o mandato de Getúlio Vargas para o qual fora eleito democraticamente em 1951. Neste período, Vargas buscava a manutenção da ideologia trabalhista em uma sociedade bem diferente da que havia no Brasil em seu governo anterior: mais urbana e industrializada. A classe média e a classe operária estavam maiores e já fora da política paternalista imprimida pelo presidente anteriormente. Vargas investe em obras de infraestrutura para sanar o atraso em relação à urbanização acelerada e tentar aliviar as

¹⁰⁰ Gomes, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988. Pág. 15

¹⁰¹ Id.

¹⁰² Franco, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: Guia Histórico*. 2ª edição. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992. e Nunes, Marion Kruse et all. *Vila do IAPI*. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2000. (Memória dos Bairros)

tensões.¹⁰³ Sendo assim, pode se entender a IAPI como obra de uma política preocupada em integrar a classe operária no projeto nacional.¹⁰⁴ O objetivo do conjunto habitacional era suprir a demanda por moradia entre os operários da cidade. Mas nem todos foram atendidos quando terminaram as obras. No começo as casas não pertenciam aos moradores, eram alugadas. Havia uma exigência de renda mínima no princípio. Sendo assim, as casas acabaram locadas para funcionários do Instituto, operários que construíram a Vila e trabalhadores industriais que tinha maior renda.¹⁰⁵

Em 1964 a venda dos imóveis e a revenda foram permitidas. Isto colaborou para que houvesse uma pequena descaracterização do bairro. No entanto, isso também incentivou os moradores a cuidarem das reformas e da paisagem do local. Como afirmava Elci Carlos Araújo, gráfico que tinha 61 anos e concedeu sua entrevista em 1990:

Fizemos tudo isso aí, a nossa comunidade, por exemplo, o condomínio, fizemos canteiros, fizemos essa coisa aí na frente, cada um cuida dum pedacinho, todo mundo, um coopera com o outro. Hoje a vila do IAPI, pra gente é um dos melhores bairros que tem, não tenho a menor queixa.¹⁰⁶

O cuidado com o espaço habitado salientado nesta fala é percebido também em outras entrevistas. No bairro havia, pelo menos até a época das entrevistas, uma associação de moradores reconhecida, representativa e ativa, que servia de referência aos que lá viviam. A Associação dos Moradores da Vila do IAPI (AMОВI) surgiu da necessidade de se reivindicarem serviços públicos e auxiliou na integração dos habitantes da vila, oferecendo atividades de lazer e socialização. As ruas eram ocupadas pelas pessoas e havia muitos estabelecimentos comerciais de calçada. Nos relatos recolhidos pelo projeto *Memória dos Bairros* em 1990, a violência foi tratada como um fenômeno exógeno, um problema da cidade em geral, mas não do bairro. Os casos de assaltos e problemas semelhantes de violência foram tratados como atos isolados de alguns jovens desgarrados e, no geral, o local foi representado

¹⁰³ Skidmore, Thomas E. Brasil: *de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. pp. 111 e 126)

¹⁰⁴ Lopo, Rafael Martins. *Do IAPI a SAAVEDRA, entre moradas, memórias e estórias: um estudo etnográfico sobre duração e sociabilidade em bairros operários de Porto Alegre e Buenos Aires*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, 2009. pp.90 à 94

¹⁰⁵ Leal, Laura Regina do Canto. MELLO, Cristina Didonet Nery Tavares da Cunha. SILVA, Cleusa Terezinha Azambuja da. *A Vila do IAPI no contexto de urbanização e industrialização*. Revista *Historiador*. Número 02. Ano 02. Dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.historialivre.com/revistahistoriador>.

¹⁰⁶ Entrevista concedida por Elci Carlos Araújo em 1990 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro IAPI.

como um bairro seguro por seus moradores. O empresário Marcantônio Mocelin Chies (Cicão) afirmava em 1991:

Eu tive amigos que foram assaltados, eu me lembro de episódios assim, mais eu não sei se eram elementos do IAPI, podia existir, mas eram coisas assim como isoladas, eu acho que de pessoas com pessoas, não é um bairro violento, eu acho que o IAPI não é um bairro violento.¹⁰⁷

Para ele, os únicos promotores de violência eram os policiais. Ele se impressionava em ver “pessoas ali do bairro, não tavam fazendo nada, conversando numa esquina do colégio, como acontece hoje, em qualquer lugar, e serem abordados e revistados à chute”¹⁰⁸. Fora a violência policial e os casos isolados relatados, a visão que os moradores atribuem à IAPI é de um ambiente não violento.

Um dos fatores dessa segurança seria a relação de proximidade mantida pelos moradores. "O relacionamento entre as pessoas continua existindo. Como de sentar em frente, conversar, bater papo, chimarrão, isso ainda existe na vila, em várias ruas da Vila do IAPI"¹⁰⁹, afirmava o senhor Eloy Dias do Angelos. O senhor Antônio Carlos Pontes acreditava nisso:

Nós tínhamos em relação ao IAPI, depois de adultos, uma afeição muito grande, porque nós nos criamos lá, a nossa turma foi lá, os amigos de hoje ainda são os amigos daquela época [...] nós nos criamos como se fôssemos uma família. [...] Vamos discutir com os moradores formas da gente aumentar a segurança na vila, mas ela não tem um problema, assim, grave de segurança em relação aos demais bairros de Porto Alegre. [...] Ela já teve piores dias, no passado quando existia a antiga vila Frei Caneca. [...] Hoje não existe mais isso. Existe é o, a gurizada que fuma maconha, ou que sai dum baile e faz uma fuzarca, um assalto de vez em quando.¹¹⁰

Para o morador a vila não apresentava um grave problema de segurança em comparação ao resto da cidade. Os relatos descreviam as festas de rua, as lutas por melhorias, como um exemplo da união que havia entre os moradores do bairro. Eles aparentavam ter um sentimento de propriedade em relação ao espaço. Isso pode ser percebido da fala da moradora Dulce Rocha Alves:

¹⁰⁷ Entrevista concedida por Marcantônio Mocelin Chies em 1990 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro IAPI.

¹⁰⁸ Id.

¹⁰⁹ Entrevista concedida por Eloy Dias do Angelos em 1990 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro IAPI. Pág. 13

¹¹⁰ Entrevista concedida por Antônio Carlos Pontes em 1990 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro IAPI. Págs. 19 e 20

Aqui a vila do IAPI é uma vila que tu não vê bandido. Já houve uma época que existiu alguns bandidos, mas hoje não existe mais. Daí que, então, fomos criando os nossos filhos, eu aqui, que como moro na esquina e tenho um espírito de liderança, gosto muito! [...] Aqui sempre foi uma comunidade muito unida. [...] Forma um espírito coletivo e aí faz que toda a comunidade se dê bem melhor, sabe? Até os vizinhos se cumprimentam, sabe?¹¹¹

Nas entrevistas, os moradores demonstravam um sentimento de apreço pelo espaço que habitavam que era concomitante a uma sensação de segurança expressada, como é possível notar na fala acima. Para o padre Alfredo Venturini, que contava 70 anos quando foi entrevistado em 1991, a IAPI era “uma das melhores vilas construídas por uma entidade, assim oficial”.¹¹² Para ele a Vila era organizada e com moradias bem feitas. O projeto do engenheiro Eduardo Gardolinski preocupava-se não apenas em fornecer uma moradia, mas oferecer um espaço agradável para viver. Como afirma o livro *Memória dos Bairros: IAPI*, da Secretaria Municipal de Porto Alegre:

A casa deve refletir as características e tendências do homem e da família, de modo a servir suas necessidades e possibilitar o desenvolvimento de uma vida sã e integral. Da mesma forma, o urbanismo deve orientar-se no sentido de planejar a edificação das cidades, tendo em vista satisfazer as necessidades fundamentais das populações e proporcionar uma convivência democrática, efetiva e feliz. (...) Contanto que o ideal seja a casa individual, cuja construção merece estímulo e ajudam circunstâncias várias da vida moderna levam a solução dos chamados conjuntos residenciais Esses conjuntos, tanto quanto possível devem refletir a diversidade da vida social, evitando a homogeneidade excessiva resultante da sua locação ou venda a elementos pertencentes a uma categoria profissional específica.¹¹³

Neste trecho, percebe-se que havia a intenção de fornecer um espaço que proporcionasse qualidade de vida aos moradores. Houve a adaptação do modelo de cidade-jardim para trabalhadores. A disposição das casas e dos pequenos prédios, posicionados diagonalmente em relação às grandes avenidas, abrem espaços de acesso e encontro. Existe padronização das casas, mas com algumas variações. As residências foram entregues com a infraestrutura quase completa. Urbanisticamente o modelo aplicado na IAPI pode ter

¹¹¹ Entrevista concedida por Dulce Rocha Alves em 1990 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro IAPI.

¹¹² Entrevista concedida por Alfredo Venturini, em 1990 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro IAPI.

¹¹³ Porto Alegre, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Cultura. *Memória dos Bairros: IAPI*. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 1991. pág. 11

colaborado para cristalizar uma maior coesão social naquele espaço. Abaixo está fotografada alguns dos prédios da Vila IAPI.

Figura 10: Edifícios da Vila IAPI



Fonte: Wikipédia. Disponível online em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Vila_do_IAPI. Acesso em janeiro de 2018.

É impossível negar, comparando com entrevistas de outros bairros, que existiam maiores laços identitários entre os moradores da IAPI. O jornalista Adroaldo Bauer Spindola Corrêa comparava a vida na Vila com o que ele criticava como sendo a “necessidade de segurança da vida moderna”:

As pessoas vivem muito de, hoje, isso é em toda a cidade eu creio, à exceção de alguns pequenos núcleos, é da porta da casa para dentro, não tem a rua como espaço público seu, de sua possibilidade de autogestão, de sua vida, de sua relação com a comunidade, com os vizinhos.¹¹⁴

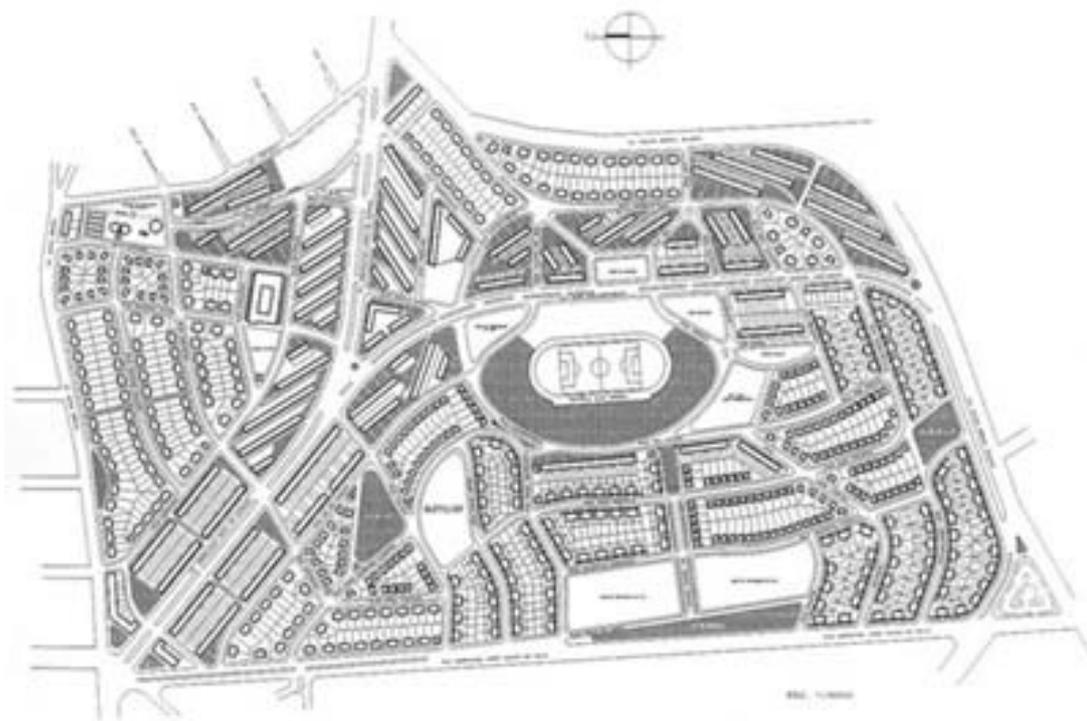
Figura 11: Fotografia aérea da Vila IAPI, década de 1960.

¹¹⁴ Entrevista concedida por Adroaldo Bauer Spindola Corrêa, em 1990 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro IAPI.



Fonte: Imagem retirada do site *Almanaque Gaucha ZH*. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/almanaque/noticia/2016/11/memoria-cultural-8152722.html>. Acesso em janeiro de 2018

Figura 12: Projeto de urbanização da Vila do IAPI – Porto Alegre 1940



Fonte: Acervo do Gabinete de Estudos e Documentação em Urbanismo – GEDURB – FAUFRGS.

É possível notar nas duas imagens que a distribuição das moradias na vila buscam facilitar o trânsito dos moradores dentro do espaço dela, o acesso fácil à avenida e às áreas para lazer na região central. A fotografia demonstra como o planejamento urbanístico da vila visava não apenas oferecer um local de moradia aos trabalhadores, mas também um espaço de

convivência com qualidade de vida. Podem ser visualizadas nas duas figuras diversas áreas de lazer, entre elas, o atualmente chamado Largo Elis Regina e o Estádio Alim Pedro, além de diversas praças arborizadas e quadras poliesportivas.

Muitos moradores tinham consciência que a integração social vivenciada na vila era um dos pilares do sentimento de segurança compartilhado por eles. Porém, nem todos se sentiam seguros. O senhor Elci Carlos Araújo, afirmou em 1990 que no passado “não tinha tanto perigo como tem hoje. Hoje eu já não me arrisco mais de sair [...] hoje eu não tenho mais coragem de fazer isso aí, porque a gente sai e pode ser assaltado”. Então o entrevistador perguntou: “Mas, nos últimos tempos, o senhor teve algum problema ou nunca teve problema de segurança?” Ele respondeu: “Graças a Deus, nunca tive.” Talvez o senhor Elci estivesse se apropriando da cultura do medo propagada em um âmbito socialmente mais amplo na cidade que, como podemos perceber nos relatos dos outros moradores, estaria sendo afastada do bairro pela permanência de maior integração comunitária da Vila do IAPI.

3.2. Restinga como projeto habitacional excludente

Durante a ditadura militar, no período chamado de “milagre econômico”, entre os anos de 1968 e 1973, confirmou-se o processo de industrialização, aumentando ainda mais a urbanização. O *Milagre Econômico* foi um momento de grande crescimento da economia, com taxas de elevação do Produto Interno Bruto (PIB) de 11,1% ao ano, acompanhado por inflação declinante e baixa. Porém, com acentuada concentração de renda. Para este fenômeno existem diferentes explicações que não são necessariamente excludentes. De acordo com os autores Fábio Giambiagi, André Villela e Fernando Veloso que o estudaram:

As interpretações encontradas na literatura podem ser agrupadas em três grandes linhas. A primeira linha de interpretação enfatiza a importância da política econômica do período, com destaque para as políticas monetária e creditícia expansionistas e os incentivos às exportações. Uma segunda vertente atribui grande parte do “milagre” ao ambiente externo favorável, devido à grande expansão da economia internacional, melhoria dos termos de troca e crédito externo farto e barato. Já uma terceira linha de interpretação credita grande parte do “milagre” às reformas institucionais do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) do Governo Castello Branco (1964-1967), em particular às reformas fiscais/tributárias e financeira, que teriam

criado as condições para a aceleração subsequente do crescimento.¹¹⁵

O *Milagre Econômico* promoveu grandes transformações na sociedade brasileira, como a acentuação do êxodo rural, o crescimento urbano, o aumento da industrialização, a melhora no poder aquisitivo da população. Houve um significativo crescimento demográfico ao longo da década de 1970. Na cidade de Porto Alegre, a população passou de 885 mil habitantes em 1970 para 1.125.478 habitantes em 1980. Um aumento de aproximadamente 33%.¹¹⁶ Os efeitos destas transformações puderam ser percebidos na cidade. Novos bairros surgiram e muitos dos que já existiam sofreram com bruscas mudanças espaciais ao longo da década de 1970, como a construção de viadutos, túneis e grandes avenidas. Começou a ocorrer uma forte descaracterização da paisagem urbana de Porto Alegre.

Sendo assim, o Plano Diretor de 1959 deveria ser remodelado. Estudos iniciados no começo da década de 1970 culminaram no Plano Diretor aprovado em 1979. Esse era composto por pequenas zonas chamadas de Unidades Territoriais de Planejamento (UTP), mantendo algo semelhante às unidades de habitação do Plano anterior. Outra semelhança foi divisão das zonas em áreas de usos residenciais, comerciais, industriais, rurais, seguindo o antigo modelo modernista. No entanto, duas importantes mudanças foram implementadas: o loteamento de superquadras, inspiradas no modelo de Brasília, e o aumento da altura das edificações, como afirma o arquiteto e urbanista Helton Estivalet Bello:

Paralelamente ao processo de desconstrução da quadra tradicional empreendida pela adoção do urbanismo progressista, prosseguiu também a substituição das permanências do ecletismo arquitetônico nesta etapa de estruturação da cidade. Apesar do Plano ter instituído áreas e edificações de interesse para preservação, a pressão exercida pelos novos índices construtivos – invariavelmente superiores aos gabaritos das construções remanescentes – estimulou o surgimento de edificações com maior altura e volumetria, provocando um acelerado processo de renovação dos edifícios, principalmente na área central da cidade.¹¹⁷

¹¹⁵ Giambiagi, Fábio. Villela, André. Veloso, Fernando A. (orgs). *Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1968-1973): Uma Análise Empírica*. In: Revista Brasileira de Economia. V. 62. n. 2. Abr - Jun 2008. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008. pág. 222

¹¹⁶ Censos demográficos. Fundação de Economia e Estatística. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/populacao/censos-demograficos/>. Acessado em: setembro de 2015.

¹¹⁷ Bello, Helton Estivalet. *Arquitetura e planejamento urbano em Porto Alegre dos Anos 30 aos anos 70*. In: Krawczyk, Flávio, Da necessidade do moderno: o futuro da Porto Alegre do século passado. Porto Alegre, UE/SMC, 2002. pág. 118

O artigo 75 do Plano Diretor de 1979 estipula que as “Áreas de Preservação Cultural e de Proteção da Paisagem Urbana são aquelas que contêm bens ou valores socioculturais dignos de serem preservados para a proteção da paisagem urbana.”. Essa preocupação com a paisagem urbana é bastante avançada para época, porém, ao mesmo tempo, o Plano Diretor de 1979 libera a construção de prédios maiores em regiões fora da área central, como os bairros Moinhos de Ventos, Rio Branco e Petrópolis, permitindo obras de oito pavimentos ou, em casos especiais, até 12 pavimentos. Portanto, além dos empreendimentos de infraestrutura, a construção civil também auxiliou na descaracterização paisagística de Porto Alegre a partir da década de 1970.

A prática política do pacto trabalhista foi rompida a partir do golpe de 1964, assim também foram alterados os perfis dos modelos de políticas habitacionais posteriores a esse evento. No período da Ditadura Militar surge o Banco Nacional da Habitação. Foi o órgão central do Sistema Financeiro de Habitação e principal instrumento promotor da política habitacional do governo militar, desde 1964 até ser extinto em 1986. Garantia os créditos e depósitos do setor imobiliário. O manual *Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social*, produzido pelo Ministério das Cidades, avalia de forma negativa o BNH:

O BNH caracterizou-se pela gestão centralizada e autoritária, própria da estratégia dos governos militares. Realizou projetos uniformizados e padronizados em todo o País, em torno de 4,3 milhões de unidades, sem considerar as diferenças regionais (geográficas e culturais) e priorizou as camadas médias da população. Ao mesmo tempo, foi incapaz de atender às populações de baixa renda. Podemos afirmar que o SFH e o BNH contribuíram para aprofundar as desigualdades sociais no Brasil à medida que privilegiaram os investimentos para as faixas de renda média e média baixa. Uma das consequências da política adotada foi o encarecimento das terras urbanas, incentivando a especulação imobiliária e produzindo cada vez mais uma cidade à margem do mercado, assim como conjuntos habitacionais nas periferias das cidades, agravando o problema da mobilidade urbana e elevando o custo da urbanização. Os projetos não levaram em consideração questões fundamentais como a proximidade do local de moradia com o local de trabalho, impactando no custo social e econômico para as comunidades e cidades, gerando o isolamento e segregação dos conjuntos populares.¹¹⁸

¹¹⁸ Brasil. *Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social*. Brasília: Ministério das Cidades, 2010. pág. 26

Portanto, a despeito dos planos diretores vigentes, essa estratégia de moradia visava muito mais a segregação social, típica do período político, do que a racionalidade do planejamento urbano. Como acontece sempre, uma postura política se sobrepôs à gestão técnica do espaço urbano proposta para a cidade. No entanto, desta vez, ela apresentou-se claramente desinteressada em atender as necessidades dos moradores de menor renda. Os problemas de habitação para os trabalhadores mais pobres ficaram nesse período a cargo dos municípios.¹¹⁹ Em Porto Alegre ficou a cargo do Departamento Municipal de Habitação (Demhab), que foi criado para se adequar ao novo sistema de financiamento de habitação. Este órgão não criou novos modelos de construção de casas e de melhoria de casas populares, apenas reproduziu o modelo federal.¹²⁰ Mas de acordo com a urbanista Ermínia Maricato, em seu importante estudo sobre as políticas habitacionais durante a Ditadura Militar,

Raras foram as realizações de governos municipais ou estaduais na área de habitação, independentes do BNH, tal o acentuamento da centralização de recursos e decisões nas mãos do governo federal, durante o período que vai do início do regime militar, 1964, até seus últimos anos, 1982 a 85 (quando novas experimentações são tentadas, principalmente através da institucionalização de construção com mutirões).¹²¹

Desta forma, os municípios replicaram a mesma lógica excludente da estratégia federal para a moradia. A centralização e exclusão provocadas pelas políticas de moradia desse período produziram a precariedade dos espaços ocupados pelos moradores mais pobres dos grandes centros urbanos brasileiros. Foi o que ocorreu no projeto de moradia popular implementado pelos Departamento Municipal de Habitação e Banco Nacional de Habitação na Restinga, por exemplo.

Restinga é um dos maiores bairros de Porto Alegre e está localizado na zona mais ao sul da cidade, 22 kms distante do centro. Ele faz limites com os bairros Lomba do Pinheiro a leste, Belém Novo a norte, Aberta Morros e Chapéu do Sol a oeste e Lageado a sul. Este espaço possui uma área de 38,56 km² hectares e uma população 60,729 habitantes, de acordo com o Censo IBGE 2010, sendo um dos bairros mais populosos da cidade. O reconhecimento da

¹¹⁹ Oliveira, Fernanda Viviane. *Do BNH ao Minha Casa, Minha Vida: mudanças e permanências na política habitacional*. Caminhos da Geografia, v 15, p. 36-53.

¹²⁰ Zamboni, Vanessa. *Construção social do espaço, identidades e território em processos de remoção: o caso do bairro Restinga – Porto Alegre/RS*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, RS, 2009. pág. 7

¹²¹ Maricato, Ermínia. *Política Habitacional no Regime Militar: do milagre brasileiro à crise econômica*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987. Pág. 31.

Restinga enquanto bairro ocorreu apenas em 1990 durante o primeiro governo da Frente Popular (PT- PSB- PC do B) através da Lei Municipal 6571.¹²²

Figura 13: Foto aérea do bairro Restinga em 1975



Fonte: acervo Museu José Joaquim Felizardo

O bairro surgiu em 1965 com a criação do Demhab e com a remoção dos ocupantes das vilas Dona Theodora, Ilhota, Secular, Santa Luzia e dos Marítimos, implementada por esse órgão. A Restinga, em um primeiro momento, foi fruto de um violento processo de exclusão social. Ao longo da década de 1970, muitos moradores de várias vilas localizadas em áreas mais centrais da cidade foram removidos de suas casas e mandados compulsoriamente para a Restinga (Velha). Oitocentas famílias que habitavam casas precárias, mas com acesso a serviços básicos como água e luz, foram deslocadas para uma região muito afastada do centro da cidade e sem nenhum desses recursos.¹²³ De acordo com a urbanista Zamboni, a remoção de casas precárias e vilas já ocorria desde a década de 1950,

¹²² Saez, Adelaide. *A participação política no Orçamento Participativo de Porto Alegre: o caso da Restinga (1990-2012)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências Políticas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015. Págs. 19 e 20.

¹²³ Zamboni, Vanessa. Op. cit.

porém várias decisões da Câmara de Vereadores estabeleciam que a remoção das “malocas” deveria ocorrer mediante o reestabelecimento dos moradores no mesmo local ou em áreas onde haveria a prestação de serviços básicos como fornecimento de água, arruamentos e saneamento básico. Com a criação do BNH e o redirecionamento dos programas habitacionais governamentais para a classe média na década de 1960, os projetos de melhoria da habitação foram abandonados, substituídos por uma remoção de moradores que afastou a população menos favorecida das zonas centrais.¹²⁴ Nesse processo foi criado o bairro Restinga a partir de uma campanha que foi denominada pela Prefeitura de Porto Alegre de *Remover para promover*.¹²⁵ Na fotografia acima é possível notar que em meados da década de 1970 ainda haviam muitas áreas desocupadas no bairro. Na fotografia abaixo pode se ver os tipos de edifícios que eram construídos para abrigar os moradores realocados na Restinga.

Figura 14: edifícios da Restinga construídos na década de 1970.



Fonte:

Jornal Sul 21. Disponível em: https://images.sul21.com.br/file/sul21site/2015/05/20_150526-040315gs040315-5.jpg

Vários moradores relataram em entrevista ao projeto *Memória dos Bairros* como eram precárias as vidas deles quando a Restinga começou a se formar. A auxiliar de enfermagem e moradora da Restinga Eloi Moreira dos Santos lembrava em 1990: “A Restinga começou assim: a primeira unidade foi feita para aquelas pessoas que moravam nestas vilas que foram

¹²⁴ Ibid. pág. 72.

¹²⁵ Saez, Adelaide. Op. cit. Pág. 22

extintas e então trouxeram pra cá. Então tu pode notar, que lá na primeira unidade até tu vê como é bem mais humilde.”¹²⁶ O músico Airton Policarpo recordava no mesmo ano:

Vim para Restinga em 1970, mais ou menos. Eu tinha na base de nove anos. Vim pra cá, eu era bem garotão, já tinha... eu me criei nas esquina aí com a rapaziada, né, conhecia já o baseado, mas não aderi, não era isso aí. A gente conhecia a malandragem. A juventude era bem, bem violenta. [...] era só a Restinga Velha, não existia a Restinga Nova aqui. A Restinga Nova o lugar era um mato. E tinha um ônibus de manhã e outro só de tarde que levava o trabalhador pro Centro e de tarde às seis horas trazia, né, o resto do pessoal não podia sair da Vila, a não ser aqueles que tivessem carroça, carro, ou outra coisa como meio de transporte. [...] acho que é brigas quase sempre, assim, a gente vê tão discutindo, coisas assim, falta de segurança e condução.¹²⁷

Relatos como este, descrevendo um bairro mais violento e abandonado no passado, são muito comuns entre os residentes da Restinga, como a dona Maria Viera Bueno, entrevistada em 1990, que afirmava:

Aquela época, assim, ó, tu olhava, assim, tu saí, assim, de manhã pra trabalhar, tu batia em dois, três mortos numa pegada, né? Agora tá um pouco parado, mas é mais os assaltos que dá, tem que se cuidando todo dia, a gente tem que tá cedo pra dentro de casa, não pode ficar muito na rua, tem que cuidar para sair de noite. Não é que nem antigamente, mas tem bastante ainda, né?¹²⁸

Nesta fala, a entrevistada salienta que o bairro era muito mais violento no passado. Há mais referências ao medo da violência nas falas dos habitantes da Restinga do que no IAPI. Os dois espaços são conjuntos habitacionais criados pelo poder público para camadas populares. Porém, enquanto o IAPI surgiu a partir de um projeto habitacional trabalhista, a Restinga se desenvolveu a partir de um planejamento urbano excludente. Percebe-se que espaços que apresentam características urbanísticas distintas apresentam uma relação diferente dos moradores com a violência e o medo.

Mesmo havendo relatos salientando o aumento da violência entre os entrevistados da Restinga, existem entre as falas do *Memória dos Bairros* deste bairro, depoentes defendendo que a violência teria diminuído. Raul Rossal Paz, comerciante deste local, entrevistado em 1990, acreditava que tinha havido melhora na segurança de onde ele morava:

¹²⁶ Entrevista concedida por Airton Policarpo em 1990, ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Restinga.

¹²⁷ Id.

¹²⁸ Entrevista concedida por Maria Viera Bueno, em 1990, ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Restinga.

Não, não, não, agora tá bom, Teve uma época que tava dando muita invasão aqui do pessoal que vinha de fora aqui prá anarquizar. Aí nós pedimos auxílio com brigada, a companhia da brigada que tem aí, mandou uns pelotão, recolheu uns quanto elementos aí de dentro, agora tá tranquilo.¹²⁹

Para muitos moradores, como Raul Paz, a violência diminuiu. Antes era algo que, segundo eles, ocorria de forma descontrolada, por causa do isolamento da Restinga, depois diminuiu. Quando perguntados se o bairro melhorou ou piorou ao longo dos anos, pergunta recorrente nas entrevistas do *Memória dos Bairros*, quase todos depoentes da Restinga afirmavam que ocorrera uma melhora significativa no espaço que habitavam. A maioria dos entrevistados defendia que houvera melhoria na segurança e melhoria na prestação de serviços básicos como os de transporte, iluminação, abastecimento de água e esgoto.

Investimentos na prestação de serviços começaram a ocorrer a partir do ano de 1975, de maneira bastante limitada, na gestão do prefeito Guilherme Socias Villela com o programa *Pró-Gente*, que mobilizava verba do BNH para fornecer infraestrutura aos loteamentos criados pela prefeitura. Estes investimentos atenderam apenas parte da área chamada hoje de Restinga Velha. Em 1980, o *Pró-Morar* ampliou essas obras, mas não sanou totalmente as deficiências do bairro.¹³⁰

A falta de prestação de serviços básicos e a busca por melhorias na qualidade de vida de moradores de bairros desassistidos, como a Restinga, fizeram com que a população destas localidades criasse associações e organizações populares reivindicativas. Esses agrupamentos aliaram-se ao processo mais amplo de reabertura política no Brasil. Nesse contexto, surgiram novos movimentos sociais empenhados na reconquista de espaço de ação para a classe trabalhadora após os anos de repressão imposta pelos governos militares. Novos atores políticos se estabeleceram como vetores de oposição ao governo e de defesa dos interesses dos mais pobres. Esses movimentos tencionavam para que as mudanças do período de abertura não satisfizessem apenas interesses políticos-institucionais e trabalhistas, mas abrangessem também demandas sociais de necessidades mais básicas como acesso à terra e moradia de qualidade.¹³¹

¹²⁹ Entrevista concedida por Raul Rossal Paz em 1990 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Restinga.

¹³⁰ Saez, Adelaide. Op.cit. Págs. 24 e 25.

¹³¹ Soares, Vânia Fonseca. *A Abertura Política e os Movimentos Sociais em Porto Alegre (1979-85)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002. Pág. 23.

Na Restinga, o primeiro agrupamento que integrou a população do bairro na luta por direitos políticos e melhorias na qualidade de vida foi a Associação dos Moradores da Vila Restinga (AMOVIR). A AMOVIR teve um papel muito importante na consolidação de uma maior identificação dos moradores com o bairro e na organização das lutas por direitos básicos dos cidadãos que moravam naquela localidade no final da década de 1970 e no começo da década de 1980. Na década de 1980, duas outras organizações de moradores foram criadas. Em 1980 surgiu o Conselho de Desenvolvimento Comunitário (CODECORES), que estava vinculado ao poder público municipal e funcionava como uma subprefeitura, e, em 1989, surgiu o Conselho de Luta (CONLUT), que era um movimento social autônomo representante da comunidade. As duas últimas entidades foram absorvidas pela estrutura do Orçamento Participativo na década de 1990.¹³²

A História de transformação do espaço urbano com desenvolvimento da qualidade na habitação do bairro aparenta estar conectada com a sensação de segurança expressada pelos moradores entrevistados no *Memória dos Bairros*. A percepção da violência era diferente na Restinga em relação aos outros bairros analisados nesta tese. Foi um bairro popular planejado, onde seus moradores alimentaram laços indenitários, muito por causa da distância do bairro em relação aos outros da cidade. Ali se reconhecia a violência do assalto e provocada pelo tráfico, mas a insegurança não foi apontada como uma preocupação tão alarmante como ocorria no Petrópolis, bairro que será analisado adiante. Muitas vezes, pode ser notado que existia um empenho dos moradores em acabar com o estigma do bairro como um lugar violento. Isso pode se notar nesta fala de Alexandre Gomes Amaro, no ano de 1990:

Até existe criminalidade, [...] mas dificilmente tu vê dizê que um marginal matou um trabalhador. [...] ou que um marginal assaltou a mão armada um trabalhador. De repente, quando acontece essa história aqui na vila é grupos altamente revoltados, com uma revolta não orientada contra outros grupos revoltados. Então, de repente, acontece entre eles mesmos. Os assaltos fortes, arrombamentos, isso aí, de repente... Se eles fazem, eles saem da vila e fazem. Então, a criminalidade que acontece, geralmente, é entre o círculo, não é contra o trabalhador, aquele que vai pra casa, trabalha, estuda.¹³³

Nesta fala é expressa a opinião de que os agentes da criminalidade são pertencentes à comunidade e não afetavam os “trabalhadores” do bairro. Para muitos moradores da Restinga,

¹³² Saez, Adelaide. Op. cit. Págs. 26 e 27.

¹³³ Entrevista concedida por Alexandre Gomes Amaro em 1990 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Restinga.

os maiores agentes da violência foram os policiais, algo que também teria diminuído com o passar dos anos, como afirmava o senhor Airton Policarpo:

Entre todos eles quase nenhum, dá pra contar os que tão vivo aí, entende, a maioria se matou entre si, porque faziam assalto e vinham prá restinga, então, quando a Brigada, por exemplo, a polícia dava batida aqui, eram centenas de caminhões, dezenas de caminhões da Brigada, vinham de camburão e naquilo descia, era ônibus, descia, era cheio de brigadiano de pau na mão e a polícia civil junto e a violência, a repressão era muito grande. Tu tava dormindo, quando vinham e botavam tua porta pra dentro, era a polícia, entende, já te levantava a pau. Eu sofri muito com a repressão, tu entende, nessa época. Então, poxa, arrebatavam, não queriam saber que tu era, cara. Eles diziam que tu tinha feito um troço que tu não tinha nada a ver com aquilo ali.¹³⁴

Portanto, para muitos moradores, os responsáveis pela violência eram muito mais os policiais do que moradores que cometiam atos criminosos. Eles salientam que os agentes de segurança do Estado imprimem muito mais apreensão e insegurança na comunidade, por causa de sua abordagem truculenta. Talvez houvesse uma vontade de expressar que o seu bairro era um lugar bom para viver. Isso reforça a tese de que eles sentiam um forte laço indenitário com espaço e que no seu horizonte de possibilidades não era absurdo considerar o local onde viviam seguro, mesmo que nele ocorressem atos violentos.

O morador Airton Policarpo lembrou um pouco de sua trajetória e falou sobre as suas impressões em relação à violência no bairro:

O índice de violência era muito grande [na década de 1970] compreende, eu me apavorava. Eu me criei na vila com os cara, compreende? Eu me apavorava, mas aquilo ali foi uma geração que se criou junto, compreende, esses nomes que eu citei, eles se criaram junto comigo. Não assim se criaram junto, eles já eram bárbaros e eu era garotão ainda, mas tava no meio deles, entende? Entre eles, eles eram fiéis, mais quando existia um estranho no território, por exemplo, a coisa era feia, cara, porque eles matavam e davam facada, os cara eram violento, tu compreende? Mas aqueles que moravam ali, sabe, não tinha problema porque se conheciam e se viam dia-a-dia, tu compreende. Então, eu pra mim, claro que a coisa ta feia, cara, mas naquela época, aquilo que existia era demais.¹³⁵

Para o seu Airton Policarpo, assim como para outros moradores, a violência diminuiu em relação a um passado mais "bárbaro". Além disso, muitos entrevistados afirmavam não se

¹³⁴ Entrevista concedida por Airton Policarpo em 1990 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Restinga.

¹³⁵ Id.

sentirem ameaçados onde viviam pois possuíam proximidade com os criminosos, o que diminuía o sentimento de medo.

O estudante Alexandre Gomes Amaro tendia a ver e/ou mostrar, em 1989, a Restinga como um lugar onde a violência seria um problema muito grave:

A criminalidade aqui na Restinga, acho que é muito superficial se tu julgar por aí, solta, porque ela é um... ela é o resultado dum conjunto de um processo, né. Uma vila, de repente, de 140 mil habitantes, a juventude, não tem um SENAI, um SESC, alguma até autarquia pública que fosse destinada a profissionalizar o jovem, a dar condição de lazer, cultura, quer dizer, a partir do princípio que esses jovens começam a ficar aqui na vila ociosos, sem ter o que fazer, eles arrumam “o que fazer”. Então acho que é muito em cima disso, sabe, a criminalidade aqui ela até existe, mas ela é furto, assim, de algo solto no ar, é tudo, é tudo decorrência dum processo criado.¹³⁶

Para ele, a violência seria superficial, tendo em vista a condição social dos moradores do bairro. Haveria uma justificativa para os crimes e uma seletividade de classe:

Estudo ou qualquer outro tipo de coisa desse tipo, eu dificilmente vejo falar. Acho que é muito tabu em relação à Restinga, sabe, porque é aquele lance, né, é uma rapaziada que até vem de uma família de trabalhador, não vem, assim de família de vagabundo direto.¹³⁷

Relatos como esses mostram uma relação muito mais complexa com questão da violência e segurança na Restinga. Eles indicam que havia ali uma comunidade muito mais heterogênea e a falta de maior coesão comunitária. Não é possível ver nas entrevistas uma narrativa padrão de desenvolvimento ou decadência. A maior parte dos relatos indicavam uma melhoria na segurança do bairro. No entanto, alguns moradores acreditavam que a violência aumentava ao longo do tempo, como pode se perceber na fala do mecânico André Tupinambá Baptista da Silva em 1989:

Aqui era, no início [década de 1970] até mais ou menos bom, sabe, enquanto não era muito movimentada. Mas depois começou a crescer o movimento, bah, começou a prejudicar um monte. Vê que a onda de assalto e criminalística, né, tudo isso aí aumentou, né, e aí também, bah.. a vila tá sendo tri mau cuidada.¹³⁸

¹³⁶ Entrevista concedida por Alexandre Gomes Amaro em 1990 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Restinga.

¹³⁷ Id.

¹³⁸ Entrevista concedida por André Tupinambá Baptista da Silva em 1989 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Restinga.

A empregada doméstica Dirce Conceição Gomes afirmava algo semelhante em 1990:

Em relação a assaltos, a marginalização ficou muito maior. Na época logo que a gente veio morar aqui, não era assim. A gente ficava tranquila, a gente deixava a porta aberta, deixavam as casas abertas. Hoje tu vê, a casa quanto mais fechada parece que pior é... evoluiu bastante na parte da marginalização, evoluiu, hoje, infelizmente, tão marginais, né, tão assaltando, tão matando, tão roubando. Isso aí é que é lamentável.¹³⁹

Esses moradores salientam que havia motivos para medo da violência no momento presente das entrevistas. O cabo da PM Clóvis Bastos Berneira confirmava, a partir de sua experiência, que cada vez havia mais casos de arrombamento, estupro, desordem e tráfico.¹⁴⁰

Portanto, neste espaço heterogêneo aparecem narrativas diversificadas. A da dona Dirce demonstra medo e afirma que há mais criminosos cometendo atrocidades atualmente, apesar de em sua entrevista não relatar algum caso de violência sofrida por ela ou alguém próximo. Essa moradora tratava os agentes exógenos ao grupo social ao qual ela pertencia. Este relato discorda do que outros habitantes da Restinga defendiam: que existia integração dos marginais à comunidade, como o senhor Airton Policarpo afirma, por exemplo. Para ele, as pessoas das gangues eram:

Tudo uma gurizada que é filho de trabalhador e que, de repente, se perdem na ociosidade da vila e tão desordenado, de repente, tão com dezesseis, dezessete anos, não sabe o que fazer da vida e ficam naquele ciclo que, de repente, eles se encontram em determinados lugares, têm pontos em comum, né, tipo os campo de futebol, um lugar onde buscar um baseado, tomar uma cerveja, fazer um agito, vender umas roupas.¹⁴¹

Contudo, na Restinga, os agentes da criminalidade eram apresentados como integrados à e não afastados da comunidade. Isto também foi uma estratégia de segurança. De acordo com a socióloga Margarita Rosa Garvória, que estuda a gestão social do medo em territórios violentos,

Nas circunstâncias nas quais o encontro com o “outro” conhecido-criminoso é inevitável, o que é bem factível por se tratar de um território onde os criminosos são vizinhos, parentes ou amigos, as

¹³⁹ Entrevista concedida por Dirce Conceição Gomes em 1990 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Restinga.

¹⁴⁰ Entrevista concedida pelo Cabo da Brigada Militar Clóvis Bastos Berneira em 1990 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Restinga

¹⁴¹ Entrevista cedida por Airton Policarpo em 1990 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Restinga

pessoas assumem uma atitude defensiva. Essa atitude consiste em adotar um comportamento afável que disfarce a vontade de ruptura. Procuram “dar-se bem”, “conversar”, a fim de impedir um corte que possa desencadear práticas agressivas ou talvez violentas do outro.¹⁴²

Essa atitude de aceitação do outro e não exclusão dele promove segurança, pois promove comunicação com e conhecimento dos agentes da violência, que possibilita um controle, uma gestão sobre essa relação com o “outro”. Desta forma, mesmo os setores mais criminosos do bairro não estavam além do domínio dos moradores. Contudo, esse sentimento de segurança em relação a violência encoberta o sentimento de medo do conhecido-criminoso. Um medo controlado, mas ainda um medo. Algo semelhante poderá ser percebido a seguir nos relatos dos moradores do Bairro Lomba do Pinheiro.

3.3. Lomba do Pinheiro como um espaço de luta popular

Na década de 1980, em toda a cidade foram feitas obras para remediar os efeitos do crescimento populacional da década de 1970. Ao longo da década de 1980 ocorreu um intenso processo de concentração urbana na Região Metropolitana de Porto Alegre, iniciada já nas décadas anteriores, chegando a 2.305.610 habitantes no ano de 1980. No período 1980-1991, as taxas de crescimento das populações da Região Metropolitana de Porto Alegre e do RS foram 2,58% e 1,48%, respectivamente. Como afirma uma matéria do jornal *Correio do Povo*, na virada da década de 1970 para 1980, havia uma grande concentração populacional na região metropolitana, estando 30% de gaúchos circunscritos em 2,3 % do território do estado.

Por causa deste aumento, Porto Alegre estava em 1981 “no início do processo de modificação profunda no sistema de transporte público”¹⁴³. Muitas obras de melhoramento urbano e disciplinamento do espaço público, com a finalidade de solucionar problemas eminentes causados pelo crescimento da cidade e da população, são propostas nessa virada de década. As modificações na malha viária, criando os corredores de ônibus e o planejamento da instalação de outros meios de transporte de massa, como o trem urbano, começado em 1980 e entregue à população apenas em 1985, e o aeromóvel Coester, que não chegou a ser implantado, estão entre elas. Órgãos como a Fundação Metropolitana de Planejamento,

¹⁴² Gaviria, Margarita Rosa. *Medo ao poder e poder do medo na construção de um território de violência*. In: Santos, José Vicente Tavares. Teixeira, Alex Niche, Russo, Maurício (Orgs.). *Violência e Cidadania. Práticas sociológicas e compromissos sociais*. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2011. Pág. 71

¹⁴³ *Correio do Povo*, 18/01/1981. Especial. Pág.16.

Metroplan, estabeleceram planos que procuravam dar um equacionamento aos diversos problemas surgidos na região devido ao êxodo rural.¹⁴⁴

Em âmbito nacional, o Brasil sofreu, nesse período, com diversas crises econômicas motivadas e motivadoras de recessão e inflação elevada. Após um breve crescimento do PIB entre 1979 e 1980, o país entrou em depressão econômica entre 1981 e 1983, causada por transformações no cenário econômico mundial e diferentes estratégias de ajuste externo adotadas. Medidas recessivas levaram a economia brasileira a uma estagnação. A Região Metropolitana de Porto Alegre “acompanha o movimento da economia, ou seja, retração do PIB industrial (44,95% em 1980 e 42,61% em 1990) e queda na atividade primária de 4,89% para 2,41%”.¹⁴⁵ Mesmo com a crise, o processo de êxodo rural se mantém. Ao longo da década de 1980 ocorre a migração de profissionais com menor qualificação para alguns setores da indústria, processo já havia iniciado no começo da década anterior. Desde o “milagre econômico”, a Grande Porto Alegre abrigou a indústria de ponta e setores modernos de produção, atraindo mão de obra não qualificada ou pouco qualificada, mas também trabalhadores especializados e de maior instrução. Os profissionais com menores remunerações vão morar em cidades vizinhas à Capital, ampliando a tendência de cidades-dormitórios dessas localidades, ou em bairros periféricos. O crescimento das cidades no final do século XX não trouxe maior distribuição de renda ou melhores condições sociais, principalmente às grandes metrópoles. No seu trabalho *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*, o urbanista Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro afirma:

A criação de novos empregos em todos os setores da economia não se generalizou e a abundância de mão-de-obra disponível permitiu a compressão das remunerações, além de forjar uma estrutura ocupacional onde se viu cada vez mais a presença das relações de trabalho precárias em setores como o pequeno comércio, os serviços pessoais ou o trabalho doméstico¹⁴⁶

A desigualdade social e econômica da sociedade brasileira nesse período produziu cidades segregadas, injustas e desiguais. Os interesses do mercado imobiliário e a pouca capacidade do Estado regulamentar a organização do espaço urbano fizeram com que nas grandes metrópoles as qualidades urbanísticas se acumulassem em partes reservadas “locais

¹⁴⁴ Áreas de atuação da Metroplan Disponível em: < http://www.metroplan.rs.gov.br/institucional/area_atua.htm#historico>. Acesso em: janeiro de 2009.

¹⁴⁵ Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz. (org.) *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. Pág. 170

¹⁴⁶ Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz. (org.) *Ibid.* Pág. 12

de moradia, negócios e consumo de uma minoria da população moradora, enquanto que para a grande maioria, restam as terras que a legislação urbanística ou ambiental veta para a construção, ou espaços precários das periferias”. Para o sociólogo Luciano Joel Fedozzi e para o geógrafo Paulo Roberto Rodrigues Soares, que estudaram as transformações urbanísticas de Porto Alegre nas últimas décadas, a cidade se caracterizava em 1980:

Pela predominância (35%) das classes médias (especialmente dos empregados em escritório, que reunia 18% dos trabalhadores) seguida do proletariado terciário (21%). Porto Alegre era, nesse ano, a moradia de 18% dos operários ligados ao setor secundário da indústria (sendo a maioria constituída de operários da construção civil). Quanto ao subproletariado, base da pirâmide social, o maior percentual de ocupados em Porto Alegre era de 10% [...] a existência de trabalhadores nas categorias domésticos, ambulantes e biscateiros é significativamente menor (4%).¹⁴⁷

Esse perfil sócio ocupacional repercute ainda os efeitos do “milagre econômico” das décadas anteriores. Na década de 1980, ocorreram algumas mudanças na estrutura sócio ocupacional na Região Metropolitana de Porto Alegre: houve o crescimento na classe média e entre comerciantes, diminuição do número de empregados de escritório na Capital e queda na oferta de emprego para operários da indústria tradicional na Região do Vale do Rio Sinos. Segundo Fedozzi e Soares, “os efeitos da ‘década perdida’ não se fizeram sentir do mesmo modo e na mesma intensidade em todo o território metropolitano, afetando diferentemente os diversos setores de atividade”.¹⁴⁸ Como consequência, houve em toda a Região Metropolitana de Porto Alegre o crescimento percentual das classes médias e do subproletariado.

O resultado desta década de recessão foi o aumento da desigualdade social e da segregação espacial. Foi o período de maior expansão das favelas e moradias irregulares. A precariedade da habitação é uma das concretizações da exclusão social. A falta de acesso a serviços básicos e ao lazer reafirma a situação subalterna das classes mais populares. As classes mais favorecidas se apropriaram das áreas mais centrais e abastecidas por serviços e expulsaram os menos favorecidos para regiões periféricas¹⁴⁹

¹⁴⁷ Fedozzi, Luciano Joel. Soares, Paulo Roberto Rodrigues. *Porto Alegre: Transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles, 2015. pág. 146

¹⁴⁸ Ibid. pág. 147

¹⁴⁹ Kowarick, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. pág. 25

As áreas do tipo popular, apesar da exclusão histórica, a partir da década de 1990 passaram a receber maior atenção e ser integradas ao todo da cidade. Essas zonas mal planejadas, produzidas pelo descaso estatal ou por políticas habitacionais excludentes e autoritárias, tiveram sempre as associações de bairros como agentes promotores de melhorias. Esses agrupamentos autônomos ocuparam o vácuo deixado pelo poder público na coordenação e no planejamento do trabalho de organização do espaço público. Desde o final da década de 1970, as organizações de moradores de bairros pobres do Brasil fizeram parte da retomada das lutas pelos movimentos sociais. Naturalmente, elas aliaram-se ao movimento sindical e a partidos de esquerda como o Partido dos Trabalhadores.

Obviamente, as posturas dos prefeitos indicados pela ditadura militar e outros que assumiram posteriormente, assim como a ação das estratégias de moradia popular do BNH, buscavam minar essas associações. Segundo o sociólogo Sérgio Baierle, em estudo sobre a participação política na sociedade:

Foram criados, então, uma série de programas sociais e habitacionais de gabinete, que buscavam despolitizar as associações de moradores (AMs) em processo de crescente mobilização na virada para a década de 1980. Em Porto Alegre, via entrega da direção do Demhab a políticos profissionais, e não mais a tecnocratas, a tática básica utilizada era a decretação de utilidade pública para as áreas ocupadas irregularmente. Como essas áreas, em geral, ficavam em locais impróprios para moradia (beiras de arroio, encostas de morro, áreas de preservação ambiental), portanto, sem grande valor de mercado para os seus proprietários originais, em virtude das proibições inscritas na legislação urbanística do município, a sua compra posteriormente pelo poder público representou uma ocasião para grandes negócios.¹⁵⁰

Esse processo de exclusão fortaleceu as associações de moradores, contrariando as intenções do poder público, e as aproximou dos partidos de oposição. Houve portanto uma grande importância política desses movimentos de moradores que ficou evidente quando eles passaram a participar da gestão pública. No estudo *Segregação Residencial e Mercado de Trabalho nos Grandes Espaços Urbanos Brasileiros*, realizado para o Observatório das Metrópoles por Filipe Souza Luiz Corrêa, Cesar de Queiroz Ribeiro e Juciano Martins Rodrigues, afirma-se que “ao mesmo tempo, a crise social transformou a geografia da pobreza urbana e da vulnerabilidade social, com impactos profundos na dinâmica da agregação

¹⁵⁰ Baierle, Sérgio. *Lutas em Porto Alegre: entre a revolução política e o transformismo*. Porto Alegre: Cidade, Centro de Assessoria e Estudos Urbanos, 2007. Pág.12

societária do território popular e nas relações reais ou simbólicas que estabelece com o restante da cidade”.¹⁵¹

Nas entrevistas do projeto de *Memória dos Bairros* a questão da violência foi uma das principais perguntas feitas. Em alguns bairros de menor renda, a violência foi negada veementemente como um problema principal por quase todos os entrevistados. Na Lomba do Pinheiro e no IAPI, por diferentes motivos, o medo da violência não era apontado como uma grande preocupação. Nos depoimentos obtidos na Lomba do Pinheiro havia a defesa de uma história de luta dos moradores por melhores condições de moradia.

Localizado na região leste de Porto Alegre, a Lomba do Pinheiro é um bairro que está ocupando uma área de 15,22 km². Faz limites com a cidade de Viamão e os bairros Restinga a sul, Cascata e Belém Velho a oeste e Agronomia a norte. A população, de acordo com o Censo 2010, é de 51.541 habitantes, o que caracteriza este local como sendo um dos mais populosos da capital do Rio Grande do Sul. Na foto abaixo é possível perceber que as zonas rurais dividem espaço com as áreas urbanizadas no bairro.

Figura 15: Foto aérea do bairro Lomba do Pinheiro

¹⁵¹ Corrêa, Filipe Souza Luiz. Ribeiro, Cesar de Queiroz. Rodrigues, Juciano Martins. *Segregação Residencial e Mercado de Trabalho nos Grandes Espaços Urbanos Brasileiros: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza, Brasília, Belém, Manaus, Campinas, Goiânia, Florianópolis, Vitória, Natal e Maringá*. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2009. pág. 12

Fonte: Hauschild, Cleia Beatriz de Oliveira e Oberrather, Andrea. A Experiência Integrada da



Lomba do Pinheiro: O diálogo territorial em Porto Alegre para além do Orçamento Participativo. In Revista crítica de ciências sociais, Coimbra, 2010. Universidade de Coimbra.

O bairro Lomba do Pinheiro, até a metade do século XX, era uma zona rural ou pouco ocupada que sofreu um forte processo de urbanização a partir da década de 1970. O seu crescimento populacional ocorreu devido ao fenômeno do êxodo rural que se acentuou no Brasil neste período. Por isso, grande parte dos seus habitantes é oriunda de cidades do interior do Rio Grande do Sul. Como é possível perceber na fotografia abaixo, ainda hoje há áreas onde a moradia é precária.

Figura 16: Foto zona de moradia precária do bairro Lomba do Pinheiro.



Fonte: Hauschild, Cleia Beatriz de Oliveira e Oberrather, Andrea. A Experiência Integrada da Lomba do Pinheiro: O diálogo territorial em Porto Alegre para além do Orçamento Participativo. In Revista crítica de ciências sociais, Coimbra, 2010. Universidade de Coimbra.

Mas há por parte de entrevistados e na seleção destes feita pelo projeto *Memória dos Bairros* a intenção de mostrar que existia naquele momento um núcleo de moradores originais no bairro. Esses depoentes afirmam que a região melhorou ao longo dos anos. Inclusive em relação à questão da violência.

Para um deles, Abel Flores, morador da Lomba do Pinheiro entrevistado em 1999, houve violência no bairro apenas entre algumas famílias durante o período de ocupação daquele local, na década de 1970, mas teria sido aos poucos eliminada com o estreitamento dos laços de amizade entre os vizinhos. Ele orgulhava-se de não ter cerca no pátio: "Hoje em dia lá em casa, não tem cerca não tem nada, graças a Deus nunca roubaram nada sabe, e na Vila os poucos de marginais que tinha a gente conseguiu ir afastando sabe."¹⁵²

O depoimento da dona de creche Ema Cruz Lucas, que tinha 47 anos na época da entrevista, também em 1999, apresenta essa mesma opinião: "Olha, era terrível, se matavam ali na esquina, era um terror aqui e agora não, agora tá ótimo [...] Diminuiu a violência porque aumentou o policiamento."¹⁵³ A dona de casa Geni Selau dos Santos, com 42 anos quando fez seu relato no ano de 1997, defendia que não havia violência no seu bairro, "não, não tem

¹⁵² Entrevista concedida por Ema Cruz Lucas em 1998 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Lomba do Pinheiro.

¹⁵³ Entrevista concedida por Abel Flores em 1999 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Lomba do Pinheiro.

violência, acho, aqui na Lomba, é até um dos melhores lugares.”¹⁵⁴ Da mesma forma falava o pedreiro Deóclides Simão Genes, com 51 anos quando foi entrevistado, ainda em 1997: “Olha por enquanto não temos queixa de segurança, eu ainda digo, olha por enquanto podemos falar que o bairro é tranquilo”¹⁵⁵

Como pode se perceber nesses depoimentos, existe entre a maioria dos moradores do bairro Lomba do Pinheiro a vontade de narrar a história do espaço no qual vivem a partir da premissa de que o passado era pior que o presente. Principalmente quando respondem perguntas sobre violência. Porém, as justificativas para o sentimento de segurança em relação ao local habitado variam de depoente para depoente. Eliane Almeida de Souza, moradora, pedagoga e atriz, tinha 28 anos quando foi entrevistada em 1998 e afirmou:

Tiveram muitos que tiveram que colocar grades também ã... Aconteciam muitos assaltos nas casas, depois o pessoal começou a ver que não era vantagem assaltar as vilas, porque eram todos pobres, então começaram a sair da vila pra assaltar no centro, em outros lugares. E aí foram respeitando mais um nosso pessoal, mas já tivemos assaltos aqui na nossa casa, já tivemos brigas com pessoal de outros grupos né? Inclusive nos fizemos respeitar e hoje, graças a Deus a coisa está mais calma, claro que não arriscamos sair à noite, de madrugada.¹⁵⁶

Para a entrevistada, as pessoas do bairro colocavam grades nas residências no passado e não no presente. Já para o comerciante Elói Nilo Rodrigues de Melo, com 49 anos de idade em 1997, quando foi entrevistado, o motivo da sensação de segurança seria o aumento do policiamento: “Olha, nós temos um guarda, qualquer coisinha, chama eles, nós temos aí, temos o postinho aí, tem um coronel. [...] sobre isso aí não temo, porque acho que é o lugar mais pacífico, eu acho.”¹⁵⁷ O vigia Belmiro Ferreira Padilha, no mesmo ano, afirmava algo semelhante: “Quanto ao policiamento e segurança a gente é bem seguro. Aqui já houve violência, nós já tivemos já. Passamos pedaços aqui né, mas agora acalmou tudo graças a Deus, através do policiamento, acalmo tudo.”¹⁵⁸

¹⁵⁴ Entrevista concedida por Geni Selau dos Santos em 1997 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Lomba do Pinheiro.

¹⁵⁵ Entrevista concedida por Deóclides Simão Genes em 1997 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Lomba do Pinheiro.

¹⁵⁶ Entrevista concedida por Eliane Almeida de Souza em 1998 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Lomba do Pinheiro

¹⁵⁷ Entrevista concedida por Elói Nilo Rodrigues de Melo em 1997 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Lomba do Pinheiro

Mas havia medo na Lomba do Pinheiro. "Medo de perder o pouco que tinha, medo de perder a liberdade, medo de perder o pouquinho que tinha de casa"¹⁵⁹, afirmava em 1999 Arno Reckziegel, frei franciscano que se empenhou desde 1971 em um trabalho de comunidade eclesial de base com a finalidade de acolher os moradores recém-chegados do interior na cidade e de organizar a população do bairro na luta por melhores condições de vida. Em outro depoimento, cedido em 2007, relatou:

Com envolvimento com esse povo ali, no fim que nos esquecemos o objetivo primeiro: acolher os imigrantes. Tinham urgências muito maiores do que acolher os imigrantes. Toda a infraestrutura, toda essa questão de assistência ao pessoal da periferia. Fazer o que então? Nós começamos a nos envolver com a população. Foram fundadas várias associações de bairro, fizemos todo o atendimento religioso, celebrávamos missa nas casas, em locais abertos, foram construídos colégios, foi feito todo um trabalho com segurança, com transporte coletivo, legalização de terrenos, com a saúde.¹⁶⁰

Nesta fala está explícita a relação estrita entre o movimento político-religioso e a mobilização das organizações dos moradores de bairros pobres. Na Colômbia, em 1968, aconteceu a Conferência do Episcopado Latino-Americano onde foi estimulado o comprometimento dos setores da igreja com as camadas populares e os movimentos sociais. A partir desse momento a chamada Teologia da Libertação passa a fazer um trabalho religioso e político com os segmentos menos favorecidos das sociedades latino-americanas. Como descreveu Frei Betto:

Nesses movimentos, entram católicos, protestantes, espíritas, ateus, etc., todos os que se colocam ao lado dos oprimidos. A divisão não é mais entre quem tem e quem não tem fé. É entre quem está do lado dos interesses dos pobres e que está a favor dos opressores. A partir da reflexão sobre os problemas do bairro, da família e do trabalho, eles ajudaram a criar, ou recriar os movimentos populares autônomos (clube de mães, movimento custo-de-vida, loteamentos clandestinos, defesa de posseiros e seringueiros, luta pela causa indígena, etc.) da base popular emergiu esse tecido de pequenas organizações nas quais

¹⁵⁸ Entrevista concedida por Belmiro Ferreira Padilha em 1997 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Lomba do Pinheiro

¹⁵⁹ Entrevista concedida por Arno Reckziegel em 1999 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Lomba do Pinheiro

¹⁶⁰ Bonotto, Cléo Adriano Sabadi. Montagner, Rosângela. Oliveira, Leonardo. *Vozes da luta: um estudo sobre formação e a atuação de mediadores religiosos em movimentos populares a partir de narrativas orais (1970-1980)* In: *Anais do IX Encontro Nacional e III Congresso Internacional de História Oral da República Argentina*. Buenos Aires, 2009. pág. 16

o povo faz suas experiências de união e mobilização, pequenas vitórias em suas lutas locais e regionais.¹⁶¹

Esta convergência de interesses explicada pelo Frei Betto pode ser percebida na Lomba do Pinheiro. No bairro, os freis vinculados à Teologia da Libertação operavam na recepção e adaptação de famílias vindas de áreas rurais ao espaço urbano. Preocupavam-se com o crescente êxodo rural e com a situação precária às quais os migrantes se submetiam em Porto Alegre. O conselheiro tutelar Francisco Geovane de Souza estava a par desse trabalho político e religioso quando fez seu relato ao *Memória do Bairros* em 1999:

A Pastoral Operária, ela tinha esse caráter de conscientizar os trabalhadores dos seus direitos. É as CEBs, né, que é essa comunidade eclesiais de base, né, que é uma linha diferente, que tá mais ligada a, a Teologia da Libertação, né, do Frei Leonardo Boff, e, e que dá uma nova tônica né, pra, o jeito de encarar né, a realidade social.¹⁶²

Fica clara, nesta fala, a intenção política das ações dos freis no bairro. Quando os primeiros moradores da Lomba do Pinheiro chegaram no final da década de 1960 e ao longo da década de 1970 se estabeleceram em uma região desabitada, sem água, esgoto e sem nenhum serviço público. Como lembra o militar Claro Pereira Machado, que tinha 75 anos quando foi entrevistado em 1997: “Era tudo mato [...] não tinha nada aqui, o primeiro que veio morar aqui foi eu [...] Isto aqui é loteamento clandestino, a única coisa que eu tinha.” A fala da dona de creche Ema Cruz era algo similar em 1998, quando deu seu depoimento: “Quando a gente chegou aqui não tinha nada né, as ruas quase fechando pelo mato mesmo né, uma molhaçada, brotava água do chão, era terrível isso aqui.”¹⁶³ A empregada doméstica Belinha Borges de Oliveira, contando 65 anos quando foi entrevistada no ano de 1997, relembrou: “Aqui era só casinhas de duas peças, de madeira, não tinha colégio, não tinha creche, não tinha, não tinha posto médico, nem calçamento, nem luz, nem água, nada, nada, era só casinhas.”¹⁶⁴ Por esses motivos o bairro foi escolhido para o trabalho de base dos freis franciscanos.

¹⁶¹ Betto, Frei. *O que é comunidade eclesial de base*. São Paulo: brasiliense, 1985, p 36

¹⁶² Entrevista concedida por Francisco Geovane em 1999 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Lomba do Pinheiro.

¹⁶³ Entrevista concedida por Ema Cruz Lucas em 1998 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Lomba do Pinheiro.

¹⁶⁴ Entrevista concedida por Belinha Borges de Oliveira em 1998 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Lomba do Pinheiro.

Para o frei Arno Reckziegel a história do movimento social no bairro, o trabalho político das associações em conseguir água, escola, saúde regularização dos terrenos, costurou a integração entre os moradores. Devido a sua longa extensão, a comunidade do bairro estava organizada em diversas associações de moradores relativas às vilas onde residiam. De acordo com o trabalho da Secretaria do Planejamento Municipal, *Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável da Lomba do Pinheiro: Construindo a Lomba do futuro*:

Os movimentos migratórios, no sentido campo-cidade, que começaram já na década anterior, como princípio da industrialização no país, se intensificaram neste período, e atingiram seu apogeu nos anos 70 e 80. O incremento da população induziu à necessidade de uma luta mais constante por condições básicas. Em 1962 surgiu a Associação dos Moradores das Vilas São Pedro e Panorama.¹⁶⁵

Os freis franciscanos, seguidores da Teologia da Libertação, foram mobilizadores destas organizações comunitárias. Eles tiveram participação ativa na estruturação das associações de moradores. O morador Antônio Vicente, em 1999, acreditava que essa história de lutas definia o que era o bairro no momento de sua fala. "Olha, o que eu posso dizer é que quando eu cheguei aqui era tudo difícil, tudo difícil, mesmo, a gente foi muito castigado com as dificuldades de antigamente."¹⁶⁶ Para ele, o grande problema do bairro não era a violência, mas a falta da presença do Estado na prestação de serviços básicos, como implantação de postos de saúde, acesso à água e ao esgotamento sanitário. Mesmo sendo ele um dos poucos moradores que demonstravam consternação com a violência - afirmava que o mercado que possuía no bairro era constantemente furtado e assaltado -, se sentia integrado com a sociedade local e defendia que os assaltantes eram pessoas de fora do bairro. O metalúrgico Carlos Dantas, que tinha 52 anos quando deu sua entrevista em 1997, relatava que:

A Vila Viçosa aqui é uma das primeira na Lomba do Pinheiro aqui se organizou. É uma que tem. Eu sempre participei muito. Ela é um exemplo de participação e luta [...] a segurança era nós aqui. E hoje tá, saiu uma viatura, uma coisa assim, né? [...] tinha [violência], mas depois ficou aquela fama da Viçosa: "não dá pra entrar" [...] [na época da entrevista] aqui onde a gente mora está muito calmo. [...] O percentual é bem pequeno, mas tem, tem, não pode dizer que não tem,

¹⁶⁵ Porto Alegre, Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. *Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável da Lomba do Pinheiro: Construindo a Lomba do futuro*. Porto Alegre: 2003. pág. 44

¹⁶⁶ Entrevista concedida por Antônio Vicente em 1999 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Lomba do Pinheiro.

tem. Mas é muito pouco. Graças a Deus a nossa gurizada aqui é mais do esporte, se reúne na sede para jogar, né?¹⁶⁷

Muitos moradores, como pode se perceber nesta entrevista de Carlos Dantas, apresentavam uma consciência cidadã que valorizava a integração e a boa vizinhança. Moradores de diferentes níveis de instrução, faixas etárias e renda apresentavam essa ideia. Vários residentes do bairro ocuparam ilegalmente o terreno onde moravam e lutaram muito tempo para regularizar o seu imóvel. Existiu na Lomba uma trajetória de conquistas que desenvolveu um sentimento identitário com o espaço habitado. Pode-se perceber isso no depoimento da professora e diretora Alcina Silva dos Santos Ferreira em relação à escola onde atuava:

Antigamente nós tínhamos assim maiores problemas fora de crianças, era assim mesmo, pedras na Escola, quebrava vidros, às vezes atingia alguma criança dentro da sala de aula, com laranja podre [...] mas assim, ataque de gangues a gente sabe que tem, mas eles sempre se mantiveram fora sabe, mesmo não tendo uma cerca tinha um limetizinho aqui na volta né. Então, eles... nunca sofremos um ataque aqui dentro da Escola, raríssimas foram as vezes, nesses dezoito anos, que eu estou aqui que a gente viu esses policiais passando, na passarela, passando atrás, mas a gente sabe, nós temos pais de alunos, os próprios alunos antigos que foram pra outras Escolas depois, que são chefes de gangues [...] nunca tivemos um ataque, muito pelo contrário, eles respeitam a escola.¹⁶⁸

Portanto, a fala comum entre os moradores da Lomba do Pinheiro era a de que o local era um lugar seguro, como percebe-se neste relato acima. As falas salientavam que as pessoas envolvidas com atividades criminosas respeitavam o bairro. Altamiro Nicolau de Souza defendia, em 1999, a tranquilidade de seu bairro. "Continua a mesma coisa, né. Aqui é um lugar ainda que ainda não veio a maldade. É um lugar que possa dizer, assim, tranquilo. [...] muita briga tem com os vizinhos".¹⁶⁹ Ele tinha se mudado nove anos antes em buscar de um lugar mais sossegado. Aparentava justificar a sua escolha de vida e moradia, mas afirmava veemente que a Lomba era um lugar seguro.

A Dona Alzira Maria Schimitz, residente há mais tempo do bairro, contava uma história semelhante: "Olha, antigamente, vou dizer em poucas palavras, era verdadeira guerra

¹⁶⁷ Entrevista concedida por Carlos Dantas em 1997 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Lomba do Pinheiro.

¹⁶⁸ Entrevista concedida por Alcina Silva dos Santos Ferreira em 1999 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Lomba do Pinheiro.

¹⁶⁹ Entrevista concedida por Altamiro Nicolau de Souza em 1999 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Lomba do Pinheiro.

das quadrilhas. [...] Agora a violência não é, não é o caso, agora tu pode entrar e sair tranquilo de noite a hora que tu quiser."¹⁷⁰ Antigamente, para ela, havia muito assalto, mas sem mortes. Havia morte entre as quadrilhas.

Muitos moradores alegavam que não se sentiam amedrontadas porque estavam “no seu bairro”. Eles reconheciam as pessoas e as pessoas os reconheciam. Mantinham relações amistosas com a "malandragem", a "rafa", os "marginalzinhos". Antônio Pires Nardes destacava que não tinha medo porque se sentia respeitado por todos, inclusive pelos "criminosos": "Comigo a amizade ainda tá. A marginália, é ladrão é tudo: ‘ô seu Antônio, ô seu Antônio’.[...] Tô com 68 anos e delegacia eu só conheço pra fazer minha identidade."¹⁷¹ Os entrevistados reconheciam que existia violência e criminalidade nos seus bairros, mas tratavam os agentes da violência como integrantes da sociedade a qual pertenciam. Conforme afirmou o senhor Abel Flores: "A gente sempre tentou passar pra eles, que eles também faziam parte da comunidade, os marginal"¹⁷². A ideia não é a inexistência, mas a resolução do problema pela integração e não pela segregação. Isso dava ao entrevistado a segurança de que o problema estava sendo resolvido.

Eu falava com eles de que eles era nossa comunidade também. Então eles não podiam fazer nada aqui dentro, sabe? Eu disse: ‘ó meu, vai lá em Petrópolis, Menino Deus, lá o pessoal, tem lá. Claro, tá mal dito, né. Mas fazer o que? Tinha que reunir a comunidade, claro, a nossa comunidade.¹⁷³

Nesta fala, o entrevistado aceita a violência como um fenômeno presente no cotidiano, mas valoriza mais a integração da comunidade do que a distinção entre quem é “marginal” e quem não é. A diferenciação que faz é entre os bairros pobres e os de classe média, justificando, inclusive, que pessoas da Lomba do Pinheiro cometessem delitos em áreas com maior renda.

O professor Adilar Mistura, por sua vez, afirmava que a escola onde trabalhava não tinha segurança privada e evitava a presença policial, apostando na integração com a comunidade como forma de garantia de segurança. Relatou:

¹⁷⁰ Entrevista concedida por Dona Alzira Maria Schimitz em 1999 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Lomba do Pinheiro.

¹⁷¹ Entrevista concedida por Antonio Pires Nardes em 1999 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Lomba do Pinheiro.

¹⁷² Entrevista concedida por Abel Flores em 1999 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Lomba do Pinheiro.

¹⁷³ Id.

A escola não tem, não tem segurança residencial, mas mesmo assim é, inclusive, [...] uma questão estratégica evitar presença da polícia formal, pra como critério de que é, é mais fácil, se acredita mais fácil nas pessoas pela responsabilidade do grupo, do que propriamente ter uma força coercitiva que obrigue a responsabilidade e a cuidado do público nesse sentido. Que muitos pais gostariam e até exigem que haja e um policiamento isto sim. Mas nós, enquanto pudermos... pudermos levar, no sentido de a comunidade se responsabilizar.¹⁷⁴

O entrevistado salienta, neste depoimento, que a presença da polícia gerava desconforto e favorecia menos a criação de uma sensação de segurança do que o incentivo a uma atitude comunitária.

O senhor Antônio Pires Nardes tratava a violência como uma forma de molecagem juvenil. Muitos desses criminosos, traficantes ou assaltantes, são jovens da comunidade. Assim, muitos membros da sociedade desse bairro afirmam que a forma de agirem em relação a esse tema é reconhecer que esses jovens, mesmo percorrendo caminhos desviantes, ainda fazem parte do grupo social do bairro.

Conhecendo a história do bairro pode se entender porque os moradores apresentavam uma imagem positiva da Lomba do Pinheiro à época das entrevistas. A ocupação do seu espaço se deu de forma desorganizada.

A região da Lomba do Pinheiro se urbanizou rapidamente, principalmente nos últimos 25 anos, porém num contexto de irregularidade urbanística e fundiária. Ocorreu a implantação de um grande número de loteamentos clandestinos e ocupações irregulares, gerando consequências negativas ao ambiente natural e à qualidade dos assentamentos.¹⁷⁵

Porém, ao longo desses anos houve a regularização fundiária de muitas destas ocupações e uma melhoria significativa nos serviços públicos oferecidos à comunidade. Talvez por causa disso os moradores da Lomba do Pinheiro buscavam nas entrevistas a identificação da trajetória do espaço enquanto um terreno conquistado e não perdido.

A maior parte dos entrevistados do bairro Lomba do Pinheiro tendia a diminuir a importância dada ao medo da violência. O mesmo ocorria com o bairro IAPI. Os dois possuíam características diferentes e, conseqüentemente, subvalorizam a questão da violência

¹⁷⁴ Entrevista concedida por Adilar Mistura de 1999 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Lomba do Pinheiro

¹⁷⁵ Porto Alegre, Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. *Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável da Lomba do Pinheiro: Construindo a Lomba do futuro*. Porto Alegre: 2003. pág. 38

por razões diversas. O IAPI manteve a configuração espacial e não experimentou a rotatividade de moradores. A Lomba do Pinheiro teve uma história de ocupação, organização comunitária e conquistas que fez com as pessoas que viviam lá, e foram entrevistadas, valorizassem o seu bairro e suas trajetórias nele. O que havia em comum entre eles, foi a busca dos moradores entrevistados em salientar as características comunitárias, a afetividade e o reconhecimento do vizinho, e a identidade com o bairro.

Essas entrevistas foram feitas para um órgão público. Isso deve ter limitado, em alguns momentos, a explanação mais livre sobre assuntos referentes à violência. Além disso, é possível que os moradores estivessem preocupados em apresentar aspectos positivos dos locais onde moravam. Mesmo assim, não deve-se desconsiderar essas falas. Muito mais do que uma máscara falsificando a realidade, os relatos salientam aspectos que os moradores queriam destacar e uma das formas de vivência do espaço habitado. Essa atitude demonstrava um cuidado com o bairro e um sentimento de apreço por ele.

As pessoas do IAPI e Lomba do Pinheiro não alegavam a perda da propriedade do território, desgraçado pela violência, pela descaracterização e pela desintegração. Já os habitantes da Restinga contavam uma história de exclusão e desenvolvimento do espaço habitado. Os relatos apresentavam pontos de vista divergentes no tocante à questão da violência. Não havia uma visão englobante que guiasse as narrativas em um só sentido. Alguns moradores construía um relato afirmando que houvera uma melhora na segurança do bairro com o passar do tempo, outros afirmavam o oposto.

O medo da violência aparentava estar mais controlado nos bairros mais pobres, isto expressa a relação com a própria violência. Ela foi considerada algo interno presente na sociedade. Isso, associado com o sentimento de propriedade do espaço, produziu uma sensação de segurança. Algo muito diferente do que ocorria nos bairros de classe média e alta, como será visto a seguir. Neles buscava-se a negação e o afastamento da violência. A violência devia estar concentrada nos órgãos de segurança e repressão do Estado. Esta atitude estava aliada ao sentimento de perda de propriedade do espaço público.

4. Capítulo III – Muros do Medo

4.1. Petrópolis e Bom Fim transformados pela elitização do espaço urbano

Com a abertura política, houve a extinção do BNH, mais por causa da crise econômica, que acompanhou o fim da ditadura militar, do que por interesse de diminuir a exclusão social na ordenação urbana. A inflação alta, a recessão e o desemprego minaram a principal fonte de recursos do Sistema Financeiro de Habitação, o FGTS. A Caixa Econômica Federal assumiu as atribuições do BNH, mas nenhum projeto de política habitacional foi desenhado pelo

primeiro governo civil. Sendo assim, os poucos projetos de moradia que restaram foram os municipais, que eram emergenciais, assistenciais e limitados.¹⁷⁶

O processo de segregação socioespacial em Porto Alegre na década de 1980 provocou a elitização da Capital, com o aumento de áreas de tipo superior. As elites se aglomeraram em zonas centrais e bairros nobres da cidade. No mesmo período ocorre o crescimento da “periferização da moradia de camadas populares [...] Em 1980 os moradores de áreas de tipo popular representavam 14,5% do total dos ocupados; em 1991 esse percentual é de quase 29%.”¹⁷⁷ No final da década, havia a separação social em espaços de moradia “relativamente homogêneos, especialmente os de tipo superior e operário tradicional.”¹⁷⁸ Para atender aos interesses de parte da população e, principalmente aos anseios das construtoras, foram feitas modificações no Plano Diretor.

Em 1987, durante a administração do prefeito Alceu Collares, foi proposta a alteração do plano de zoneamento implementado pelo Plano Diretor de 1979 em relação a vários bairros, incluindo, por exemplo, Bom Fim, Moinhos de Vento, Petrópolis e Rio Branco. O projeto de lei encaminhado pelo governo municipal foi votado em regime de urgência no plenário da Câmara de Vereadores de Porto Alegre e foi aprovado. A sessão foi realizada no dia 26 de junho de 1987 e durou 10 horas. Utilizei as atas desta sessão da Câmara na dissertação de mestrado de minha autoria *Transgressão do Bom Fim*, onde relatei o que segue:

Vereadores da oposição, como Antônio Hohlfeldt, do PT, acusaram a bancada do PDT de estar defendendo os interesses da especulação imobiliária e de não ter lisura no processo de votação do projeto, no intuito de aprová-lo rapidamente. Do outro lado, as críticas às alterações no Plano Diretor foram taxadas de antiquadas. O Líder do PDT na Câmara Cleom Guatimozim afirmou nesta sessão “Eu, por mim, tiraria, hoje, as vacas da Av. Borges e colocaria ali as residências do ser humano, a vida mais importante sobre o planeta terra. É o direito que o homem tem de habitar, de morar. E nós transferiríamos, então, a estância, para um outro lugar.”¹⁷⁹

¹⁷⁶ Brasil. *Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social*. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

¹⁷⁷ Fedozzi, Luciano Joel. Soares, Paulo Roberto Rodrigues. *Porto alegre: Transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles, 2015. pág. 167.

¹⁷⁸ Id.

¹⁷⁹ Pedroso, Lucio Fernandes. *Transgressão do Bom Fim*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2009. pág. 131 e 132.

Em muitos bairros onde não podiam ser construídos prédios com mais de seis andares. Após a alteração de 1987, foi liberada a construção de prédios com até 17 andares.

O centro histórico até o começo da década de 1980 concentrou as atividades comerciais, de prestação de serviços, políticas, financeiras e administrativas. A partir de 1960, “sofreu um intenso processo de verticalização e adensamento, quando então assumiu definitivamente suas feições metropolitanas.”¹⁸⁰ Por causa, principalmente, do Plano Diretor de 1959. As posteriores alterações no Plano Diretor, estimularam o aparecimento de novos centros e a distribuição das atividades típicas daquela parte da cidade para outros bairros. Para os já citados pesquisadores Fedozzi e Soares:

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA) [1979] de Porto Alegre estimulou as novas centralidades na metrópole, ao definir no “modelo espacial” uma cidade “policêntrica e descentralizada”, favorecendo os investimentos comerciais e de serviços nos “polos e corredores de comércio e serviços”, ou “corredores de centralidade” Fedozzi, Soares, 2015. p.58)¹⁸¹

Sendo assim, bairros que no passado foram prioritariamente residenciais, como o Petrópolis, Bom Fim, Rio Branco e Moinhos de Vento, por exemplo, abriram espaço para o comércio e prestação de serviços. Escritórios, bancos, lojas e outros tipos de estabelecimentos similares passaram a conviver com as antigas casas. Sucessivas liberações dos índices construtivos estimularam a valorização desses bairros, afastaram moradores mais pobres e alteraram as suas paisagens com novos empreendimentos imobiliários.

Além dos edifícios corporativos e centros empresariais, que estimularam a ampla valorização e investimentos por parte do capital imobiliário, grandes supermercados e shopping centers passaram a mudar a forma como as pessoas de classe média se relacionavam com o comércio e o entorno, valorizando o espaço e prejudicando o pequeno comércio. O primeiro shopping da cidade foi o Iguatemi, inaugurado em 1983 transformando a Avenida Nilo Peçanha num importante corredor de comércio e serviços de alto status. O segundo foi o Shopping Praia de Belas, inaugurado em 1991. Proliferaram-se os corredores comerciais como os da “Avenida Assis Brasil (zona norte), da Avenida Protásio Alves (centro-leste) e da Avenida Azenha (na conexão do centro com os populosos bairros populares da zona leste),

¹⁸⁰ Fedozzi, Luciano Joel. Soares, Paulo Roberto Rodrigues. Op. cit. Pág. 58

¹⁸¹ Id.

bem como outros corredores comerciais secundários, entre os quais se destacam o comércio especializado (autopeças, móveis, móveis de escritório)”.¹⁸²

No final da década de 1980, o mercado se torna o principal promotor das alterações da cidade, o Estado reduz a sua participação no financiamento da habitação e Porto Alegre passa por um período de poucas obras de infraestrutura de grande porte. Conforme o que argumenta o economista Pedro Abramo, na década de 1990, “o mercado ressurgiu neste momento como o principal mecanismo coordenador da produção de materialidades urbanas, ora pela privatização de empresas públicas, ora pela hegemonia do capital privado na produção residencial”.¹⁸³

As entrevistas para o *Memória dos Bairros* do Petrópolis foram realizadas no final do milênio, entre os anos 1999 e os anos 2001. O foco do presente estudo é o final dos anos 80 e os anos 1990. Porém, mesmo assim, as entrevistas apresentam informações importantíssimas sobre as trajetórias dos moradores e usuários do bairro ao longo de toda a segunda metade do século XX.

O bairro Petrópolis surgiu a partir Estrada do Caminho do Meio, atual Protásio Alves. A urbanização do local começou na virada da década de 1920 para 1930 com a venda de loteamentos implementada pela empresa Scilling, Kuss & Cia Ltda. A empresa preservou parte da paisagem rural, arborizou e ofereceu lotes para classe média, preferencialmente, mas também para camadas mais pobres. A partir da década de 1950 houve a expansão urbana, com o surgimento no Petrópolis de mais casas, estabelecimentos comerciais e pequenos prédios. Ao longo das décadas de 1960 e 1970 houve a valorização imobiliária dessa área que atraiu moradores mais de classe média e classe média alta. As alterações no plano diretor na década de 1980 verticalizaram as construções do bairro, alterando a paisagem urbana.¹⁸⁴ Atualmente o bairro conta com uma população de 38.155 moradores, de acordo com o Censo do IBGE de 2010, em uma área de 333 hectares localizada entre os bairros Santa Cecília e Santana a oeste, Bela Vista a norte, Três Figueiras e Chácara das Pedras a leste e Jardim Botânico a sul.

¹⁸² Idid. Pág. 59

¹⁸³ Abramo, Pedro. *A cidade com-fusa. A mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas*. In: *R.B. Estudos Urbanos e Regionais* v.9, n.2 / novembro 2007. pág.25

¹⁸⁴ Porto Alegre, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Cultura. *Memória dos Bairros: Petrópolis*. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2002.

As experiências dos habitantes do Petrópolis relatadas nas entrevistas do *Memória dos Bairros* narram essas grandes transformações espaciais. Os moradores apresentavam relatos diversos, mas o medo da violência foi destacado como um elemento essencial da sociedade no presente, final do século XX, sempre em contraste com um passado mais tranquilo. Isso ficará claro nas páginas a seguir.

O funcionário público Edegar Cristmann, morador do bairro Petrópolis que tinha 71 anos de idade quando foi entrevistado no ano de 2000, afirmou que:

Em casa não tinha esse troço de quinhentas fechaduras, era uma chavezinha e olhe lá, a porta dos fundos de casa, encostada... Depois dos anos 70 até aqui. Aí começou, aí começou, em 80 então aí... tumultuou tudo mais violento e agora, ultimamente, então, nem se fala. Os anos... na última década agora tu... não dá até para sair de casa. [...] evito sair de noite.¹⁸⁵

O senhor Rogério Morgariti, morador do mesmo bairro, entrevistado no mesmo ano, afirmou algo muito semelhante:

Naquela época havia aquela tradição do interior, as pessoas ficavam de dia ou de noite na frente das casas. A minha casa mesmo até ficava com a porta aberta. Não havia nenhum problema do ponto de vista da segurança, a evolução da cidade, o crescimento da cidade trouxe estes problemas e hoje acho que o problema da segurança do bairro é muito grande, muito grave mesmo. [...] acabei de contratar agora, embora as grades da minha casa tenham três metros e meio de altura, acabei de contratar mais umas grades.¹⁸⁶

Ambos moradores relataram que, no passado, Petrópolis fora um bairro sossegado, com características de cidades do interior, com pessoas ocupando as calçadas à noite e deixando as casas com as portas abertas, mas no presente era um local inseguro, no qual os moradores evitam os espaços públicos e preferem a segurança da propriedade privada. A ênfase no gradeamento das habitações foi comum nas falas dos dois entrevistados citados acima, assim como nas de outros moradores. Também há a ênfase na violência com algo descontrolado. Para o sapateiro Vincenzo Araragna, o bairro “era uma coisa assim bem social, que não se passava o que se passa hoje, porque hoje nem se pode sair de casa, né, porque é um perigo... isso aí, por isso que era uns tempos bons assim do bairro Petrópolis.”¹⁸⁷ O contraste entre o passado “bom” e o presente violento demonstra que havia entre os entrevistados a

¹⁸⁵ Entrevista concedida por Edegar Cristmann em 2000 ao Projeto Memória dos Bairros – Bairro Petrópolis.

¹⁸⁶ Entrevista concedida por Rogério Morgariti em 2000 ao Projeto memória dos Bairros – Bairro Petrópolis.

saudade de um lugar que apresentava características de cidade pequena, com relações cotidianas muito mais comunitárias entre vizinhos. Como afirmava a empregada doméstica Zélia Maria Ruth Ribeiro, que tinha 63 anos de idade quando entrevistada, “Naquela época a pessoa podia sair de noite, ainda mais nessa época de verão, era cheio de gente na frente, tomando chimarrão, não tinha negócio de assalto [...] agora tem que meter tudo para dentro da casa.”¹⁸⁸

Nas lembranças das pessoas que usaram as suas ruas, suas calçadas e seus demais espaços, o Petrópolis aparece como uma zona de contato entre amigos que moram próximos e convivem intensamente. As calçadas repletas de cadeiras desde agradáveis fins de tarde até tranquilas noites, onde vizinhos se encontravam para conversas calorosas regadas com chimarrão em um local tranquilo. Como relembra o advogado Salvador Rangel, de 70 anos de idade na época da entrevista, no ano 2000:

O bairro assemelhava-se muito com uma província do interior, porque o convívio familiar das pessoas era semelhante a minha terra, lá a minha cidade de Carazinho, uma cidade de porte médio, todas as pessoas se conheciam, porque havia um entrosamento, uma comunicação muito espontânea.¹⁸⁹

A imagem desenhada pela memória dos depoentes representa um lugar pouco urbanizado, com vegetação e casas. Neste ambiente quase bucólico, os seus habitantes - conforme afirmavam nas entrevistas - vivenciavam uma experiência de liberdade. Assim relembra o corretor de imóveis Edison Zálíg, que tinha 66 anos de idade à época da entrevista, “A nossa infância foi uma infância, digamos, assim de criança com liberdade, né, que hoje a gente tem os filhos, não tem essa liberdade, mas né tínhamos praça, tinha tudo, pra onde ir, e Petrópolis era mato, nós vínhamos caçar passarinho.”¹⁹⁰

Da mesma forma que existe nos depoimentos de história oral do *Memórias dos Bairros* a contraposição entre o passado seguro e o presente de medo no Petrópolis, também há o contraste entre um lugar semelhante a uma cidade interiorana no passado e um bairro densamente urbanizado no presente. O aumento na construção de edifícios altos aparece nos

¹⁸⁷ Entrevista concedida por Vicenzo Araragna em 2000 ao Projeto memória dos Bairros – Bairro Petrópolis.

¹⁸⁸ Entrevista concedida por Zélia Maria Ruth Ribeiro, em 2001 ao Projeto memória dos Bairros – Bairro Petrópolis.

¹⁸⁹ Entrevista concedida por Salvador Rangel em 2000 ao Projeto Memória dos Bairros – Bairro Petrópolis.

¹⁹⁰ Entrevista concedida por Edison Zálíg em 2000 ao Projeto Memória dos Bairros – Bairro Petrópolis.

relatos como uma preocupação tão grande quanto a apreensão com a violência. O advogado e presidente da Associação de Moradores do Bairro, Salvador Rangel, que tinha 70 anos quando foi entrevistado, respondeu a uma pergunta sobre o que havia mudado no seu bairro afirmando: “Edifício, só, né. Esses edifícios que tá tudo, agora, cheio.” Esta aflição com a transformação espacial do bairro pode ser percebida também na fala de Miron Cardoso Goydanish:

Era muito mais tranquilo, muito mais agradável [...] agora já perdeu um pouco a característica a Rua João Abott. Ela tem mais edifício, mais centros empresariais, que eles chamam, do que propriamente casas de moradia ou edifício residenciais, ela perdeu muita as características, mas quando viemos morar aqui não existiam edifícios na rua, então era só residências, então o pessoal ia para a calçada tomar mate, aquela coisa, a gurizada andava de bicicleta, era uma coisa muito tranquila, extremamente agradável e muito silenciosa.¹⁹¹

Um lugar tranquilo e agradável no passado é descrito pelas lembranças dos moradores do Petrópolis. Habitações no mesmo nível possibilitavam maior interação entre os moradores que confraternizavam no espaço público.

Figura 17: Fotografia do bairro Petrópolis 1955

¹⁹¹ Entrevista concedida por Miron Cardoso Goydanish em 2000 ao Projeto Memória dos Bairros – Bairro Petrópolis.



Fonte: acervo do Museu Joaquim José Felizardo.

A paisagem quase interiorana do passado do bairro demonstrada pelas falas dos moradores contrasta com a imagem de altos prédios que os cercavam quando entrevistados no final da década de 1990. Essas alterações do espaço urbano foram alardeadas tanto nesses relatos dos habitantes realizados no fim do século XX, quanto nos jornais do mesmo período:

Nos últimos dez anos, o bairro Petrópolis sofreu uma alteração em sua paisagem: as habitações horizontais deram lugar a prédios verticais. (...) Isso deve reforçar uma tendência na região, que é a de congregar imóveis residenciais, em especial os destinados à classe média. Entretanto, ocorre uma mudança no perfil das construções, área casarões começaram a ser substituídos por edifícios.¹⁹²

Figura 18: Fotografia atual do bairro Petrópolis

¹⁹²

Zero Hora. ZH imóveis. 3/06/2001. Págs. 1 e 2.



Fonte: Imobiliária Iper Imóveis. Disponível online em: <http://img.iperimoveis.com.br/i/vista-de-apartamento-com-2-dormitorios-no-bairro-petropolis-porto-alegre-regiao-nilo-pecanha-em-porto-alegre-imovel-monet-apartamento-no-bairro-petropolis-na-porto-alegre-regiao-nilo-pecanha-em-porto-alegre-4a23d1e52641607dfbbb7cb6416bff1-g.jpg> . Acessado em janeiro de 2018.

Nas imagens acima é possível ver as diferenças entre o Bairro Petrópolis em 1955 e na atualidade. Na primeira fotografia pode-se notar que o bairro era composto por casas e muito arborizado. Na esquerda, ao fundo, estão as residências de moradores mais pobres. Na direita, ao fundo, pode se ver mato e morro. Além disso, a paisagem do Petrópolis era bem arborizada. Na segunda fotografia é possível ver a profunda alteração que o bairro sofreu, com verticalização e construção de edifícios altos. O registro da segunda figura foi feito a partir da avenida Nilo Peçanha e mostra a área onde estavam localizadas as casas em primeiro plano da primeira fotografia.

As transformações urbanas, visualizadas nas imagens e percebidas pelos moradores estão ligadas ao processo de verticalização e adensamento populacional em curso em Porto Alegre desde 1970. As principais mudanças no Plano Diretor no intuito de liberar a construção de prédios em áreas de interesse para as construtoras datam da década de 1980. Em 1987, durante a administração Alceu Collares, como já foi comentado anteriormente,

estas alterações foram propostas em relação a alguns bairros, incluindo Petrópolis, Rio Branco, Bom Fim, Moinhos de Vento. O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de 1979 permitia edificações de no máximo quatro andares.¹⁹³ A partir das modificações do plano diretor propostas pela prefeitura e aprovadas na Câmara de Vereadores em 1987, foram permitidas construções de até 12 andares, alterando definitivamente a paisagem local.¹⁹⁴ As mudanças urbanísticas modificaram a própria relação do bairro com o resto da cidade. As obras de alargamento da avenida Protásio Alves auxiliaram na alteração do perfil do Petrópolis. A psicóloga e moradora do bairro Norma Rosito afirmou em 2000:

O Petrópolis é hoje um corredor de passagem. O que outrora foram pacatas e bucólicas ruas estreitas, se converteu em avenidas de grande circulação. Qualquer desses relatos parece-nos hoje algo distante ou inviável. Recordações de outros tempos, dos quais muitos têm saudade.¹⁹⁵

Esse tipo de narrativa, exaltando o passado e temendo o presente, não era exclusividade do Petrópolis. Para entender o fenômeno, é necessário compará-lo brevemente com outros espaços similares na cidade. No livro *Antropologia da e na Cidade*, as antropólogas Ana Luíza Carvalho da Rocha e Cornélia Eckert apresentam entrevistas nas quais moradores de outras localidades da Capital também revelam a vivência desse medo, como as do senhor Everton do bairro Centro, por exemplo, entrevistado em 1999:

Era uma beleza. Eu tinha um fusquinha que dormia na rua. Só pegava pra viagem. Não tinha problema nenhum, meus filhos brincavam na rua, passava bonde tipo gaiola, era um espetáculo. Aqui era uma rua bem vista. Perto da igreja, do Solar dos Câmaras, tradicional. Naquela época era bom mesmo. Eu cansava de sair ali passear no centro, olhar vitrine, de noite com a gurizada. Era um baita programa. Sem pensar em assalto nem nada. Agora é esse terror. Eu tinha dois empregos, andava de madrugada a pé, nada. Hoje só saio para passear no shopping. Tá vendo aqui? (mostra atrás das cortinas), tá tudo gradeado. Não tem mais condições.¹⁹⁶

Falas como essas foram recorrentes na pesquisa mencionada. Elas salientavam que no passado não havia uma ruptura entre o espaço privado e o público. Nesse tipo de relato, as

¹⁹³ Porto Alegre. Prefeitura Municipal. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Porto Alegre*. Secretaria do Planejamento Municipal. 1º PDDU. Lei Complementar 43/79. 4ª Ed. Corag, 1994. 428p.

¹⁹⁴ Porto Alegre. Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. *69ª Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Porto Alegre* – 26 de junho de 1987.

¹⁹⁵ Entrevista concedida por Norma Rosito em 2000 ao Projeto Memória dos Bairros – Bairro Petrópolis.

¹⁹⁶ Eckert, Cornelia. Rocha, Ana Luíza Carvalho. *Antropologia da e da Cidade: interpretações sobre as formas de vida urbana*. Porto Alegre: Marcavisual, 2013. pág. 115

peessoas ficavam mais na rua, as portas ficavam abertas. Não poder sair e viver preso em casa foram apresentados como sendo os principais problemas do presente. O mesmo pode ser percebido nas entrevistas cedidas por moradores do bairro Bom Fim ao Instituto Cultural Judaico Marc Chagall no final da década de 1980. O escritor e morador do Bom Fim Moacyr Scliar, um dos depoentes, avaliou os efeitos dessa preocupação com a segurança do final do século XX:

O Bom Fim sofreu os efeitos dessa transformação, que é vivida em todas as grandes cidades brasileiras, onde as relações interpessoais ficam muito prejudicadas pela questão da... Pelos problemas da segurança, pela forma de morar. [...] Hoje existe muito apartamento, com porteiro eletrônico. [...] Eu acho que o Bom Fim hoje é um bairro anônimo, um bairro incharacterístico.¹⁹⁷

Este relato, feito em 1991, uma década antes dos relatos dos moradores do Petrópolis, considera o bairro “incharacterístico”. Atribui os problemas de segurança não à recorrência de eventos violentos, mas às alterações nas formas de morar. O bairro que começou a ter ocupações residenciais a partir do começo do século XX, permaneceu apresentando características de cidade de interior até a década de 1960. A partir da década de 1970, vivenciou um aumento populacional e a partir da década de 1980, sofreu transformações urbanísticas que alteraram sua paisagem, como a construção de viadutos, de prédios altos e abertura de corredores de ônibus. Atualmente, a população do bairro Bom Fim está calculada em 9.450 habitantes em uma área de 0,38 km². Apesar de ser uma zona pouco populosa, é muito povoada, com uma densidade demográfica de 24.868,42 habitantes por km².¹⁹⁸

Lendo os depoimentos de moradores do Bom Fim ao Instituto Cultural Judaico Marc Chagall e do Petrópolis ao *Memória dos Bairros*, tem-se a impressão de que a cidade estava se tornando um local cada vez mais inseguro no decorrer da década de 1990. Moradores de bairros de classe média pareciam estar alarmados com a perda da cidade com a qual estavam acostumados.

Em entrevista concedida por Elmar Bones a mim em abril de 2009, para minha a dissertação de mestrado *Transgressão do Bom Fim*, o jornalista afirmou que os moradores do bairro Bom Fim não percebiam as transformações que estavam ocorrendo na cidade. Para o

¹⁹⁷ Scliar, Moacyr Jaime. ICJMC/Depto. de Memória. Porto Alegre, 06 de maio de 1991. Entrevista nº. 386. Pág. 09 e 11

¹⁹⁸ Dados do Observa POA, Porto Alegre em análise: Sistema de gestão e análise de indicadores. Disponível em: <http://portoalegreemanalise.procempa.com.br/?regioes=22,0,0>. Acessado em janeiro de 2018

entrevistado, o Centro estava saturado e muito caro, provocando a transferência de profissionais liberais e comércio para o Bom Fim. “O Centro estava transbordando para essas áreas”¹⁹⁹. Além disso, lembra Bones, havia a pressão do setor imobiliário para liberar certos espaços, “que tinham restrição de construção e restrição de uso, para ampliar os índices construtivos, adensar mais e permitir o uso misto, residencial e comercial”. Por isso, começaram a surgir empreendimentos comerciais e haver modificações no ambiente urbano que afetaram a vida comunitária que existia no bairro. Ainda de acordo com Bones,

Um bairro que tu saía à noite e era como se fosse uma cidade do interior. As pessoas estavam sentadas na calçada, tomando chimarrão com as cadeiras de palha. As mulheres com as crianças, com os carrinhos andando. Uma cidade do interior o interior do Bom Fim ainda nesse período. De repente começou a surgir essa aglomeração na Osvaldo Aranha.²⁰⁰

Residentes mais antigos do Bom Fim percebiam que não habitavam mais o mesmo espaço onde viveram sua juventude. Entrevistas feitas com moradores desses espaços desde o final da década de 1980 até o final da de 1990 descreviam um desconforto com as transformações urbanísticas. Em 1987, lamentava José Kinijnik, morador do bairro Bom Fim: "Hoje tu vê, hoje não tem uma casinha dessas que tenha ficado para história, tudo é edifício."²⁰¹

Nesses pouco mais de dez últimos anos do século XX, moradores dos bairros Bom Fim e Petrópolis buscavam no passado uma experiência urbana diferente da que viviam no presente quando foram entrevistados. A partir dos contrastes entre passado e presente apresentados por eles, é possível perceber quais são as suas ideias de o que era segurança e o que era violência. O comerciante Paulo Lara, morador do Petrópolis entrevistado no ano 2000, descrevia as brigas que ocorriam em sua juventude no bar não como algo violento, mas como uma prática normal entre os jovens da sua época.

Nós subia lá, nos apanhava, mas quando eles desciam aqui nós dava neles. [...] Tinha um pouco de violência, não assim exagerado, violência entre a bebida, os caras tavam jogando osso, sempre bebendo, aí se desentendiam. [...] Ali nós criamos 3 ou 4 gerações sem tóxico, depois é que começou a vir e hoje já domina uma parte.[...]

¹⁹⁹ Entrevista concedida por Elmar Bones ao autor em abril de 2009, para a dissertação de mestrado *A Transgressão do Bom Fim*, do mesmo autor. Elmar Bones é o editor responsável pelas publicações da *JÁ* Porto Alegre Editores. Trabalhou nos jornais *JÁ*, a partir de 1985, e *JÁ Bom Fim*, a partir de 1988.

²⁰⁰ Id.

²⁰¹ Kinijnik, José. ICJMC/Depto. de Memória. Porto Alegre, julho de 1987. Entrevista n° 021. Pág. 35.

Entrevistador: imagino que tenha sido um lugar calmo, né? Dormia de janela encostada... Paulo Lara: ah, sim, sim, era calmo [...] a única coisa que dava ali era briga de marido com mulher. [...] era brincadeiras sadias, não envolvia a gurizada com droga, ficava bêbado até dormir [...] Meu sogro [...] era daqueles faca na bota, então, se mexesse com um filho ou um parente dele, tu chamava, naquele tempo, a adaga comia.²⁰²

De acordo com sua fala, as pessoas com as quais Paulo convivia praticavam jogo do osso, uma atividade lúdica de azar, bebiam muito, brigavam e se esfaqueavam. Além disso, haviam muitas agressões no âmbito domiciliar. No entanto, aquilo não seria violência mesmo porque não envolvia drogas ilícitas, nem pessoas "barra pesada". Portanto, o medo da violência nesses bairros de classe média expõem duas ações diferentes concatenadas. Uma apreensão em relação à desintegração do espaço conhecido, pela modificação da paisagem e das formas de interação social no bairro, e a outra da segregação que escancarava e alimentava as desigualdades sociais. Muitos moradores do Petrópolis afirmam que uma ação positiva de combate à violência teria sido a retirada de vilas visceralmente inseridas no bairro até a década de 1970. "Não sei como foi o procedimento. Da prefeitura pra tirar aquele pessoal da vila ali, eu sei que saíram tudo de uma vez só [...] e agora ali então, quando tiraram aquela vila ali [...] construíram já três quadras de edifício", afirma o Padre Zeno Hastenteufel, morador do bairro Petrópolis, entrevistado no ano de 2000. Essas pessoas foram afastadas dessa região. Muitas foram para o bairro Bom Jesus e na área onde estavam suas casas foram erguidos prédios gradeados, com porteiros eletrônicos. Algumas dessas vilas são remanescentes de uma ocupação de população pobre, de maioria negra, que habitavam uma vasta área, até a década de 1960, chamada de Chácara. A Chácara ficava localizada na região onde hoje está a praça Carlo Simão Arnt – a praça da Encol, atualmente uma zona nobre que está junto a avenida Nilo Peçanha e do bairro Bela Vista.²⁰³ As vilas pobres do Petrópolis foram removidas na década de 1970 em razão da elitização do bairro.²⁰⁴

Também de acordo com o Padre Zeno,

Uma construtora compra uma ou duas casas, com enormes pátios, como eram a casa antigamente e constroem lá um edifício. De repente

²⁰² Entrevista concedida por Paulo Lara de Oliveira em 2000 ao Projeto Memória dos Bairros – Bairro Petrópolis

²⁰³ Correa, Mário Roberto Weyne. *Quilombos urbanos em Porto Alegre: uma abordagem histórica da titulação da Família Silva. [2003-2007]*. Monografia de Conclusão de Curso de Graduação em História. Departamento de História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010. Pág. 13.

²⁰⁴ Prefeitura Municipal de Porto Alegre. *Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis: Bairro Petrópolis*. EPHAC/SMC. 2013. Pág. 18.

sai uma família e voltam 100 famílias, 100 apartamentos. [...] Hoje nós vivemos um período de transição, duas realidades que se chocam, uma antiga e uma nova. A antiga é aquela dos moradores das antigas casas, porque Petrópolis até 30 anos atrás não tinha edifício, era tudo casas. Então estas casas, ainda têm restos, mas agora já convivendo com os espigões, com os novos moradores que vieram para os edifícios. E os que moram nos edifícios normalmente não são de Petrópolis.²⁰⁵

Muitas entrevistas salientavam que ao longo da década de 1980 houve a elitização do Petrópolis. Como afirmava a professora moradora do bairro Sandra Tarraco, que tinha 50 anos de idade quando entrevistada em 2000,

As pessoas passaram a não se conhecer. Primeiro porque foram morar lá e não conheciam a história do bairro, nem coisa nenhuma, segundo porque também vieram com uma coisa muito fechada, não sei donde vieram, mas vieram cheio de medo. [...] Então quem estava ali morando ali, perdeu muito daquela espontaneidade que havia antes. [...] uma vizinhança que se conhece, se cumprimenta, que se conhece e ali a mudança foi muito drástica, as pessoas não tem mais nenhuma ligação afetiva, sequer de vizinhança. É muito forte isto. Antes não era assim, antes todo mundo se conhecia, havia festa na rua, antes havia tudo isto que tem num lugar onde as pessoas respeitam mais o que nós somos. [...] na medida em que começaram a construir prédios, da altura que construíram, as pessoas começaram a ficar sem possibilidades, fechadas lá em cima.²⁰⁶

De acordo com esse relato, as pessoas não viviam mais as ruas, então as ruas não eram mais delas, elas não reconheciam as paisagens e as outras pessoas, por isso sentiam medo. Não estavam mais em um lugar acolhedor, estavam no lugar do outro, um lugar que não controlavam, um lugar com o qual não se identificavam plenamente. O sapateiro Vicenzo Araragna, em 2000, também concordava com a ideia de que morar em prédios afastava os vizinhos:

Dava para contar nos dedos, né as casas, hoje não dá mais, né? [...] Agora só tem edifício, né [...] agora tu não vê mais ninguém, foi tudo lá pra cima. [...] Quando chega a noite, a gente tem medo de chegar em casa, esses assaltos, essa violência agravando em todo o país, em todo o estado, inclusive aqui. [...] Então a gente fica com medo, porque tá uma escuridão e se presta muito para um bandido. [...] Nós temos porteiro eletrônico ali no edifício [...] divisão de grade de ferro lá em cima.²⁰⁷

²⁰⁵ Entrevista concedida pelo Padre Zeno Hastenteufel em 2000 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Petrópolis

²⁰⁶ Entrevista concedida por Sandra Tarraco em ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Petrópolis,

Para esses moradores a construção de prédios agravava o medo que sentiam do aumento da violência, pois as pessoas se afastam e precisam se gradear para se sentirem seguras.

No entanto, ainda havia moradias mais modestas no bairro e a opinião de seus habitantes eram parecidas, mas com algumas diferenças das dos outros moradores do bairro citados acima. A empregada doméstica Zélia Maria Ruth Ribeiro afirmava: “A única favela que tem aqui é a nossa que, graças a deus, somos todos honestos, tanto que o pessoal dos edifícios tudo conhecem a gente e confiam.” Ela também recordara como a construção de prédios alterou a paisagem: “72 por aí já começaram aqui na frente era só casa de madeirame, depois começaram.” Para Zélia, os assaltos não seriam algo que ocorria mais no bairro Petrópolis, “isso tem tudo que é bairro, tudo que é cidade, local, gente”.²⁰⁸

Outro conjunto de contraponto importante é a perspectiva que Policiais Militares, também entrevistados pelo projeto *Memórias dos Bairros*, apresentavam desses bairros. Enquanto os policiais que moravam e trabalhavam nos bairros centrais falam de diminuição dos índices de violência e criminalidade nesses espaços, os policiais dos bairros periféricos acusavam um aumento desses índices. "Houve uma melhora significativa com relação a questão do índice da criminalidade - que baixou em torno de 26% em três anos. De 1997 à 1999"²⁰⁹, afirmava o Capitão Julio César Peres, baseado em pesquisas usando o número de ocorrências em cada ano no bairro Petrópolis. Segundo ele, a maior parte das ocorrências eram de desordem: "Perturbação do sossego, brigas, desentendimentos, nada grave."

Desde a década de 1980, com uma profunda transformação em sua paisagem. Casas antigas cederam espaço a prédios altos e esse fenômeno foi sentido pelos antigos moradores. Essa transformação do espaço e a deterioração das relações afetivas entre a vizinhança foram citadas como os principais aspectos negativos do bairro Petrópolis no momento no qual seus moradores prestavam seus relatos ao projeto *Memória dos Bairros*

No entanto, no mesmo período, os moradores de bairros periféricos apresentavam impressões opostas em relação a esses fenômenos. Os relatos cedidos pelos habitantes da

²⁰⁷ Entrevista concedida por Vincenzo Araragna em 2000 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Petrópolis

²⁰⁸ Entrevista concedida por Zélia Maria Ruth Ribeiro em 2000 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Petrópolis

²⁰⁹ Entrevista concedida pelo Capitão da Brigada Militar Julio César Peres em 2000 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Petrópolis

Lomba do Pinheiro e Restinga ao *Memória dos Bairros* demonstravam um empenho em salientar, como características do bairro, relações sociais mais afetivas e integradas naquele espaço, assim como uma menor preocupação com a violência. Portanto, se torna indispensável a análise das formas de vivência do espaço para compreender o sentimento de segurança ou insegurança partilhado por seus usuários. Esses fatores estão atrelados às trajetórias dos indivíduos e dos grupos em cada bairro e às transformações urbanísticas impostas pelos centros de poder político e econômico.

4.2. Cristal enquanto um bairro heterogêneo e segregado

A partir dos anos 1990, ocorrem novos ciclos na economia do Brasil, com abertura do país ao mercado internacional e a busca pela estabilidade econômica, com o controle da inflação a partir da utilização da estratégia de âncora cambial. Segundo Fedozzi e Soares:

Este período, entre 1990 e 2003, quando predomina o modelo neoliberal no mundo, pode ser subdividido em três fases distintas: entre 1991 e 1994, quando se dá a transição para a estabilidade, na qual o PIB brasileiro evolui 2,1%; entre 1995 e 1999, quando se gesta uma política econômica com perfil ortodoxo, ancorada no câmbio e crescimento do PIB de 2,5%; e entre 2000 e 2004, com a manutenção da austeridade, a adoção de metas inflacionárias e reflexo no crescimento de 2,6% do PIB ²¹⁰

Uma das interpretações sobre o modelo de desenvolvimento implementado no Brasil no final do século XX afirma que se desenvolveu no país um *neoliberalismo periférico* marcado pela financeirização da economia. Neste processo aumentar-se-iam os gastos públicos e ampliar-se-iam os créditos estrangeiros ao governo. “A flexibilização permitiu a ampliação da política de proteção social do período de FHC, considerada limitada pelos seus fundamentos focalizados, e a adoção de uma política de valorização do salário-mínimo.” ²¹¹

A globalização dos mercados e da produção alterou a distribuição social na Região Metropolitana de Porto Alegre, mas, também, se mantiveram alguns padrões anteriores. As categorias sócio ocupacionais mantêm entre si um padrão relativamente homogêneo, levando em consideração o agrupamento em cada área. Sendo que os espaços do tipo superior e operário tornaram-se gradualmente mais homogêneos. De acordo com Fedozzi e Soares, no

²¹⁰ Fedozzi, Luciano Joel. SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Op. cit. Pág. 21

²¹¹ Figueiras, Luiz, Pinheiro, Bruno, Philigret, Celeste e Balanco, Paulo. *Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula* In: *Os anos Lula*. Contribuições para um balanço crítico 2003/2010. Rio de Janeiro, Ed. Garamond, 2010. pág. 37

importante trabalho *Transformações na ordem urbana*, nas duas últimas décadas do século XX,

A estrutura social da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) é essencialmente operária e média, sendo que em cada uma dessas categorias estão distribuídos 27% da população ocupada. Já os trabalhadores do terciário representam 32% dos ocupados (15% são do terciário não especializado). Ou seja, em 20 anos manteve-se um modelo de estrutura social, que não condiz com as tendências anunciadas pelas teorias da “*global city*”, de retração dos operários e das classes médias com dilatação das elites e subproletariados.²¹²

Ou seja, esse processo ampliou ainda mais a segregação social no espaço, que já vinha acontecendo de forma mais acelerada desde a década de 1960. As transformações que ocorreram estavam ligadas à abertura para o mercado externo e à “incorporação de novas tecnologias, especialmente nas grandes empresas estratégicas e de grande porte como o III Polo Petroquímico, a Refinaria Alberto Pasqualini, e a implantação e instalação da *General Motors*”.²¹³ Além disso, as mudanças econômicas mais gerais interferem na composição socioeconômica da cidade. Houve o aumento da participação dos serviços no PIB da metrópole. As análises do livro *Transformações na ordem urbana*, indicam que:

Em 1980 o setor industrial compreendia 33,33% da economia metropolitana, enquanto que os serviços compunham 65,90% do PIB. Para o caso específico de Porto Alegre, a indústria perfazia 21,62% do PIB municipal, e os serviços 78,25% do PIB em 1980. Excluindo-se Porto Alegre, a RMPA apresentava um perfil bem mais industrial com 49,46% do PIB na indústria e 48,99% nos serviços. Já em 2000 o setor terciário participava com 84,87% do PIB de Porto Alegre e 65,98% do PIB da Região Metropolitana e em 2010 esta participação passou para 84,36% em Porto Alegre e 67,14% na RMPA. Enquanto isso a participação da indústria no PIB da Região Metropolitana recuou de 33,43% (2000) para 32,20% (2012).²¹⁴

Esses índices demonstram como as mudanças de modelo econômico no período de abertura para o mercado globalizado produziram uma maior precarização do trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre. Estas transformações afetaram diretamente a distribuição dos espaços de moradia de acordo com as atividades profissionais e renda. Há nesse período o aumento dos espaços elitizados em certas áreas mais valorizadas e espaços de tipo popular abrigando trabalhadores da construção civil e do terciário não especializado,

²¹² Fedozzi, Luciano Joel. Soares, Paulo Roberto Rodrigues. Op. cit. Pág. 33

²¹³ Id.

²¹⁴ Ibid. pág 60

assim como, em menor número, trabalhadores de ocupações médias em regiões mais periféricas. São espaços com cada vez mais homogeneidade em cada nicho habitacional. Os espaços de tipo médio são os com maior heterogeneidade, mas com maior presença de ocupações de pequenos empregadores urbanos e dos trabalhadores do terciário especializado. Os pesquisadores do Observatório das Metrópoles afirmam no livro *Transformações na ordem urbana*, que:

Foram identificados os espaços segregados da região; o caráter e a importância do modo de inserção no mundo do trabalho e seus reflexos na constituição de espaços socialmente homogêneos; o papel do mercado imobiliário na indução para constituição de novos territórios urbanos segregados e fragmentados; o papel do Estado, ou sua ausência, na constituição de periferias urbanas carentes (territórios irregulares, com alta deficiência de serviços públicos – saúde, educação, transporte, infraestrutura básica, etc.).²¹⁵

Na década de 1990, portanto, pode-se notar, a partir de estudos do Observatório das Metrópoles e da Fundação de Estudos e Estatísticas (FEE), que houve maior transformação no perfil social médio. Ocorre também a ampliação de espaços do tipo superior, que até a década de 1980 estavam restritos a alguns poucos bairros centrais. Empreendimentos imobiliários agilizaram esta expansão com o surgimento de condomínios residências na Zona Sul da cidade e com o adensamento em alguns bairros onde foram erguidos prédios de alto padrão. Ao mesmo tempo, a periferia dilatou abrigando trabalhadores terciários não especializados e da construção civil. Como exemplos do tipo superior, são citados pelo levantamento os bairros Independência e Moinhos de Vento, Petrópolis, Mont’ Serrat, Bela Vista, Rio Branco, Santa Cecília e Higienópolis; como exemplos do tipo popular foram citados Agronomia, Lomba do Pinheiro, Restinga, Mário Quintana, Glória, Cascata, Belém Velho, Serraria e Hípica.

A urbanista Ermínia Maricato, que estuda a segregação social no espaço urbano, afirmou que, mesmo no final do século XX, as grandes cidades brasileiras ainda “refletem o processo industrial baseado na intensa exploração da força de trabalho e exclusão social”.²¹⁶ As conclusões que chegam os estudos sobre as mudanças na estrutura social de Porto Alegre apontam uma permanência na característica das divisões sociais do país, mas uma mudança na ocupação dos espaços, havendo maior segregação socioespacial. Como pode ser percebido

²¹⁵ Fedozzi, Luciano Joel. Soares, Paulo Roberto Rodrigues. Op. cit. Pág. 33

²¹⁶ Maricato, Ermínia Maricato. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade desigualdade e violência*. São Paulo: FAU/USP, 1995. p.21)

no estudo sobre os planos diretores de Daniel Todtmann Montandon e Alves dos Santos Junior:

A segregação socioespacial é a marca comum das cidades brasileiras, cujo modelo de expansão destina as periferias distantes e carentes ou as favelas à população de baixa renda. Assim, a tendência geral é de insuficiência no acesso à moradia digna, nomeadamente para os estratos mais pobres, o que, em geral, não se converte em ações concretas para o enfrentamento dessas situações, como se verificara na análise das práticas e políticas de habitação [...] A relação entre renda, déficit habitacional e inadequação por adensamento/infraestrutura se reproduz nos estados, onde os mais pobres respondem normalmente pelos piores desempenhos.²¹⁷

As cidades no Brasil estão crescendo desde a década de 1980, pelo menos, de forma difusa e segregada. De acordo com o historiador Francisco de Assis da Costa, que estudou a relação entre violência e espaço urbano em Salvador no final do século XX: “A circulação e interação entre diferentes classes sociais foram minimizadas e a segregação territorial fragmentou a cidade através da construção de bairros fechados e centros especializados em comércio.”²¹⁸ A urbanista Ana Maria Moyá Pellitero, que estudou como as mudanças na paisagem urbana afetaram a relação dos habitantes com a cidade, também defende essa ideia. Para a autora, no final do século XX, a sociedade ocidental, principalmente na América, priorizou o espaço privado em detrimento ao público, cresceu o número de condomínios e shoppings centers. A paisagem diversa de uma cidade viva e pulsante está bruscamente se transfigurando em uma repartição de espaços isolados por grades. De acordo com Ana Maria Moyá Pellitero, “a sociedade dos anos 90 está experimentando estranheza no espaço social habitado. Esse espaço conhecido se transforma em anormal, alheio e desconhecido, porque o observador sente temor e receio frente ao que o rodeia”.²¹⁹

Tem se formado nas grandes capitais brasileiras um padrão de segregação social que a socióloga e urbanista Teresa Pires do Rio Caldeira chama de “enclaves fortificados”. São espaços privatizados, fechados, monitorados, para residência, consumo, lazer e trabalho. Dessa forma o espaço público tradicional - as ruas - é abandonado para os pobres,

²¹⁷ Montandon, Daniel Todtmann, SANTOS JUNIOR, Alves dos (orgs.). *Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas* / Orlando – Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011.pág. 106

²¹⁸ Costa, Francisco de Assis da. *O lugar da violência. Tipologias urbanas e violência* em Salvador. In: Cadernos PPG-AU/FAUBA – Vol.1, n. 1. Salvador: EDUFBA, 2003. págs. 146 e 147

²¹⁹ Moyá, Ana Maria. *Persepção Del Paisaje Urbano*. Madrid: Biblioteca Nueva 2013. Versão Kindle, posição 470. Tradução do autor

“marginalizados” e sem-teto.²²⁰ Esse é o projeto de gestão do espaço que tem sido também imposto a muitas áreas de classe média e alta de Porto Alegre. A segregação impede a interação entre estranhos e a integração da diversidade no espaço urbano. Ainda segundo Caldeira,

Estão todos comprometidos numa cidade de muros. As pessoas se sentem restringidas em seus movimentos, assustadas e controladas; saem menos à noite, andam menos pelas ruas, evitam as “zonas proibidas” que só fazem crescer no mapa mental de qualquer morador da cidade, em especial no caso das elites. Os encontros nos espaços públicos se tornam a cada dia mais tensos, até violentos, porque tem como referência os estereótipos e medos das pessoas. Tensão, separação, discriminação e suspeição são as novas marcas da vida pública.²²¹

O processo de construção de muros afeta todos os tipos de espaços na cidade. Reforça as fronteiras e desencoraja os encontros heterogêneos.

Uma característica das grandes cidades é a transformação. Porto Alegre está mudando e se redefinindo constantemente. Nas últimas décadas do século XX, pode-se constatar um grande aumento populacional na cidade, o que provocou profundas alterações urbanísticas. Muitos bairros perderam parte significativa de suas características de vida social comunitária e de uso predominantemente residencial. As transformações urbanísticas em Porto Alegre ocorridas a partir da década de 1970 provocaram problemas de cidades grandes: pobreza, desigualdade econômica e social, individualismo, perda dos laços associativos, crimes. De acordo com Marlise Giovanaz, em pesquisa sobre preservação patrimonial em Porto Alegre: “Zonas que anteriormente sediavam bairros residenciais, formados fundamentalmente por casa e sobrados passaram, na década de 1970, por um processo de verticalização”.²²²

O Cristal é um bairro que fica na Zona Sul de Porto Alegre. Esse espaço ocupa atualmente uma área de 270 hectares e possui uma população de 19.225 habitantes segundo o Censo do IBGE de 2010. A região na qual o bairro Cristal surgiu abrigou, anteriormente a sua ocupação urbana, uma área rural onde haviam sítios produtores de leite. O primeiro impulso para o desenvolvimento da área era a construção de uma hospedaria para imigrantes em 1891,

²²⁰ Caldeira, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000. pág. 211

²²¹ Ibid. pág 301.

²²² Giovanaz, Marlise. *Preservação Patrimonial em Porto Alegre (1960-1979)*. In: Krawczyk, Flávio. *Da Necessidade do Moderno: O Futuro da Porto Alegre do Século Passado*. Porto Alegre: Unidade Editorial SMC, 2002, p 146.

de acordo com Sérgio da Costa Franco. A partir da década de 1930, a implantação do Hipódromo auxiliou no processo de urbanização do espaço. De acordo com documentos da SMOV, o primeiro loteamento do terreno foi aprovado em 1938.²²³ Mas até a metade do século XX, como lembra a moradora Marlene Azevedo, que tinha 53 anos de idade quando foi entrevistada em 1998, o Cristal era basicamente rural,

Eu vim morar em chácara. Aqui era fruta, meu pai plantava verdura também. [...] aqui o pessoal [...] se visitavam uns aos outros e dava até casamento. [...] o bairro aqui tinha muito pouca gente, muito mato. [...] Mas o Cristal vinha praticamente até a Faixa Preta aqui, onde se chama hoje Campos Velho.. o mais era tudo um descampado total. Essa lomba que a gente sobe, a Lomba do Asseio tinha uma ou duas casas. [...] a ocupação é coisa de cinquenta anos atrás.²²⁴

Nesta fala, a entrevistada salienta que havia poucas pessoas no local no passado e que a parte urbanizada era limitada. Apesar de tão pouco urbanizado, o bairro já atraía alguns moradores desde o começo do século, mas principalmente a partir da década de 1960. Os residentes mais antigos relataram que o espaço era um local agradável para encontros. Na fotografia abaixo pode se notar que a área era pouco ocupada no final da década de 1950. Havia muitos campos abertos ainda.

Figura 19: Fotografia aérea do bairro Cristal em 1958



Fonte: acervo Museu Joaquim José Felizardo

O bairro Cristal sofreu um grande aumento populacional apenas a partir da década de 1970 e um intenso desenvolvimento urbano a partir da década de 1980, com a construção de condomínios e prédios. Quando houve a expansão da infraestrutura, cresceu também o interesse da construção civil. O aumento de investimentos trouxe o questionamento das ocupações irregulares. Com o passar dos anos, acentuou-se nesse espaço evidente desigualdade social. De acordo com as matérias de jornal e os depoimentos analisados na presente pesquisa, nota-se que ao longo das últimas duas décadas do século XX cada vez mais residências de classe média passaram a conviver com casebres de vilas que aumentaram em quantidade no final do século XX. Em matéria do jornal *Zero Hora*, havia a seguinte descrição do bairro Cristal:

O bairro é heterogêneo. Junto a residências confortáveis, erguem-se inúmeras vilas, de precárias condições, como a Vila Estaleiro, a Campos, a Cristal, a Pedreira e as cercanias da Vila Cruzeiro do Sul. [...] Por isso, os principais problemas do Cristal são de saneamento básico e de segurança pública. Muitos são os assaltos, até de dia, devido ao pouco policiamento.²²⁵

Neste trecho desta matéria claramente se associa a violência aos moradores mais pobres do bairro. Além disso, afirma que o Cristal é caracterizado pelas moradias de classe média e que as vilas e casebres são exógenas e não normais para o padrão do bairro.

Para o bairro Cristal, assim como para outros bairros, a única forma de poder reivindicar melhores condições de vida era a organização em associações. Os moradores criaram a primeira associação do bairro para exigir energia elétrica em 1971: a Sociedade Amigos do Cristal, SAC. Ao longo dos anos essa associação serviu como instrumento político dos moradores mais antigos para exigirem melhorias para o bairro.²²⁶

²²⁵ *Zero Hora*, terça-feira, 31/10/89. Pág. 6

²²⁶ Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Secretaria Municipal da Cultura. *Memória dos Bairros. Cristal*. Porto Alegre: SMC, 2003. Págs. 99 à 101

Na década de 1980 alguns moradores, que não se sentiam representados pela SAC, criaram várias outras associações de vilas menores dentro do bairro Cristal.²²⁷ De acordo com o que afirmam alguns moradores entrevistados, em 1984 surgiu a associação União Amigos do Verde, UNAVRE, para trabalhar com a comunidade menos favorecida e para resgatar uma parte verde do bairro que ficaria entre a Av. Capivari e a Av. Taquari. Conforme afirmam várias entrevistas, diferente da Sociedade Amigos do Bairro Cristal, a UNAVRE tinha como meta trabalhar com a questão ecológica das vilas Cristal, Campos do Cristal, Vila Estaleiro Só e mais algumas que faziam parte da grande Cruzeiro.

A moradora Adair Maria Villa Nova participou de movimentos sociais comunitários no bairro. Era funcionária pública e tinha 58 anos quando foi entrevistada em 2001. Segundo ela, a intenção da UNAVRE era promover a integração das vilas e a comunidade do bairro. Além disso, utilizar a questão ecológica como vetor unificador. Para a entrevistada, a SAC representava mais a classe média e a UNAVRE preocupava-se em dar voz às comunidades mais pobres do bairro e mediar discussões entre a SAC e esses grupos mais desfavorecidos. Uma das principais lutas da UNAVRE foi a busca pelo estabelecimento de serviços básicos, como a implantação de postos de saúde e escolas. Afirma Adair,

Inicialmente nós tivemos a luta para preservar essa área que foi o ponto de partida, e depois tivemos que lutar em favor da praça Alexandre Zachia que na verdade havia disposição de uma minoria de colocar nessa praça uma igreja e nos priorizamos para que essa praça ficasse aberta a comunidade sendo ali a pouca área de lazer para as crianças.²²⁸

Neste depoimento, há a expressão da preferência de alguns moradores por espaços públicos abertos, em contraposto ao interesse na construção de prédios e espaços privados fechados. De acordo com relatos de outros moradores, outras áreas de lazer, ou que poderiam vir a se tornar áreas de lazer, também foram apropriadas para construção de prédios ao longo da década de 1980. Como afirma, por exemplo, Reinaldo Ignácio Adams, nascido em 12 de abril de 1936 e entrevistado em 2001,

Olha, na época[...] uma das grandes reivindicações era [...] manter e fazer uma praça. Isso foi em oitenta e pouco, 82, 85, [...], Aquilo era uma chácara, [...] um quarteirão inteiro. Fica ali do lado da figueira. E a gente lutou muito par tentar transformar aquela chácara numa praça,

²²⁷ Id.

²²⁸ Entrevista concedida por Adair Maria Villa Nova em 2001 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Cristal

numa área de lazer pra comunidade, e não conseguimos. Uma empresa entrou lá que comprou aquela área [...] aqueles quatro espigões que eles construíram lá em cima [...] aquela área que nós queríamos preservar, [...] é uma área histórica, [...] Então se lutou para manter aquela área como área de lazer. E paciência, se perdeu. Essa foi uma das maiores reivindicações, nós lutamos [...] por vários anos pra conseguir [...] e não conseguimos nada [...] o poder econômico.²²⁹

A partir da luta da UNAVRE pela preservação de espaços públicos e do meio ambiente, ocorreu o trabalho de conscientização dos moradores para que não jogassem lixo no valão, conforme informam os entrevistados. A entidade buscou apoio dos pequenos comerciantes para que fornecessem sacos de lixo aos moradores mais pobres e com isso também fazer a integração desses pequenos empreendedores do bairro e a comunidade mais carente. Segundos esses relatos, a partir de uma política ecológica, a associação buscou fazer um trabalho de resgate da cidadania, com cadastramento de famílias carentes. Três moradores afirmaram em entrevista que por trás da luta pelo meio ambiente havia também uma estratégia bem clara de lutar por moradia, porque as casas em áreas de proteção ambiental não sofriam restituição de posse, pois não ocupavam terreno privado. Normalmente, segundo esses depoentes, o município buscava realocar esses moradores em outras áreas, principalmente após o Partido dos Trabalhadores assumir a Prefeitura, como afirmava o policial Marco Antônio Dilly, um desses três entrevistados em 2001:

Estamos dentro daquele projeto ambiental e nos temos grandes chances de regularizar aquela área por ela ser do município, ela não é particular, então o município ele tem a boa vontade junto com a reivindicação das comunidades para enquanto que as comunidades solicitarem brigarem e reivindicar a sua cidadania naquele local. O município, ele compactua com esse tipo de política e isso é bom para nós.²³⁰

Essa fala ressalta que havia sintonia política entre o entrevistado e o poder público municipal. A luta das associações de bairro almejava uma melhor qualidade de vida da comunidade carente do bairro. Para Adair Maria Villa Nova, o principal problema dessas famílias pobres era a falta de moradia e saneamento. Além disso, havia baixa frequência de escolaridade e altos índices de desemprego. Em nenhum momento da entrevista a entrevistada aponta a questão da violência como o principal problema dessas vilas. Para a entrevistada, a SAC reivindicava, por representar a classe média, a retirada de vilas, enquanto outros

²²⁹ Entrevista concedida por Reynaldo Adams em 2001 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Cristal

²³⁰ Entrevista concedida por Marco Antônio Dilly em 2001 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Cristal

agrupamentos comunitários de vilas menores buscavam a integração. Segundo a moradora, em 1986,

A escola foi a luta mais ferrenha que nos tivemos [...] [A escola Eliseu Paglioli que seria anexada a escola Loureiro da Silva, ela teve uma discriminação muito grande por parte da classe média do Cristal, essas pessoas chegaram a pregar isso, não só a minha palavra e também temos recortes de jornais [...] onde predominou o preconceito na verdade. [...] não queria uma escola de deficientes próxima a suas residências.²³¹

Neste relato é possível notar a percepção da entrevistada sobre a segregação social no bairro Cristal e a distinção feita por moradores entre grupos sociais diferentes: classe média e pobres. Com o aumento populacional e o surgimento de cada vez mais ocupações irregulares, o bairro tornou-se mais heterogêneo. A luta por habitação e qualidade de vida, estava conectada às lutas ambientais e também políticas mais amplas, no contexto de abertura política da década de 1980. Como lembrava o morador Joel Lima Farias, nascido em 21 de abril de 1962, entrevistado em 23 de novembro de 2001

Aí surgiu aquela luta contra a ditadura que a gente queria participar da independência das associações, a gente já queria mais era sair pra rua junto com os movimentos da União de Vilas.; participei junto da União de vilas da grande Cruzeiro do Sul, que, na época o Cristal fazia parte da Grande Cruzeiro, era uma união de Grande Cruzeiro, Glória e Cristal, aí começou a surgir dentro das comunidades uma luta pra se criar uma união de vilas, na qual a gente ia ter mais força pra poder lutar contra o regime. Era um regime meio fascista... então, nós começamos naquela época a visitar as prefeituras, a visitar os palácios, na época, até as pessoas não deixavam nem nós entrar, nós éramos barrados, pelo aparato policial e aí a gente até invadiu a prefeitura de Porto Alegre, na época do prefeito João Dib, do prefeito ali. Nós invadimos a prefeitura, porque ele não queria ter uma audiência com nós, porque ele não aceitava o movimento organizado.²³²

Para o morador, a luta das associações de bairro eram indissociável das lutas por liberdade política. Era não apenas a busca por melhores condições de vida para os moradores mais necessitados do bairro, mas uma batalha por maior espaço político para as pessoas pobres das vilas de Porto Alegre.

Seguindo esse caráter heterogêneo e a expansão urbana, o bairro apresentou o aumento de investimentos imobiliários para diferentes públicos. No final da década de 1970,

²³¹ Entrevista concedida por Adair Maria Villa Nova em 2001 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Cristal

²³² Entrevista concedida por Joel Lima Farias em 2001 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Cristal

construíram-se conjuntos habitacionais destinados ao público de baixa e média renda. A partir de 1960, houve mais loteamentos e na década de 1970, construíram-se vários edifícios. Como podemos ver nesta notícia do jornal *Folha da Tarde*

Quem tem uma renda mínima de CR\$ 9.017,00 pode se inscrever para aquisição de moradia no Instituto Nacional de Orientação às Cooperativas Habitacionais do Rio Grande do Sul (INOCOOP-RS) através do plano de Cooperativa Habitacional do Cristal, que implantará um conjunto de 1845 unidades residenciais nas proximidades do Hipódromo do Cristal. As unidades serão distribuídas em três núcleos, sendo que o primeiro terá 548 apartamentos e já foi aprovado pelo Banco Nacional de Habitação, tendo sido o contrato de financiamento assinado ontem à tarde. As unidades deverão ocupar uma área de 180 mil metros quadrados, entre as ruas Coronel Massot, Campos Velho e Xavier da Cunha. O empreendimento, que está a cargo da Construtora Cristal Sociedade Anônima, destina-se à população de menor renda.”²³³

Uma região que estava valorizando começou a receber empreendimentos que atraíam moradores mais pobres. A SAC se mobilizou contra a construção dos conjuntos habitacionais populares. A implantação de moradias populares e o aumento populacional do bairro provocou a mobilização de moradores para diminuir o impacto populacional. O jornal *Folha do Cristal* noticiou esta mobilização da SAC,

Espigões, Zona sul assume posição conjunta: Os moradores da Zona Sul continuam preocupados com o grande impulso de construções, observando-se que, dentre os conjuntos habitacionais, sobressai o erguimento de imensos blocos chamados em linguagem popular e jornalística de espigões, sem que haja a correspondente infraestrutura para suportar tamanha concentração humana. Recentemente no dia 16 de março passado, reuniram-se no Salão Paroquial de Igreja Nossa Senhora das Graças, da Tristeza, os representantes de diversas entidades de bairros da Zona Sul, a fim de traçarem um plano de ação que possa sustar a arremetida desse desenfreado desenvolvimento imobiliário, não por preconceito contra esse tipo de habitação ou de seus ocupantes, mas exclusivamente pela razão acima caracterizada [...] Após três horas de estudo e debates os moradores chegaram a um consenso, ficando acertado com os vereadores que o vice-presidente da câmara, Sr Geraldo Brochado da Rocha. Formularia um pedido de providências ao Executivo Municipal sobre todos os projetos de construção que transitam na SMOV desde a vigência da Lei anterior ao Plano Diretor de desenvolvimento Urbano.²³⁴

²³³ *Folha da Tarde*, 24 janeiro de 1979

²³⁴ *Folha do Cristal*, Ano II n° 3 Março /Abril p.3. 1990

Nesta matéria há uma clara crítica à construção de prédios altos no bairro e à falta de infraestrutura no local. O texto demonstra que existiam muitos moradores que não concordavam com a descaracterização do espaço que habitavam. Alguns moradores afirmavam que a SAC mobilizou-se contra os conjuntos habitacionais populares nesse momento, mas incentivou e se manifestou a favor da construção do shopping center e de outros grandes empreendimentos imobiliários posteriormente. Para o policial militar Marco Antonio Dilly, que morava em uma área de ocupação irregular, a história do bairro Cristal, principalmente no tocante à questão da moradia, é uma história de embate entre classes,

No bairro Cristal a gente conseguiu vários avanços em cada vila. Mas eu vejo ele como uma briga entre a classe burguesa e a classe operaria, porque o bairro cristal esta começando a ter, as imobiliárias estão entrando com tudo porque vai ser um bairro nobre daqui a uns anos, e a gente está sentindo isso, a briga que a gente tem que ter com esses empreendimentos que vem e a dificuldade as vezes que o governo até tem com que eles cumpram os contratos. Então é feito um contrato entre o governo e a comunidade cobra isso, então nos estamos vendo assim para o bairro Cristal uma projeção de futuro boa. Só que nos queríamos que essa projeção de futuro boa não fosse só para a burguesia. Que fosse também para as comunidades carentes das quinze vilas que nos temos aqui. É para isso que a gente está no conselho, é por isso que os delegados estão, é por isso que os moradores estão: é para tentar conseguir fazer com que haja um equilíbrio entre a burguesia e a classe popular. Fazer com que a burguesia enxergue a classe popular sem preconceitos, dentro dos seus limites, dentro dos seus apartamentos. É uma classe diferente dela tem os seus problemas, é uma classe sofrida.²³⁵

Nesta entrevista, o morador defende que as transformações do bairro favoreceriam apenas os moradores de maior renda e prejudicariam os moradores mais pobres. A partir desta citação é possível notar que o aumento do interesse das construtoras pelo bairro acirrou as tensões entre os moradores mais pobres e os de classe média alta. Ativistas que lutavam pelas causas das comunidades carentes acusavam moradores de maior renda e as construtoras de tentarem expulsar os moradores mais pobres do bairro. Joel Lima Farias, técnico em enfermagem que tinha 38 anos quando foi entrevistado em 2001, afirmou,

Eu sei que eles não querem vila próximo do Cristal, né. Isso a gente já sabe. Me dou com muitos corretores de imóveis, pessoas que sabem, os corretores de imóveis, eles sabem de todos projetos que vai sair, ter num bairro, né. Até porque eles têm que vender, a ideia é vender.. Então eu conversei com uma pessoa ele me disse : “olha, essa pessoa

²³⁵

Entrevista concedida por Marco Antônio Dilly em 2001 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Cristal

faz parte desses projetos aí, dessa coordenação e não defende vocês das vilas porque eles querem ver as vilas longe do Cristal. De fato, a gente vê que muitas vilas do Cristal estão sumindo, de vilas até que fazem parte do Cristal, da História do Cristal, né. Queira ou não queira, mas... são vilas antigas, né. Que eu acho que tem que se preservar as vilas porque... né, precisa das vilas. Assim como existe os capitalistas, as pessoas de dinheiro. Claro eles tem que ter o espaço deles, mas nós viliros também precisamos do nosso espaço porque nos damos a mão de obra pra esses caras né. Quem é que presta serviço pra eles, não são nós temos que estar próximos deles... nós precisamos do dinheiro deles e eles precisam do nosso serviço, que é a dona de casa, que é o pedreiro, o jardineiro, né, esses caras prestam serviços pra essas pessoas.²³⁶

Nesta fala também existe a defesa de que as transformações na paisagem urbana do bairro ampliavam tensões entre classes. Quanto mais crescia o bairro, mais se acirravam os ânimos e os moradores mais pobres começaram a ser estigmatizados como agentes da criminalidade crescente do Cristal. O tráfico de drogas que ocorria nas partes mais pobres do bairro passou a ser visto como a principal causa da violência da região. Mesmo assim, a população do bairro crescia, tanto com pessoas menos favorecidas quanto com pessoas mais favorecidas. Na imagem abaixo, é possível notar a heterogeneidade urbanística do bairro e a transformação da paisagem urbana em comparação à fotografia anterior.

Figura 20: Fotografia aérea do bairro Cristal no presente



Fonte: Imobiliária Betilar. Disponível em <http://www.betilar.com.br/357012/detalhe/54016191/sala-comercial-cristal-porto-alegre-rs>.

²³⁶

Entrevista concedida por Joel Lima Farias em 2001 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Cristal

O aumento urbanístico do bairro, que começou com a construção de conjuntos habitacionais de baixa e média renda, trouxe uma ampliação de serviços na região que abriram espaços para empreendimentos da construção civil que atendiam ao público de maior renda. Ao contrário do que aconteceu em relação aos conjuntos habitacionais populares, esses empreendimentos foram celebrados e não criticados. Tanto a SAC, de acordo com alguns moradores, quanto jornais de grande circulação, como poderá ser visto em matérias citadas a seguir, apoiaram a construção de um shopping center ao lado do Jôquei Clube na segunda metade da década de 1980. Entretanto, havia alguns infortúnios para os investidores. O primeiro e mais complexo era as determinações do Plano Diretor que previam o uso público daquela área. O segundo foi o fato de 400 famílias ocuparem o terreno cobiçado para o empreendimento. A estratégia adotada por matéria do jornal *Correio do Povo* para defender a construção foi afirmar que o centro comercial seria a solução para os problemas relacionados à violência no Bairro. O texto começava denunciando o aumento da violência,

No Cristal ninguém está seguro. Os assaltos e arrombamentos fazem parte do dia a dia de cada morador e as histórias de violência são comuns. O esquema de segurança das casas é rígido. Elas são cercadas por muros altos com três ou quatro andares de arame farpado. Colocados sobre cacos de vidro. Quando o prédio não é murado, recebe cercamento com grades de ferro pontiagudas. Em qualquer uma das opções os portões têm porteiros eletrônicos ou sistemas de alarmes mais sofisticados. Os terrenos de alguns edifícios também são murados ou cercados por grades ²³⁷

Nesta citação a violência é caracterizada como um dos piores problemas do bairro. A abordagem do texto é alarmista e salienta as estratégias de segurança adotadas pelos habitantes do local, como o muramento e o gradeamento. O cenário é retratado como repleto de grades e objetos cortantes buscando evitar a invasão. A segurança oferecida pelos modernos sistemas de seguranças dos edifícios também é salientada. Na mesma matéria, o jornal afirma que a construção do centro comercial pode ser uma solução para a violência. No entanto, dever-se-ia modificar o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, PDDU, que, desde 1979, caracterizava a área como sendo funcional de interesse público, não permitindo edificações deste tipo.

O executivo formulou um Projeto de Lei que autorizava a instalação de um shopping na área cogitada mediante alteração do plano diretor [...] A SAC, assim como a comunidade em geral é favorável ao Shopping Center. A área em frente ao Jôquei não apresenta a melhor das

²³⁷

paisagens. Antes dos nossos olhos chegarem ao Guaíba, existe uma faixa de terra tomada por aterros, barracos, botecos e um matagal que já se transformou num banhado com uma fauna característica.²³⁸

Este trecho de matéria do jornal deprecia as moradias mais pobres. Barracos, botecos e matagal caracterizam para a publicação uma paisagem desagradável. Para modificar este ambiente a matéria defende a instalação de um shopping center. Apesar das leis municipais e dos interesses dos moradores mais pobres, tanto o jornal quanto a SAC, conforme indicava o jornal *Correio do Povo* e alguns moradores em entrevistas, defendiam o empreendimento com o argumento de que poderia ser a melhor forma de barrar o aumento da criminalidade do bairro. O jornal *Zero Hora* afirmava algo semelhante em matéria publicada também no final da década de 1980,

Existem casas de boa qualidade e conjuntos residenciais de diversos padrões, que servem moradia para famílias de classe média, mas estes prédios confortáveis e modernos estão cercados por áreas marginalizadas, inclusive a mal afamada vila Cruzeiro do Sul, onde a população de trabalhadores da construção civil e empregadas domésticas convive com os piores elementos do submundo de Porto Alegre que impõe a sua maneira de viver. [...] o Cristal, no entanto, apresenta condições ótimas de desenvolvimento. O surgimento de novos projetos da construção civil, um aproveitamento ainda maior da área utilizada pelo Joquei clube, são patamares dos quais se pode partir para uma ampla valorização do bairro. Aliás, já há alguns empreendimentos comerciais importantes na área e muitos projetos, esperanças que são para os moradores do Cristal de que em pouco tempo, com a ação necessária por parte do poder público municipal e das autoridades da segurança pública o bairro atinja aquele padrão de qualidade de vida almejado por todos.²³⁹

O periódico *Zero Hora* também argumentava que novos edifícios e outros tipos de construções melhorariam o bairro, substituindo as vilas estabelecidas naquela região onde se pretendia naquele momento construir um shopping. Às casas de classe média e aos prédios são atribuídos valores positivos, enquanto as moradias dos mais pobres são associadas à criminalidade.

A área onde ocorreria a construção do shopping já era visada por inúmeros empreendimentos imobiliários que começaram a surgir no bairro. Como demonstrava o jornal *Zero Hora*,

²³⁸ Id.

²³⁹ *Zero Hora*, terça-feira 31/10/89. Pág.6

Parceria do MERCOSUL ergue prédio na Capital: Empresários argentinos e gaúchos lançam empreendimento residencial na capital [...] O resultado é o lançamento do residencial Plaza Cristal, um conjunto de 15 torres e um total de 420 apartamentos de 2 e 3 dormitórios localizado na Avenida Campos Velho esquina Rua Xavier da Cunha no bairro Cristal. Os apartamentos começam a ser vendidos nesta semana [...] o investimento para a execução do projeto está estimado em 15 milhões de dólares.²⁴⁰

A construção de novos prédios era celebrada nesta citação. A imprensa, alguns moradores e o poder executivo municipal pressionaram a Câmara de Vereadores para alterarem o Plano Diretor e favorecerem o empreendimento imobiliário. Apenas na década de 1990 foi liberado este investimento. A partir da análise de várias entrevistas com os moradores do bairro, pode se afirmar que, após a autorização das obras, uma das grandes preocupações dos moradores das vilas do bairro Cristal, ao longo da década de 1990, foi o processo de remoção e regularização fundiária. A política habitacional do governo municipal naquele momento era remover para criar conjuntos próximos ao local onde os moradores estavam localizados. No entanto, havia muita insatisfação de alguns removidos porque foram realocados distantes do Cristal ou em condições que não agradavam. Principalmente famílias que ocupavam a vila Campos do Cristal, que ficava na área cobiçada desde a década de 1980 para a construção do shopping center. A prefeitura exigiu como contrapartida a remoção adequada das 400 famílias que ocupavam o terreno e a realização de obras de infraestrutura. Assinado em 25 de março de 1997, o Termo de Compromisso firmado com a empresa que ficou responsável pela construção do shopping center obrigava-a a fornecer moradia para as famílias que moravam na região onde o centro comercial seria construído. Conforme o próprio documento,

No interesse de elevar a qualidade de vida das comunidades atingidas pelo empreendimento caracterizou-se a importância das partes compromissadas em redimensionar as obrigações anteriormente assumidas, quanto aos equipamentos urbanos de infra estrutura, privilegiando as condições de reassentamento de um maior número de famílias.²⁴¹

²⁴⁰ *Zero Hora*, sábado 21/10/95 *Economia*. Pág. 3

²⁴¹ Porto Alegre, Prefeitura Municipal. *Instrumento de retificação e ratificação de termo de compromisso que entre si fizeram o município de porto alegre e os empreendimentos do Cristal Shopping, representados pela Multi Shopping empreendimentos imobiliários S/A e Bozano, Simonsen Centros Comerciais S/A em 25 de março de 1997*

Portanto, havia a obrigação de empresa responsável pela obra em realocar corretamente a comunidade que ocupava o espaço destinado para a construção do estabelecimento comercial. Entretanto, mesmo havendo essas exigências de contrapartida, o crescimento urbano e a verticalização não agradaram a todos antigos moradores. Lauro Roesler, nascido em 16 de dezembro de 1933, em entrevista no dia 09 de maio 2002, afirmava

Hoje temos aqueles prédios imensos ali na Icaraí, já há alguns anos habitados. E esses que vocês veem mais abaixo, também na Icaraí. [...] o Cristal ficou um bairro que, por ser próximo ao centro e ficar entre o Centro, Cidade Baixa, Tristeza e Ipanema, ficou um bairro muito cobiçado em termos de empreendimentos imobiliário [...] a cobiça imobiliária é muito grande. E ele [Cristal] foi se desenvolvendo assim, abaixo de sacrifício, de reivindicações, de movimentos. [...] hoje, eles [empreendedores] não compreendem empreendimentos sem ser prédios de grande altura, que é pra aumentar, naturalmente, o núcleo imobiliário. Não admitem, hoje em dia, prédios de cinco, seis pavimentos, nove, como se vê pela Diário de Notícias. Empreendimentos de quinze, dezesseis pavimentos; prédios de trinta e oito, quarenta, quarenta e cinco metros de altura. E, então, a gente resistia mais há cerca de 20 anos atrás. Resistia mais a esses prédios, porque, a gente sabia da limitação da cidade e do bairro.²⁴²

Alguns moradores, como o senhor Lauro Roesler, sentiam que o bairro que conheciam estava se perdendo. A simplicidade e o caráter quase interiorano do passado já não existiam mais. Reinaldo Adams afirmava,

O bairro Cristal, de um tempo para cá, virou um centro muito grande [...] hoje o bairro se integrou na cidade como qualquer outro centro. Então a gente sente um pouquinho de falta [...] dessa simplicidade. Hoje se constrói edifícios [...] ainda mais agora, com o shopping que vão construir aqui, o bairro Cristal explodiu. Então, a tendência é se tornar grande e aí vem todos os problemas consequentes disso aí. [...] eu sinto falta da tranquilidade. Naquela época eu conhecia todos, hoje não conheço mais [...] é uma explosão! O que aumentou de preço dos imóveis aqui em consequência disso. [...] Em toda parte estão surgindo espigões em função disso aí. É bom? É bom. É aquela coisa [...] é cidade, nós estamos no meio urbano. Hoje Porto Alegre é metrópole.²⁴³

Nesta fala, assim como na seguinte, os moradores do bairro Cristal afirmam que no passado o bairro era tranquilo e no momento presente das entrevista era um bairro violento. A moradora Elvira Gelak Bernardes, nascida em 9 de dezembro de 1918 e entrevistada em 18 de junho de 2002, argumentava:

²⁴² Entrevista concedida por Lauro Roesler, em 2002 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Cristal

²⁴³ Entrevista concedida por Reynaldo Adams em 2001 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Cristal

Eu morava numa casinha pequena na outra rua [...] a gente tinha confiança em morar aqui. Hoje a minha casa é cercada de muro, de grade, de cadeado, eu sou prisioneira, louca de medo de ladrões. Naquele tempo era uma vida calma, não tinha maldade nenhuma por aqui [...] era só mato e morro, mais nadas. [...] depois, foi tudo assim.... os edifícios, mais casas, mais casinhas... aí que veio o medo [...] os assaltos e tudo mais, como tem agora, uns assaltos horríveis toda hora, todos os dias [...] por aqui roubam demais.²⁴⁴

Para a entrevistada as transformações no espaço urbano estavam associadas ao aumento da violência e do medo da violência. Na ordem exposta pela fala primeiro apareceram os edifícios, depois o medo e os assaltos são citados por último. A perda do espaço conhecido é associada constantemente ao aumento insegurança. Como defendia o morador Reinaldo Adams, “tem um certo espírito de fraternidade, que, de certa forma, é destruído pelo medo.”

O bairro Cristal, por abrigar tanto moradias de classe média quanto vilas, por sofrer tanto com as ocupações irregulares quanto com a especulação imobiliária, apresenta narrativas diversas em relação à violência. Enquanto alguns moradores afirmam que o bairro piorou por causa da violência, outros defendem que o passado de precariedades era muito pior.

Apesar de os moradores de classe média afirmarem que o bairro piorou com o aumento da violência, muitos moradores de renda mais baixa defendiam que o Cristal não estava se tornando um bairro mais violento. O morador da Vila Campos do Cristal, Vitório Brasil, que tinha 53 anos quando foi entrevistado em 27 de abril de 1998, considera que,

Apesar de todas as coisas que nós temos a lamentar, de todas as necessidades, eu acho que ainda é uma comunidade onde existe respeito e consideração entre vizinhos.; isso é muito importante, eu não tenho visto em outras comunidades, desde a fundação desta comunidade, eu sempre dizia se nós temos pessoas que roubam e desagradam, elas fazem tudo isso fora da nossa comunidade, porque aqui nós pudemos deixar os nossos sapatos e as nossas roupas lá fora que eles não roubam.²⁴⁵

Assim como em outros bairros pobres, os entrevistados ligados à luta por melhorias para as comunidades mais carentes afirmavam que a história do bairro é de conquistas de direitos, muito mais do que um declínio rumo à insegurança e criminalidade. Reinaldo Ignácio

²⁴⁴ Entrevista concedida por Elvira Gelak Bernardes em 2002 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Cristal

²⁴⁵ Entrevista concedida por Vitório Brasil em 2001 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Cristal

Adams, nascido em 12 de abril de 1936, foi entrevistado em 12 de setembro de 2001 e acreditava que:

Violência em todos os lugares existe, até nas maiores cidades existe, eu acho que se falarem em segurança, todos nós ainda temos pânico, mas eu acho que isso varia de lugar para lugar, sei, eu acabei de salientar, eu nunca tive medo de andar na rua então que a minha, aonde eu moro, a minha região, Cristal, eu nunca vi assim essa maneira assim de violência, de morte, de gangue, dessas coisas. Eu sinceramente nunca vi, porque eu tenho plena consciência que eu ando de noite, adoro tá inclusive fazendo esse trabalho voluntário, inclusive de tá visitando vários lugares e ter liberdade de não ter medo. Ali na época, estrutura a gente não tinha na época a gente não tinha água, a gente não tinha esgoto cloacal, a gente não tinha segurança, na minha época de juventude a gente tinha medo de andar na rua porque a gente só tinha aquela polícia a cavalo né. [...] hoje em dia a gente não tem medo de andar na rua, por exemplo, aonde eu moro, a segurança aonde eu moro [...] bairro Cristal a gente fica até cinco hora da manhã sentado sem medo

Esses relatos demonstram como é relativo o sentimento de segurança e como parte da percepção individual, mas está ligado a uma construção social das relações com o espaço e com os outros habitantes dele. Principalmente os moradores mais pobres, quando indagados a respeito da questão da violência, apresentam opiniões semelhantes às de moradores de outros bairros pobres analisados anteriormente. Para Adair, por exemplo, a violência sempre existiu. A diferença da década de 1980 em relação ao começo da década de 1990 era que a “violência não era como nos dias de hoje, mas a coisa já se desenrolava por baixo dos panos.”²⁴⁶ Existe entre os moradores do Cristal, assim como com moradores de outros bairros, a utilização do conceito violência relacionado ao tráfico e ao consumo de drogas. A partir das inúmeras entrevistas consultadas que foram realizadas no final da década de 1980 e ao longo da década de 1990, é possível afirmar que esse conceito de violência é generalizado entre moradores de diferentes bairros da cidade de Porto Alegre.

Porém, quando perguntados sobre a violência, alguns entrevistados mais pobres deslocam o assunto para as necessidades do bairro no período, como a falta de água, saneamento, coleta de lixo e energia elétrica. Talvez por não quererem salientar a violência como característica das vilas as quais eles representavam. Esses moradores apresentam os agentes de violência, principalmente os jovens traficantes, como membros da comunidade, que praticam um comportamento desviante, mas não são excluídos do corpo social. Como foi

²⁴⁶ Entrevista concedida por Adair Maria Villa Nova em 2001 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Cristal

possível notar na fala de Andreia Soares de Almeida, nascida em 25 de julho de 1966 e entrevistada em 3 de agosto de 2001,

Mas a vila aqui tem uma coisa muito distinta que já vem de muitos anos antes de eu morar aqui já tinha uma divisão. É mais ou menos da ponta do campo pra lá e depois o pessoal daqui. O pessoal não se mistura. Inclusive os nossos menininhos medonhos que ficam aí vendendo drogas aí, tem, o pessoal que manda do lado de cá e o pessoal que manda do lado de lá, na parte daquele acesso a ponte. As vezes eles vivem em conflito quando tão querendo a tirinha um do outro, então tem uma divisão na vila. [...] se vocês olharem pela janela, esse rapaz que tá passando é o patrão aqui do posto. Mora aqui... eles não incomodam ninguém. Não fazem tumulto nem nada, só que a gente sabe o que eles tão fazendo. Eles ficam na ponte do beco, vendendo...²⁴⁷

Para a moradora o tráfico de droga é algo normal por existir em qualquer lugar, mas a única diferença é que no Cristal no período presente de sua fala era mais evidente “hoje em dia é uma coisa escancarada.” Para muitos moradores a polícia é uma das principais promotoras de violência no bairro. Joel Lima Farias, afirmou “o cara que veste de uma roupa da Brigada e pensa que... ele é juiz e quer fazer a lei. Pega o cara ali e espanca...”²⁴⁸ Já Andreia Soares de Almeida falou que a polícia causava parte do medo da violência que sentia “sinceramente a gente tem medo. Não sabe se tem mais medo do traficante ou as vezes do policial”²⁴⁹. A polícia podia assustar mais do que os criminosos.

4.3. As transformações urbanas na cidade de Porto Alegre como promotoras dos sentimentos de segurança e insegurança

Para entender as mudanças urbanísticas em Porto Alegre entre 1980 e 2000 é preciso entender as mudanças sociais e econômicas do estado e do país. Destacamos, ao longo da tese, o início da industrialização no Brasil por meio da substituição de importações ainda na década de 1930, passando pelo “Milagre Econômico” (1968-1973) e resultando no que poderíamos definir como uma relativa consolidação da industrialização nos anos 1980. Entre 1980-2000, período de maior interesse aqui, ressaltamos a “década perdida” (nos 1980), com suas diversas crises. O decênio seguinte caracteriza-se por mudanças estruturais importantes traduzidas na abertura econômica do país ao mercado mundial e na consequente

²⁴⁷ Entrevista concedida por Anderia Soares de Almeida em 2001 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Cristal

²⁴⁸ Entrevista concedida por Joel Lima Farias em 2001 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Cristal

²⁴⁹ Entrevista concedida por Anderia Soares de Almeida em 2001 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Cristal

reestruturação da economia brasileira, época fortemente dominada pela necessidade de estabilidade econômica (câmbio, moeda, controle da inflação). Nesse espaço de tempo, mais exatamente entre 1990 e 2003, há a predominância do modelo neoliberal. E a década de 2000, sobretudo após 2003, que dá certa continuidade aos fundamentos macroeconômicos do período anterior, mas com avanços no dinamismo do mercado interno, na distribuição de renda, no fortalecimento das políticas de proteção social e na retomada do papel do Estado como planejador. Logo, nesse período estaria em curso um modelo híbrido de nação desenvolvimentista com traços liberais na sua macroeconomia. Assim, esses recortes temporais serviram de referência para a análise das modificações encontradas internamente na estrutura social das metrópoles, possibilitando então verificar a existência de relações causais entre o espaço exterior e interior destas cidades.

Nesta tese é possível perceber diversas formas de lembrar e narrar a experiência dos moradores de diferentes bairros com as transformações urbanísticas ao longo das duas últimas décadas do século XX. Além disso, ficou claro que, assim como foram diferentes as formas de vivenciar o espaço habitado, também variava o sentimento de segurança e medo da violência em cada localidade.

Nas entrevistas, os moradores dos bairros Lomba do Pinheiro, Restinga e das vilas pobres do Cristal buscavam afirmar que a história das localidades onde moravam foi a de melhoria ao longo das décadas. Após um passado de dificuldades, o presente que foi apresentado nos relatos era de conquistas de melhores condições. No tocante à questão da violência, há uma tentativa em minimizar o seu impacto no cotidiano. Mesmo que esse relato pareça disfarçar a realidade, ele é muito válido porque mostra a imagem que os moradores queriam passar do local que habitavam. Os moradores do bairro Petrópolis e das partes mais abastadas do bairro Cristal usaram o seu depoimento como denúncia do aumento do medo da violência. Estavam falando para a prefeitura da cidade e clamavam por segurança. A narrativa que eles montavam foi inversa à dos moradores do bairro Lomba do Pinheiro e das partes mais pobres do bairro Cristal. Entre os primeiros havia o relato de um espaço perdendo suas características e se tornando um lugar inseguro, no segundo havia a história de um local caótico no passado que estava se organizando e ficando mais seguro e melhor de morar.

Os dois enredos foram costurados pelas experiências cotidianas captáveis nas entrevistas dos moradores das diferentes localidades com as transformações econômicas e sociais da sociedade na qual viviam, com as mudanças urbanísticas do espaço que habitavam

e com as diferentes estratégias políticas que interagiram com elas, incluindo a própria pesquisa *Memória dos Bairros*, que produziu as entrevistas. As histórias dos moradores quase apresentavam uniformidade em cada bairro, isto é a prova de que havia a construção social de uma representação da história e da imagem de cada lugar e que elas foram moldadas nas vivências das mutações desses espaços.

As fontes orais pesquisadas permitiram uma aproximação com as vivências cotidianas dos moradores. A partir do acervo do *Memórias dos Bairros* podemos ter acesso às percepções dos entrevistados a respeito de diversos temas e fenômenos. Ao longo da tese, os relatos pesquisados demonstraram a capacidade da fonte oral de atingir a subjetividade das relações sociais e de valorizar a diversidade de experiências. Como foi abordado no primeiro capítulo, as entrevistas pesquisadas foram construídas nas tensões entre as imposições sociais e as intenções dos moradores.

Para poder utilizar essas fontes orais, foi necessário compreender o projeto *Memória dos Bairros* como um processo de construção coletiva da memória da cidade, atrelado ao Orçamento Participativo. Ter ciência dos procedimentos imbricados na produção das entrevistas, do acervo e da memória nos permite reconhecer as características e as potencialidades dos relatos. Como visto no decorrer deste trabalho, as falas possibilitaram enxergar a interação entre as tensões impostas pelas transformações do espaço urbano e as intenções expostas pelos moradores. Com esta operação, foi possível identificar os pontos de amarras que ligam falas dispares e permitem visualizar a trama apresentada pelo trabalho social por traz das relações que definem a forma como vivem os moradores em cada bairro, ou seja, o tecido costurado pela experiência comum de habitar o mesmo espaço.

Pudemos comparar e contrastar a variedade de falas que compõem o acervo pesquisado. A partir das semelhanças e diferenças entre elas e do conhecimento das peculiaridades das histórias de cada bairro, chegamos a um conjunto de relações que nos dão uma ideia do por que em cada espaço se construíram modelações distintas. Como afirma Ítalo Calvino em seu livro *Cidades Invisíveis*: “As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas e que todas as coisas escondam uma outra coisa”.²⁵⁰ De acordo com o escritor, mesmo que haja uma complexidade de elementos que moldem a experiência urbana, sempre podemos enxergar em sua configuração a ação da vontade dos indivíduos a partir daquilo que eles querem ou temem. Para o sociólogo David

²⁵⁰

Calvino, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. pág. 40

Harvey (1994), a cidade é uma paisagem vivencial e cultural que valida as experiências identitárias e simbólicas de um coletivo. Portanto, por haver bastante homogeneidade nas ocupações socioespaciais nos bairros, como visto anteriormente, esses locais se tornam as unidades urbanas que balizam a experiências de determinados grupos sociais na cidade. Ou seja, as pessoas passam a pensar a sua inserção e relação social a partir do bairro. Sendo assim, as experiências dos moradores de bairros como o Petrópolis, frente à violência, manifestam-se em relação às condições mais amplas de desigualdade e segregação social.²⁵¹

Contudo, nota-se, a partir de diferentes análises sociais, econômicas, políticas e urbanísticas, que houve modificação contundente na paisagem urbana de Porto Alegre. Ocorreu um projeto de transformação da cidade baseado no adensamento e na construção de prédios desenhado desde a década de 1980. Sucessivas modificações no Plano Diretor demonstram o impulso de construir uma cidade verticalizada e esteticamente monótona. As edificações passaram a ser semelhantes entre si e iguais a outras erguidas em outras cidades do Brasil e do mundo. Perdeu-se não apenas a integridade das especificidades arquitetônicas de Porto Alegre, mas também a diversidade social que suas paisagens urbanas integravam. Ocorreu um processo de desintegração paisagística da cidade que afetou os usos dos seus espaços e o bem-estar de seus habitantes.

Não se trata simplesmente de uma questão estética. A paisagem deixou há tempos de ser considerada apenas o entorno verde da natureza. Ela é o conjunto homogêneo nos quais estão inseridos elementos naturais e artificiais. Mais do que isso, a paisagem é fruto do trabalho humano. De acordo com o urbanista Pierre Conroux:

Ela é reflexo do nosso mundo social, de nossa atividade. [...] A paisagem é bem o objeto de uma pesquisa, de um aprendizado artístico e culto, aquele do antes, do momento futuro. É um objeto de cultura. A banalidade e a pobreza de sua definição, ‘extensão de país que se oferece à vista’, engloba a complexidade de sua compreensão, suas realidades materiais e seus significantes imateriais referências culturais ligadas à história dos territórios.²⁵²

²⁵¹ Harvey, David. *Flexible Accumulation through Urbanisation: Reflections on 'Post-modernism' in the American City*, in AMIN, Ash.. *Post-Fordism: a Reader*, Oxford: Blackwell Publishers, 1994.

²⁵² Conroux, Pierre. *Le paysage, un patrimoine commun*. In: Lingeia, Dossiers. *sur l'Art (Les Paysages et la Ville)*. Paris, nº19,20, octobre 1996/juin 1997. p. 147. Tradução de Daniela Marzola Fialho

Como visto no primeiro capítulo, alguns moradores caracterizaram os bairros Petrópolis e Bom Fim de “incharacterísticos”. Atribuíram os problemas de segurança às alterações nas formas de morar. Portanto, a descaracterização urbanística pode ter gerado insegurança em seus usuários. Lendo os depoimentos de moradores do Bom Fim, do Petrópolis e de áreas mais nobres do Cristal tem-se a impressão de que a cidade estava se tornando um local cada vez mais inseguro. Para o urbanista Paul Dieter Nygaard, conservar a paisagem urbana implica em promover

áreas e ambientes culturais capazes de assegurar ao patrimônio edificado a necessária visibilidade e integração à cidade, como que respeitando e promovendo sua relação com a sociedade e não permitindo a densificação e a verticalização decretem o seu desaparecimento físico ou visual.²⁵³

Segundo o autor, a preservação do patrimônio edificado perpassa interesses que vão além dos valores artísticos e culturais, abarca também a identificação com espaço e integração social que promove segurança. Esses espaços se tornam lugares de celebração e comemoração. Se esses espaços permanecem revitalizados e valorizados, evitam o surgimento de vazios urbanos e promovem a segurança nessas zonas.

As transformações urbanas percebidas pelos moradores do bairro Petrópolis, do Bom Fim e de parte do Cristal estavam ligadas ao processo de verticalização e adensamento populacional em curso em Porto Alegre desde 1970. Como já foi apontado, esse fenômeno atingia todos os bairros que vivenciavam a mesma experiência, independente da localidade. As principais mudanças no Plano Diretor no intuito de liberar a construção de prédios em áreas de interesse para as construtoras datam da década de 1980. Em 1987, durante a administração Alceu Collares, estas alterações foram propostas em relação a alguns bairros, incluindo Petrópolis, Rio Branco, Bom Fim, Moinhos de Vento.

Muitas entrevistas salientavam que nesse momento houve a elitização do Petrópolis e parte do Cristal. No entanto, o que pode se notar, é que o fim da heterogeneidade e a segregação imposta pelos muros e as grades provocaram angústia entre os moradores desses bairros. As novas construções e atitudes atreladas a elas privilegiaram muito mais o espaço

²⁵³ Nygaard, Paul Dieter. *Espaço da Cidade, segurança urbana e participação*. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2010. Pág. 108.

privado do que o espaço público. Podemos retomar o que a moradora do bairro Petrópolis Sandra Tarraco afirmou:

As pessoas passaram a não se conhecer. Primeiro porque foram morar lá e não conheciam a história do bairro, nem coisa nenhuma, segundo porque também vieram com uma coisa muito fechada, não sei donde vieram, mas vieram cheio de medo. [...] Então quem estava ali morando ali, perdeu muito daquela espontaneidade que havia antes. [...] uma vizinhança que se conhece, se cumprimenta, que se conhece e ali a mudança foi muito drástica, as pessoas não tem mais nenhuma ligação afetiva, sequer de vizinhança. É muito forte isto. Antes não era assim, antes todo mundo se conhecia, havia festa na rua, antes havia tudo isto que tem num lugar onde as pessoas respeitam mais o que nós somos. [...] na medida que começaram a construir prédios, da altura que construíram, as pessoas começaram a ficar sem possibilidades, fechadas lá em cima.²⁵⁴

De acordo com esse relato, as pessoas não viviam mais as ruas, então as ruas não eram mais delas, elas não reconheciam as paisagens e as outras pessoas, por isso sentiam medo. Não estavam mais em um lugar acolhedor, estavam no lugar do outro, um lugar que não controlavam, um lugar com o qual não se identificavam plenamente.

Como pode ser percebido ao longo da tese, entrevistados de bairros que sofreram uma brusca alteração da paisagem urbana com a verticalização das edificações apresentaram atitude de desconfiança com o espaço público. Esses moradores afirmaram que essas transformações da cidade tornaram ela insegura e, por causa disso, foram obrigados a mudar seus hábitos. Como podemos ver na fala do entrevistado Edegar Cristmann do bairro Petrópolis. Para ele, no passado, “em casa não tinha esse troço de quinhentas fechaduras, era uma chavezinha e olhe lá, a porta da casa dos fundos encostada.” Já no momento em que ele concedia o depoimento afirmava que “não dá para sair de casa”.²⁵⁵ O morador Rogério Morgariti, do mesmo bairro de Edegar, também acreditava que o seu bairro anteriormente era um local tranquilo e seguro. “naquela época havia aquela tradição de interior. A minha casa mesmo até ficava com a porta aberta.” Mas, no presente momento de seu relato, “agora, embora as grades da minha casa tenham três metros e meio de altura, acabei de contratar mais umas grades.”²⁵⁶ Em comparação ao passado seguro, o presente para esses entrevistados de locais ocupados em boa parte pela classe média era representado como assustador. As

²⁵⁴ Entrevista concedida por Sandra Tarraco em ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Petrópolis,

²⁵⁵ Entrevista concedida por Edegar Cristmann em 2000 ao Projeto Memória dos Bairros – Bairro Petrópolis

²⁵⁶ Entrevista concedida por Rogério Morgariti em 2000 ao Projeto memória dos Bairros – Bairro Petrópolis.

mudanças sofridas pela cidade interferiram na maneira deles viverem na cidade. A moradora do bairro Cristal Elvira afirmava “hoje a minha casa é cercada de muros, de grades de cadeado, eu sou prisioneira.”²⁵⁷ Havia, portanto, a preferência do espaço privado como garantia de proteção.

Em um ambiente cada vez mais estranho, casos isolados, relatos de acontecimentos singulares de violência tornaram-se manifestações de um único e grande fenômeno: o aumento da violência e da insegurança. Partilhado, esse fenômeno tornou-se social, alimentando e sendo alimentado pelas diferentes experiências e angústias dos indivíduos, assim como por interesses políticos e econômicos. A paisagem diversa de uma cidade viva e pulsante estava bruscamente se transfigurando em uma repartição de espaços isolados por grades. Este era um fenômeno ocidental, retomando o que afirmava a urbanista Ana Maria Moyá Pellitero, "a sociedade dos anos noventa está experimentando estranheza no espaço social habitado. Esse espaço conhecido se transforma em anormal, alheio e desconhecido, porque o observador sente temor e receio frente ao que o rodeia"²⁵⁸ Quem sofreu mais com isso foram os setores da sociedade que detinham um maior poder aquisitivo. Eles eram os consumidores das notícias, dos prédios, da segurança privada. Podemos rever outra frase da professora Sandra Tarrago, moradora do bairro Petrópolis, afirmando em entrevista cedida no final da década de 1990 que a valorização imobiliária descaracterizou o bairro onde ela vivia. “Hoje em dia não tem mais heterogeneidade, porque lá é só, quem tá lá é quem tem dinheiro”.²⁵⁹

Desde a década de 1970, o bairro sofria uma profunda transformação em sua paisagem. Casas antigas cederam espaço a prédios altos e esse fenômeno foi sentido pelos antigos moradores. Nas entrevistas do projeto *Memória dos Bairros*, os moradores do bairro Petrópolis acusavam essa transformação do espaço e a deterioração das relações afetivas entre a vizinhança como os principais aspectos negativos do bairro no momento no qual prestavam seus relatos. O mesmo pode ser percebido nas entrevistas cedidas por moradores do bairro Bom Fim ao Instituto Cultural Judaico Marc Chagall.

²⁵⁷ Entrevista concedida por Elvira Gelak Bernardes em 2002 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Cristal

²⁵⁸ Moyá, Ana Maria. *Percepção Del Paisaje Urbano*. Madrid: Biblioteca Nueva 2013. versão Kindle, posição 470. Tradução do autor)

²⁵⁹ Entrevista concedida por Sandra Tarraco em ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Petrópolis

A cidade mudou e cresceu, a violência aumentou e o medo muito mais. As motivações do medo foram provocadas por manifestações físicas e psicológicas individuais e também por um conjunto de fatores sociais e culturais que estimularam um compartilhamento do sentimento. Além, é óbvio, das experiências de atos violentos, a insegurança pode ter sido motivada pela falta de identidade com os espaços e com a transformação das paisagens provocada pelo crescimento urbano. Essa insegurança vivida em Porto Alegre pode ter sido catalisada pela incapacidade dos seus habitantes se adaptarem às mudanças do entorno no qual vivem. Para o urbanista Kevin Lynch, que estudou as relações entre o fenômeno urbano e a memória em várias cidades da Europa e Estados Unidos:

A resistência à perda do entorno histórico é tanto mais decidida quanto maior é a abundância que reina em uma sociedade e mais rápido é o câmbio físico mesmo. E nós não devemos nos surpreender com isso, já que o passado é uma possessão conhecida e familiar na qual podemos sentirnos seguros.²⁶⁰

A própria noção do que era a violência era regulada pelas configurações urbanas das desigualdades e segregações socioeconômicas na organização da cidade. Portanto, mudar rapidamente o entorno provoca um sentimento de insegurança aos habitantes do espaço urbano.

Em bairros onde ocorreram alterações muito bruscas, o medo, então, se tornaria um hábito. Para outra pensadora do planejamento urbano, Jane Jacobs, que estudou o impacto dessas alterações em cidades dos Estados Unidos, principalmente as que provocaram separações entre os usuários, uma cidade segura é aquela que consegue integrar e estimular a diversidade de usos e de pessoas, não uma cidade que padroniza e segrega. Para a autora, a característica definidora das cidades grandes não é apenas a quantidade de pessoas, mas o fato de estarem cheias de desconhecidos. Ou seja, viver seguro em meio a desconhecidos seria o principal atributo de uma cidade com qualidade de vida. Sendo assim, os desconhecidos não deveriam ser evitados e as pessoas que usam a calçadas não poderiam achar que são beneficiários passivos da segurança ou vítimas indefesas da violência. Os seus usuários são responsáveis pela segurança das ruas, tanto ou mais do que o governo e a polícia. Para essa autora, deveria haver gente circulando para que as pessoas olhassem para a rua. A movimentação alimenta maior fluxo de pedestres. Bairros planejados, com muitos prédios, anulam a mobilidade, a vivacidade e a visibilidade das ruas. De acordo com esse pensamento,

²⁶⁰ Lynch, Kevin. *¿De que tiempo es este lugar?* Barcelona: Gustavo Gil, 1975. Lynch, 1975, p.34. Tradução do autor

o ideal para haver uma cidade segura seria a diversidade dos usos. Pessoas na rua, bares e comércios de calçada às vezes são vistos de forma negativa pelos moradores. Por isso, zonas residenciais que segregam evitam esses tipos de usos. Concentram o comércio em centros comerciais. Porém, essas relações cotidianas são importantes para a vida saudável da cidade. Também segundo Jacobs:

A soma desses contatos públicos causais no âmbito local - maioria dos quais é fortuita, a maioria dos quais diz respeito a solicitações, a totalidade dos quais é dosada pela pessoa envolvida e não é imposta a ela por ninguém - resulta na compreensão de identidade pública das pessoas, uma rede de respeito e confiança mútuos e um apoio eventual na dificuldade pessoal ou da vizinhança. A inexistência dessa confiança é um desastre para a rua. O cultivo não pode ser institucionalizado. E, acima de tudo, ela implica no não comprometimento pessoal.²⁶¹

Podemos compreender a partir desse estudo de Jacobs porque a substituição de casas sem muros grandes por prédios altos e gradeados rompeu com a qualidade de confiança que o espaço oferecia e impôs a angústia da insegurança, do vazio, da falta de contato no bairro Petrópolis, por exemplo.

Os moradores dos bairros Petrópolis, Bom Fim e Cristal afirmavam que a insegurança tomava conta de toda a cidade, a mesma cidade onde viviam os moradores do IAPI, Restinga e Lomba do Pinheiro, que demonstravam ter confiança no local que habitavam. A atitude de se isolar, fechar as portas, não sair nas ruas é uma estratégia de segurança muito diferente das dos moradores de bairros mais pobres. Enquanto uns se isolam outros interagem, uns rompiam o contato e os outros o valorizavam.

Atitude de aceitação do outro e não de exclusão foi também uma estratégia para a construção coletiva do sentimento de segurança em territórios permeados pela violência. Nos bairros mais pobres havia o reconhecimento de criminosos como sendo também parte da comunidade e ocorria a valorização da comunidade como forma de construção da confiança no espaço habitado. Os moradores desses bairros investiam nas características comunitárias, nos laços afetuosos de reconhecimento do vizinho, na aceitação inclusive dos moradores que cometiam crimes.

O fator cultural foi fundamental para a definição de um território enquanto seguro ou inseguro. A preservação de áreas de interesse cultural não se trata apenas de conservar o valor histórico ou artístico de um patrimônio edificado. O que está em jogo é a identificação dos

²⁶¹

Jacobs, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2013. pág. 60

cidadãos com o espaço. Portanto, o aumento da insegurança ou da segurança se deveu em parte à relação dos indivíduos com o espaço e às relações sociais e econômicas estabelecidas em alguns bairros da cidade no decorrer do processo de transformação e crescimento urbano das últimas décadas do século XX.

5. Considerações Finais

É possível, então, visualizar a distinção nas formas de lidar com a segurança e o medo da violência na cidade de Porto Alegre no final do século XX: Dos locais onde seus habitantes contribuíram diretamente para a construção do espaço de morada nas últimas décadas desse século, nos quais se produziram relatos de uma história de conquistas e formação de identidade, apesar e por causa de todas as dificuldades; Da Restinga, que viveu uma história de exclusão e frágil costura de laços sociais, onde os moradores apresentaram opiniões divergente em relação ao tema da violência;

Outras de bairros onde os moradores vivenciaram a alteração do seu espaço e aderiram à estratégia de segurança da exclusão e segregação, com repercussões econômicas, políticas e sociais na atualidade, como o bairro Petrópolis.

O sentimento de insegurança não foi algo que afligia toda a cidade como acreditavam os jornais e os relatos dos moradores do bairro Petrópolis. Como exposto anteriormente, houve formas diferentes de vivenciar a insegurança na cidade. Isso estava diretamente entrelaçado com o fenômeno urbano e às diversas formas de experienciar os espaços urbanos. Para os moradores do Bom Fim, do Petrópolis e de parte do Cristal, bairros modificados urbanisticamente, a violência seria provocada por marginais, drogados, ladrões, que não deixavam de ser generalizações para "pessoas pobres".

Alguns moradores de Porto Alegre sofreram a perda das referências em meio às transformações da cidade, à desigualdade econômica e social, ao individualismo e à perda dos laços associativos. Os moradores apresentavam relatos diversos e no momento da entrevista não sentiam o medo, mas falavam dele como se fosse um elemento da sociedade no presente, sempre em comparação ao passado tranquilo. Isso se deve em parte à relação dos indivíduos com o espaço e às relações sociais e econômicas estabelecidas na cidade no decorrer do

processo de transformação e crescimento urbano das últimas quatro décadas. O adensamento da população, o sentimento de perda do pertencimento ao e da propriedade do espaço público intensificaram a sensação de insegurança. No momento em que elas deram lugar a viadutos, grandes avenidas, prédios fortificados, gradualmente a população foi contaminada por uma incerteza em relação ao espaço habitado. Essa incerteza pode ter sido um dos combustíveis do medo tão relatado, divulgado e estimulado comercial e politicamente.

No entanto, no mesmo período, os moradores de bairros periféricos apresentavam impressões opostas em relação a esses fenômenos. Os relatos cedidos pelos habitantes do Lomba do Pinheiro, do Restinga e de parte mais pobre do bairro Cristal ao projeto *Memória dos Bairros* demonstravam um empenho em salientar, como características do bairro, relações sociais mais afetivas e integradas naquele espaço, assim como uma menor preocupação com a violência. Portanto, se torna indispensável a análise das formas de vivência do espaço para compreender o sentimento de segurança ou insegurança partilhado por seus usuários. Esses fatores estão atrelados às trajetórias dos indivíduos e dos grupos em cada bairro e às transformações urbanísticas impostas pelos centros de poder político e econômico

A análise social do espaço foi um ponto importante e destacado dos diferentes trabalhos realizados pelo *Observatório das Metrópoles*, usados como base para a compreensão das mudanças no espaço urbano de Porto Alegre no final do século XX. Muitos estudos analisaram o processo de *diferenciação, segmentação e segregação* socioterritorial nas regiões metropolitanas e a sua interação com as desigualdades e os processos de *exclusão/integração no espaço social*. A conclusão chegada por esses diferentes trabalhos é a de que a estruturação espacial da Região Metropolitana se dá a partir, principalmente, dos processos econômicos em curso, que têm na *estrutura produtiva e no trabalho* suas inerentes manifestações sociais que se *expressam territorialmente*. Segundo o já citado trabalho de Fedozzi e Soares para o Observatório das Metrópoles, a *fragmentação socioespacial* vem sendo apontada como tendência

materializada por um conjunto de fenômenos entendidos como *processos excludentes* que transformam a escala e a natureza da segregação urbana até então vigente: por um lado, a redução de sua escala e a conseqüente “aproximação” entre as classes dominantes e dominadas e, por outro, a redução do grau de interação entre grupos socialmente distintos em razão do confinamento dos grupos superiores

em espaços privados (autossegregação) e da estigmatização dos espaços da pobreza como espaços da violência.²⁶²

Podemos dividir a cidade, com base nas entrevistas e no contexto mais amplo de transformações econômicas, políticas, sociais que do final da década de 1980 e ao longo da década de 1990, a partir de grupos sociais distintos, produzindo segregação e divisão social territorial. Por causa das diferentes experiências podem se manifestar solidariedade entre os moradores do bairro, conflitos e segregação. Existem barreiras econômicas, políticas e de mobilidade social que produzem segmentação e segregação residencial na cidade. A divisão socioterritorial da cidade é alimentada e legitimada pela cultura do medo da violência. A segregação, como pode ser percebido nas entrevistas feitas na década de 1990 no bairro Petrópolis, não amenizou a insegurança dos moradores, pelo contrário, a ampliou. Como vimos acima, segregar produz desconfiança.

Como foi exposto nesta tese, a ditadura civil-militar instaurada em 1964 acentuou a desigualdade social, a concentração de renda, de terra e expulsou os agricultores pobres das áreas rurais. O Brasil viveu um agudo êxodo rural ao longo da década de 1970, que criou bolsões de pobreza nas suas grandes cidades. O legado da Ditadura foi um bolo que cresceu para os donos da festa que não gostavam de repartir. Na década de 1980, o país entrou em uma crise econômica profunda que agravou ainda mais a miséria dos menos favorecidos.

Ao mesmo tempo em que levadas de pessoas pobres chegavam às cidades, a de Porto Alegre, no caso estudado aqui, o planejamento urbanístico as aloca em áreas afastadas das regiões centrais. Formavam-se vilas que não tinham transporte público, energia elétrica, saneamento, nem água. Por outro lado, havia, em profusão, armas, drogas e violência policial. Aos jovens, a criminalidade se tornou o caminho mais fácil para terem dinheiro e visibilidade. Em resposta a esse caos, o combate às drogas possibilitou enquadrar pobres e legitimar as ações violentas da polícia nas vilas e favelas. Enquanto isso, a classe média assustada se encastelou em prédios, condomínios e shoppings. Muros foram erguidos ao invés de pontes.

O estudo aqui realizado indica que, o problema da violência no Brasil, no RS e em Porto Alegre foi provocado, em grande parte, pela estratégia de “segurança” pública adotada. O medo da violência foi fruto de uma sociedade que optou pela concentração de renda, pela segregação e pela exclusão.

²⁶² Fedozzi, Luciano. Joel. Soares, Paulo Roberto Rodrigues. Porto Alegre: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro : Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2015. Pág. 26.

Embora tenha se configurado, por imposição do mercado imobiliário, principalmente, a separação da cidade em setores diferentes, mantendo o padrão de segregação que vinha se formando desde o começo da década de 1970, na década de 1990 foi proposto um caminho diferente para Porto Alegre a partir do trabalho da Administração Popular. A horizontalização da gestão pública auxiliou a integração ao resto da cidade de bairros anteriormente excluídos, como os bairros Lomba do Pinheiro e Restinga, analisados no presente trabalho. Isto pode ter produzido uma relação diferente com temas como violência ou o bem-estar no bairro.

Essas entrevistas foram concedidas para a Prefeitura de Porto Alegre, que estava implementando o Orçamento Participativo. Isso deve ter limitado, em alguns momentos, a explanação mais livre sobre assuntos referentes à violência. Além disso, os moradores desses bairros estavam preocupados em apresentar aspectos positivos dos locais onde moravam. Essa atitude demonstrava um cuidado com o bairro e um sentimento de apreço por ele. Diferente do que ocorria nos bairros Petrópolis, Bom Fim e parte mais favorecida do Cristal, onde as pessoas alegavam a perda da propriedade do território, desgraçado pela violência, pela descaracterização e pela desintegração.

A maior parte dos entrevistados do bairro IAPI, Lomba do Pinheiro e Restinga tendiam a diminuir a importância dada ao medo da violência. Os três bairros possuíam características diferentes e, conseqüentemente, subvalorizam a questão da violência por razões diversas. O IAPI manteve a configuração espacial e não experimentou a rotatividade de moradores. A Lomba do Pinheiro e a parte mais carente do Cristal tiveram uma história de ocupação, organização comunitária e conquistas que fez com as pessoas que viviam lá, e foram entrevistadas, valorizassem o seu bairro e suas trajetórias nele. Já os habitantes da Restinga contavam uma história de exclusão e desenvolvimento do espaço habitado. O que havia em comum entre os quatro bairros era a busca dos moradores entrevistados em salientar as características comunitárias, a afetividade e o reconhecimento do vizinho, a identidade com o bairro.

Pode-se notar nas entrevistas em bairros como a Lomba do Pinheiro, Restinga e como as vilas do Cristal que existia uma necessidade em afirmar a integração das pessoas que cometiam o crime à coletividade do bairro. Como afirmou anteriormente o morador Abel Flores do bairro Lomba: "A gente sempre tentou passar pra eles, que eles também faziam

parte da comunidade, os marginal."²⁶³ Os moradores não negam a violência, mas buscam a integração e evitam a segregação. O professor Adilar Mistura, também da Lomba, afirmava:

Eu falava com eles de que eles era nossa comunidade também. Então eles não podiam fazer nada aqui dentro, sabe? Eu disse: 'ó meu, vai lá em Petrópolis, Menino Deus, lá o pessoal, tem lá. Claro, tá mal dito, né. Mas fazer o que? Tinha que reunir a comunidade, claro, a nossa comunidade.²⁶⁴

Eles eram integrados e não afastados. Isto também foi uma estratégia de segurança. Mesmo os criminosos do bairro não estavam além do domínio dos moradores. O medo da violência aparentava estar mais controlado nesses bairros mais pobres, isto expressa a relação com a própria violência. Ela foi considerada algo presente na sociedade e um fenômeno não exógeno. Isso, associado ao sentimento de propriedade do espaço, produziu uma sensação de segurança. Algo muito diferente do que ocorria nos bairros de classe média e alta. Neles buscava-se a negação e o afastamento da violência. A violência devia estar concentrada nos órgãos de segurança e repressão do estado. Esta atitude, aliada ao sentimento de perda de propriedade do espaço público, gerou o sentimento de insegurança.

É possível, então, visualizar a distinção de duas formas de lidar com a segurança e o medo da violência na cidade de Porto Alegre no final do século XX. A primeira foi a dos moradores de bairros mais periféricos que contribuíram diretamente para a construção de seu espaço de morada nas últimas décadas desse século. Relatavam uma história de conquistas e formação de identidade, apesar e por causa de todas as dificuldades. Esses afirmavam que se sentiam seguros e confiavam no espaço habitado. A segunda foi a dos moradores que vivenciaram a alteração do seu espaço e aderiram à estratégia de segurança da exclusão e segregação. Essa estratégia agiu econômica, política e socialmente. No momento em que a configuração dos objetos mudou, a imaginação trabalhou. A desigualdade econômica e social, o individualismo, a perda dos laços associativos, os crimes podem ter estimulado o sentimento de medo da violência na população. Na segunda forma, a sensação de aumento da violência poderia estar ligada às mudanças no espaço urbano. Os espaços sociais, as ruas e as edificações foram articuladoras das lembranças dos habitantes da cidade e referências para as suas práticas sociais.

²⁶³ Entrevista concedida por Abel Flores em 1999 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Lomba do Pinheiro.

²⁶⁴ Entrevista concedida por Abel Flores em 1999 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Lomba do Pinheiro.

Os relatos analisados permitiram relacionar as vivências cotidianas aos contextos mais abrangentes de alterações na ordem política, econômica, urbana e social. A partir deles pode se perceber as ligações das experiências locais dos moradores dos bairros com fenômenos mais amplos e com isso compreender a construção cultural das sensações de segurança e insegurança. Entre as contribuições desta tese estão a reflexão sobre as formas de lidar com desconfiança na cidade e as maneiras de construir a confiança nos espaços urbanos.

Essa tese teve também como finalidade trazer à luz fontes de história oral com conteúdo relevante e abrangente. Uma grande colaboração deste trabalho foi salientar a importância da reutilização dos acervos de fontes orais já constituídos. Os relatos do *Memórias dos Bairros* possibilitam uma variedade de estudos sobre a cidade de Porto Alegre a partir do ponto de vista de seus habitantes. Inclusive, esse acervo fornece meios para ampliar a pesquisa que desenvolvemos aqui, buscando em outros bairros as diferentes formas de percepção das mudanças da cidade e os sentimentos de confiança ou medo produzidos pelas interações com elas.

Outra forma de estender a análise do medo da violência em Porto Alegre no final do século XX é estudar as representações da violência e do medo dela nos meios de comunicação, as formas como discursos políticos utilizaram o temor e os usos comerciais do sentimento de insegurança pela venda de segurança privada.

Referências

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Pedro. *A cidade com-fusa. A mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas*. R.B. Estudos Urbanos e Regionais v.9, n.2 / novembro 2007.

ALBERTI, Verena; FERNANDES, Tânia & FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.) *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

AMADO, Janáina. *A culpa nossa de cada dia: Ética e História Oral*. In: *Projeto História*. São Paulo, vol. 15, 1997.

ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BAIERLE, Sérgio. *Lutas em porto alegre: entre a revolução política e o transformismo*. Porto Alegre: Cidade, Centro de Assessoria e Estudos Urbanos, 2007

BAUMAN, Zygmunt. *Medo e confiança na cidade*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. *Medo líquido*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2008.

BERGSON, Henri. *Matéria e Memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BETTO, Frei. *O que é comunidade eclesial de base*. São Paulo: brasiliense, 1985, p 36

BONOTTO, Cléo Adriano Sabadi. MONTAGNER, Rosangela. OLIVEIRA, Leonardo. *Vozes da luta: um estudo sobre formação e a atuação de mediadores religiosos em movimentos populares a partir de narrativas orais (1970-1980)* In: Anais do IX Encontro Nacional e III Congresso Internacional de Historia Oral da República Argentina. Buenos Aires, 2009.

- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHAUVEAU, Agnes, TETARL, Philippe (org.). *Questões para a História do tempo presente*. Bauru: EDUSC, 1999.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2006
- CHOAY, *O Patrimônio em questão: Antologia para um combate*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.
- CONROUX, Pierre. *Le paysage, un patrimoine commun*. IN: LINGEIA, Dossiers sur l'Art (Les Paysages et la Ville). Paris, nº19,20, octobre 1996/juin 1997.
- CORRÊA, Filipe Souza Luiz. RIBEIRO, Cesar de Queiroz. RODRIGUES, Juciano Martins. *Segregação Residencial e Mercado de Trabalho nos Grandes Espaços Urbanos Brasileiros: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza, Brasília, Belém, Manaus, Campinas, Goiânia, Florianópolis, Vitória, Natal e Maringá*. Rio de Janeiro : Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2009.
- COSTA, Francisco de Assis da. *O lugar da violência. Tipologias urbanas e violência em Salvador*. In: Cadernos PPG-AU/FAUBA – Vol.1, n. 1. Salvador: EDUFBA, 2003.
- DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente. 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- DEROSO, Simone Graciela. *Memória dos bairros: um projeto de política pública para Porto Alegre*. Monografia de especialização do PPG Psicologia Social e Institucional da UFRGS. Porto Alegre, 2014
- ECKERT, Cornelia. *A cultura do medo e as tensões do viver a cidade: narrativa e trajetória de velhos moradores de porto alegre*. Porto Alegre: Bancos de Imagens e Efeitos Visuais, PPGAS/UFRGS, 2002.
- ECKERT, Cornelia. ROCHA, Ana Luíza Carvalho da. *Antropologia da e da Cidade: interpretações sobre as formas de vida urbana*. Porto Alegre: Marcavíslua, 2013.
- FARIA, Luiz Augusto Estrella. *A Administração Popular em Porto Alegre: uma experiência alternativa de reforma do Estado na América Latina*. Revista Economia contemporânea v.6. Rio de Janeiro, 2002.
- FEDOZZI, Luciano Joel. SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. *Porto Alegre: Transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro : Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2015.
- FEDOZZI, Luciano, FURTADO, Adriana, BASSANI, Valéria Dozolina Sartori, MACEDO, Carlos Eduardo Gomes, PARENZA, Cidriana Teresa, CRUZ Milton. *Orçamento*

participativo de Porto Alegre / Perfil, avaliação e percepções do público participante. Porto Alegre: Gráfica e Editora Hartmann, 2013.

FERREIRA, Marieta Moraes e Amado, Janaína. *Usos & Abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FIGUEIRAS, Luiz, PINHEIRO, Bruno. PHILIGRET, Celeste e BALANCO, Paulo. *Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula*. In: *Os anos Lula. Contribuições para um balanço crítico 2003/2010*. Rio de Janeiro, Ed. Garamond, 2010.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

GIAMBIAGI, Fábio. Villela, André. Veloso, Fernando A. (orgs). *Determinantes do "Milagre" Econômico Brasileiro (1968-1973): Uma Análise Empírica*. In: *Revista Brasileira de Economia*. V. 62. n. 2. Abr - Jun 2008. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

HARVEY, David. *Flexible Accumulation through Urbanisation: Reflections on 'Post-modernism' in the American City*, in AMIN, Ash. (Ed.). *Post-Fordism: a Reader*, Oxford: Blackwell Publishers, 1994.

HAUSCHILD, Cleia Beatriz de Oliveira e OBERRATHER, Andrea. *A Experiência Integrada da Lomba do Pinheiro: O diálogo territorial em Porto Alegre para além do Orçamento Participativo*. In: *Revista crítica de ciências sociais*, Coimbra, 2010 Universidade de Coimbra.

JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

KRAWCZYK, Flávio, *Da necessidade do moderno: o futuro da Porto Alegre do século passado*. Porto Alegre, UE/SMC, 2002.

LEAL, Laura Regina do Canto. MELLO, Cristina Didonet Nery Tavares da Cunha. SILVA, Cleusa Terezinha Azambuja da. *A Vila do IAPI no contexto de urbanização e industrialização*. *Revista Historiador*. Número 02. Ano 02. Dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.historialivre.com/revistahistoriador>.

LOPO, Rafael Martins. *Do IAPI a SAAVEDRA, entre moradas, memórias e estórias: um estudo etnográfico sobre duração e sociabilidade em bairros operários de Porto Alegre e Buenos Aires*. . Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, 2009.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

- MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.
- MONTANDON, Daniel Todtmann, SANTOS JUNIOR, Alves dos (orgs.). *Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas* / Orlando – Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatorio das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011.
- MOYÁ, Ana Maria. *Perseção Del Paisaje Urbano*. Madrid: Biblioteca Nueva 2013.
- PASTANA, Débora Regina. *Medo e opinião pública no Brasil contemporâneo*. In: *Estudos de Sociologia*. Araraquara: UNESP, 2007.
- PEDROSO, Lucio Fernandes. *Transgressão do Bom Fim*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2009.
- PINKER, Steven. *Os anjos bons da nossa natureza*. Por que a violência diminuiu. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- POLLAK, Michael, *Memória, olvido, silencio: La producción social de identidades frente a situaciones limite*. La Plata/Buenos Aires: Al Margem, 2006.
- POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: *Revista Estudos históricos*, RJ, Vol. 2, n.º 3, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. *A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*. In: *Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996.
- PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de História Oral*. São Paulo: Letra e voz, 2010.
- PORTELLI, Alessandro. *O que faz a História Oral diferente?* In: *Projeto História*. São Paulo, vol. 14, 1997.
- PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho*. Algumas reflexões sobre ética na História Oral. In: *Ética e História Oral. Projeto História*. São Paulo, vol. 15, 1997.
- POSSAMAI, Zita (org.) *A Memória cultural numa cidade democrática*. Porto Alegre. Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2001.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. (org.) *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro : Letra Capital, 2015.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2010.
- RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História. UFRGS. Porto Alegre: 1996.
- SANTOS, José Vicente Tavares, TEIXEIRA, Alex Niche e RUSSO, Maurício. *Violência e Cidadania: Práticas Sociológicas e Compromissos Sociais*. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011.

SCHABBACH, Leticia Maria. *Tendências e preditores da criminalidade violenta no Rio Grande do Sul*. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre, 2007.

SILVA, Débora Bernardo da. *O Planejamento e a Administração Popular de Porto Alegre: Discursos e Práticas*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional. UFRGS. Porto Alegre: 2004

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

UTZIG, José Eduardo. *Notas sobre o governo do PT em porto alegre*. (In) *Novos Estudos*, nº 45. São Paulo: CEBRAP, 1996.

VELHO, Gilberto. *Mudança, crise e violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

ZALUAR, Alba. *Oito temas para debate: violência e segurança pública*. In: *Sociologia, problemas e práticas* n.º 38, Lisboa: Ed. CIES-IUL/ISCTE/Celta, 2002.

ZAMBONI, Vanessa. *Construção social do espaço, identidades e território em processos de remoção: o caso do bairro Restinga – Porto Alegre/RS*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, RS, 2009.

Fontes Orais

Entrevista concedida por Abel Flores em 1999 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Lomba do Pinheiro.

Entrevista concedida por Adair Maria Villa Nova em 2001 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Cristal

Entrevista concedida por Adilar Mistura de 1999 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Lomba do Pinheiro

Entrevista concedida por Adroaldo Bauer Spindola Corrêa, em 1990 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro IAPI.

Entrevista concedida por Airton Policarpo em 1990 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Restinga.

Entrevista concedida por Alcina Silva dos Santos Ferreira em 1999 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Lomba do Pinheiro.

Entrevista concedida por Alexandre Gomes Amaro em 1990 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Restinga.

Entrevista concedida por Alfredo Venturini, em 1990 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro IAPI.

Entrevista concedida por Altamiro Nicolau de Souza em 1999 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Lomba do Pinheiro.

Entrevista concedida por Anderia Soares de Almeida em 2001 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Cristal

Entrevista concedida por André Tupinambá Baptista da Silva em 1989 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Restinga.

Entrevista concedida por Antônio Carlos Pontes em 1990 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro IAPI.

Entrevista concedida por Antonio Pires Nardes em 1999 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Lomba do Pinheiro.

Entrevista concedida por Antônio Vicente em 1999 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Lomba do Pinheiro.

Entrevista concedida por Arno Reckziegel em 1999 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Lomba do Pinheiro

Entrevista concedida por Belinha Borges de Oliveira em 1998 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Lomba do Pinheiro.

Entrevista concedida por Belmiro Ferreira Padilha em 1997 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Lomba do Pinheiro

Entrevista concedida por Carlos Dantas em 1997 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Lomba do Pinheiro.

Entrevista concedida pelo Cabo da Brigada Militar Clóvis Bastos Berneira em 1990 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Restinga

Entrevista concedida por Deóclides Simão Genes em 1997 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Lomba do Pinheiro.

Entrevista concedida por Dirce Conceição Gomes em 1990 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Restinga.

Entrevista concedida por Dona Alzira Maria Schimitz em 1999 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Lomba do Pinheiro.

Entrevista concedida por Dulce Rocha Alves em 1990 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro IAPI.

Entrevista concedida por Edegar Cristmann em 2000 ao Projeto Memória dos Bairros – Bairro Petrópolis.

Entrevista concedida por Edison Zálíg em 2000 ao Projeto Memória dos Bairros – Bairro Petrópolis.

Entrevista concedida por Elci Carlos Araújo em 1990 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro IAPI.

Entrevista concedida por Eliane Almeida de Souza em 1998 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Lomba do Pinheiro

Entrevista concedida por Elmar Bones ao autor em abril de 2009, para a dissertação de mestrado A Transgressão do Bom Fim, do mesmo autor.

Entrevista concedida por Elói Nilo Rodrigues de Melo em 1997 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Lomba do Pinheiro

Entrevista concedida por Eloy Dias do Angelos em 1990 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro IAPI. Pág. 13

Entrevista concedida por Elvira Gelak Bernardes em 2002 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Cristal

Entrevista concedida por Ema Cruz Lucas em 1998 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Lomba do Pinheiro.

Entrevista concedida por Francisco Geovane em 1999 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Lomba do Pinheiro.

Entrevista concedida por Geni Selau dos Santos em 1997 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Lomba do Pinheiro.

Entrevista concedida por Joel Lima Farias em 2001 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Cristal

Entrevista concedida por José Kinjinik ao ICJMC/Depto. de Memória. Porto Alegre, julho de 1987. Entrevista nº 021. Pág. 35.

Entrevista concedida pelo Capitão da Brigada Militar Julio César Peres em 2000 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Petrópolis

Entrevista concedida por Lauro Roesler, em 2002 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Cristal

Entrevista concedida por Marcantônio Mocelin Chies em 1990 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro IAPI.

Entrevista concedida por Marco Antônio Dilly em 2001 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Cristal

Entrevista concedida por Maria Viera Bueno, em 1990, ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Restinga.

Entrevista concedida por Marlene Azevedo em 1998 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Cristal

Entrevista concedida por Miron Cardoso Goydanish em 2000 ao Projeto Memória dos Bairros – Bairro Petrópolis.

Entrevista concedida por Moacyr Jaime Scliar ao ICJMC/Depto. de Memória. Porto Alegre, 06 de maio de 1991. Entrevista nº. 386. Pág. 09 e 11

Entrevista concedida por Norma Rosito em 2000 ao Projeto Memória dos Bairros – Bairro Petrópolis.

Entrevista concedida por Paulo Lara de Oliveira em 2000 ao Projeto Memória dos Bairros – Bairro Petrópolis

Entrevista concedida por Raul Rossal Paz em 1990 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Restinga.

Entrevista concedida por Reynaldo Adams em 2001 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Cristal

Entrevista concedida por Rogério Morgariti em 2000 ao Projeto memória dos Bairros – Bairro Petrópolis.

Entrevista concedida por Salvador Rangel em 2000 ao Projeto Memória dos Bairros – Bairro Petrópolis.

Entrevista concedida por Sandra Tarraco em ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Petrópolis,

Entrevista concedida por Vicenzo Araragna em 2000 ao Projeto memória dos Bairros – Bairro Petrópolis.

Entrevista concedida por Vitório Brasil em 2001 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Cristal

Entrevista concedida por Zélia Maria Ruth Ribeiro em 2000 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Petrópolis

Entrevista concedida pelo Padre Zeno Hastenteufel em 2000 ao Projeto Memória dos Bairros - Bairro Petrópolis

Outras Fontes

ALMANAQUE GAUCHA ZH. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/almanaque/noticia/2016/11/memoria-cultural-8152722.html>. Acessado em janeiro de 2018

BRASIL. *Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social*. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

CORREIO DO POVO, 16/ 05/87. Pág. 10

CORREIO DO POVO, 18/01/1981. Pág.16.

FOLHA DA TARDE, 24 janeiro de 1979

FOLHA DO CRISTAL, Ano II nº 3 Março /Abril,1990. Pág.3.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Censos Demográficos. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/populacao/censos-demograficos/>. Acessado em: setembro de 2015. RGS.

IMOBILIÁRIA BETILAR. Disponível em <http://www.betilar.com.br/357012/detalhe/54016191/sala-comercial-cristal-porto-alegre-rs>. Acessado em janeiro de 2018

IMOBILIÁRIA IPER IMÓVEIS. Disponível online em: <http://img.ipermoveis.com.br/i/vista-de-apartamento-com-2-dormitorios-no-bairro-petropolis-porto-alegre-regiao-nilo-pecanha-em-porto-alegre-imovel-monet-apartamento-no-bairro-petropolis-na>

porto-alegre-regiao-nilo-pecanha-em-porto-alegre-4a23d1e52641607dfbbbf 7c b6416bff1-g.jpg . Acessado em janeiro de 2018.

JORNAL SUL21. Disponível em: <https://images.sul21.com.br/file/sul21site/2015/05/20150526-040315gs040315-5.jpg>

METROPLAN. Áreas de atuação. Disponível em: <http://www.metroplan.rs.gov.br/institucional/area_atua.htm#historico>. Acessado em janeiro de 2009.

OBSERVA POA, Porto Alegre em análise: Sistema de gestão e análise de indicadores. Disponível em: <http://portoalegreemanalise.procempa.com.br/?regioes=22,0,0>. Acessado em janeiro de 2018

PORTO ALEGRE, PREFEITURA MUNICIPAL . Plano de Investimentos1992. Administração popular.

PORTO ALEGRE, PREFEITURA MUNICIPAL, descrição do Projeto Memória dos Bairros. Administração Popular. 2001

PORTO ALEGRE, PREFEITURA MUNICIPAL, Plano de Investimentos1993. Administração popular.

PORTO ALEGRE, PREFEITURA MUNICIPAL, Projeto Memória dos Bairros. Administração Popular. 1994

PORTO ALEGRE, PREFEITURA MUNICIPAL. Plano de Investimentos 2000. Administração popular.

PORTO ALEGRE, PREFEITURA MUNICIPAL. Plano de Investimentos1991. Administração popular.

PORTO ALEGRE, PREFEITURA MUNICIPAL. Plano de Investimentos1994. Administração popular.

PORTO ALEGRE, PREFEITURA MUNICIPAL. Plano de Investimentos1995. Administração popular.

PORTO ALEGRE, PREFEITURA MUNICIPAL. Plano de Investimentos1996. Administração popular.

PORTO ALEGRE, PREFEITURA MUNICIPAL. Plano de Investimentos1997. Administração popular.

PORTO ALEGRE, PREFEITURA MUNICIPAL. Plano de Investimentos1998. Administração popular.

PORTO ALEGRE, PREFEITURA MUNICIPAL. Plano de Investimentos 1999. Administração popular.

PORTO ALEGRE, Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. *Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável da Lomba do Pinheiro: Construindo a Lomba do futuro*. Porto Alegre: 2003.

PORTO ALEGRE, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Cultura . *Memória dos Bairros: IAPI*. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 1991.

PORTO ALEGRE, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Cultura. *Memória dos Bairros: Petrópolis*. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2002.

PORTO ALEGRE. PREFEITURA MUNICIPAL. SMOV, Divisão de Viação, ofício nº 47/66.

WIKIPÉDIA. Disponível online em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Vila_do_IAPI. Acesso em janeiro de 2018.

ZERO HORA, 31/10/89.

ZERO HORA, sábado 21/10/95 *Economia*.

ZERO HORA. ZH imóveis. 3/06/2001.

Acervos:

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL MOYSÉS VELLINHO . Acervo de História Oral Memória dos Bairros do

GABINETE DE ESTUDOS E DOCUMENTAÇÃO EM URBANISMO – GEDURB – FAUFA. Acervo de fotografias, plantas e mapas.

INSTITUTO CULTURAL JUDAICO MARC CHAGALL. Acervo de História Oral do

MUSEU JOAQUIM JOSÉ FELIZARDO. Acervo de fotografias.